



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA

**ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO  
PROTAGONISMO PARA OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA**

**FORTALEZA**

**2014**

**ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA**

**ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO PROTAGONISMO  
PARA OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veronica Morais Ximenes.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- S578a Silva, Alexandra Maria Sousa.  
Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza /  
Alexandra Maria Sousa Silva. – 2014.  
166 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento  
de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.  
Orientação: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.
1. Adolescentes pobres – Política governamental – Fortaleza (CE). 2. Adolescentes pobres –  
Fortaleza (CE) – Psicologia. 3. Adolescentes pobres – Fortaleza(CE) – Atitudes. I. Título.

---

CDD 305.235086942098131

ALEXSANDRA MARIA SOUSA SILVA

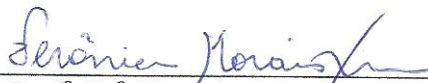
**ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO PROTAGONISMO  
PARA OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veronica Moraes Ximenes.

APROVAÇÃO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veronica Moraes Ximenes (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará – UFC.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celecina de Maria Vera Sales.

Faculdade de Educação - FAGED

Universidade Federal do Ceará – UFC.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Jorge Castellá Sarriera.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

À minha avó Rita Irismar de Aguiar Sousa (*In memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

*"Quando eu deixei de olhar tão ansiosamente para o que me faltava e passei a olhar com gentileza para o que eu tinha, descobri que, de verdade, há muito mais a agradecer do que a pedir."*

*(Ana Jácomo)*

Chegou a hora de agradecer. Com a ciência e a poesia que foram me constituindo nesse percurso até chegar aqui.

Primeiro sinto uma profunda gratidão a Deus, pelo dom mais precioso: a Vida. Sou grata aos meus ancestrais, de modo especial à minha vizinha Rita, que partiu há poucos dias para o convívio divino. Ela foi minha inspiração. Grata à senhora, vovó, por tudo que me ensinou e me permitiu viver.

Agradeço aos meus pais, meu pai (*in memoriam*) em especial minha mãe que sempre lutou pela criação dos filhos, com a coragem e a fé em dias melhores. À você eu devo o que sou. Minha gratidão por ter confiado em mim.

Ao meu irmão Diego, com quem partilhei uma história, por nossa aproximação de afeto e cuidado fraterno. Por nossa caminhada em comum de compromisso com o conhecimento. Pela profissão que escolheu e pelos valores que lhe fazem um homem de justiça, tenho muito orgulho de você! Ao Julius, que de tão perto, sinto como parte da minha família.

À Ilza, prima querida e amada. Pelo seu jeito de cuidar da gente, pelas suas orações tão bem-vindas, pelo seu amor. Por tudo, minha gratidão!

Agradeço a minha família, a cada um das minhas tias (Tati, Socorro, Lourdes) e cada um dos meus tios. E ainda, as tias que a vida encontrou um jeito de trazer e ficou, como tia Helena e a Eliude. Lembro-me e agradeço aos meus primos, pelas brincadeiras e tranquinagens da infância, pelas farras e segredos da adolescência, lembro-me de cada um no instante agora da juventude: Amélia, Rayssa, Pepé, Monalisa. Tenho também a Ileana, Ellana (madrinha) e Illaninha. E ainda, Delano (e Sheila) Gardene (e Alex), que me fizeram viver uma adolescência de descobertas. E mais, que me deram de presente pequenos-grandes seres de luz, que irradia alegria toda vez que me dou conta de suas existências: Ohana e Kauê, afilhados amados, Joab e Júlia, priminhos queridos.

Agradeço ainda a família de Vida: nós nos escolhemos. A família Alves de Oliveira e a família Góis. Um encontro lindo que me proporcionou a re-descoberta comigo mesma. Aquilo que eu queria ser, vocês me ensinaram e hoje eu sou. Ao vilarejo: com vocês, eu sou amor da cabeça aos pés. À Lu, por me permitir vivenciar a

profundidade de um encontro de amor. Nossa ligação é de almas. Sinto isso! Sentimos isso! Você me faz (re)acreditar todo dia, que eu posso ir além e que ‘o mundo cabe no meu bolso’. Ao Cezar, pela aprendizagem cotidiana do afeto, do compromisso e da transformação. Pela fé na Vida que me alimenta o desejo por um mundo de mais justiça. É no gesto que a gratidão se confirma. É no jeito de cuidar que me assumo inteira na grandiosidade do amor que sinto por vocês dois. Minha gratidão por ter acreditado e, mais do que isso, por ter apostado em mim! Amo vocês!

O amor precisa de gratidão, mas não daquela gratidão que nos faz sentir endividado com o outro, mas sim daquela gratidão leve, bonita, que nos faz sentir ligado ao outro. São muitas as pessoas com quem me sinto ligada por fios divinos de amor. E isso é uma das razões de existir o sentimento de gratidão. Portanto, agradeço aos meus amigos pelo carinho estampado em cada gesto. E pelo gesto repleto de tantos laços bons: Naziane, Lulu, Leidy, Luizete, Mônica, Jucy. À Anne, por nossa caminhada profissional, por nossas conquistas partilhadas, tão cheia de presença e amizade. Em especial à Erilene, pela presença inseparável do cuidar e do amar, pela coragem de se entregar, confiar e nutrir nossa amizade, única e grandiosa. À Hileana, pela cumplicidade incomum, pela capacidade de me roubar sorrisos e pela intensidade da sua existência na minha. A vocês duas agradeço pela fortaleza que me torno quando estou com vocês. À Maria, que me cuida desde criança, na cumplicidade de quem ama. À Silva, pelos cuidados do dia-a-dia.

À Barbara, minha Babinha, pelo que sou quando estamos juntas. À Carlinha, por termos partilhado uma história que ainda ressoa em mim. E a Lu: dançamos juntas, em conexão, profundidade e beleza. Amo vocês! E amo Tito e Benki, crianças nossas.

À professora, orientadora, amiga Veronica Ximenes, por tudo que aprendi, graças a sua competência e compromisso com o mundo e com meu processo de aprendizagem; pelas conquistas que são frutos da história que construímos juntas. Você é minha referência de profissional, de mulher, de mãe, de conselheira. Quero sempre tê-la perto!

Ao Nucom, por tudo que me trouxe: experiências, amigos, flores e amores. À Elívia, meu anjo de cada passo; à Barbara Nepomuceno, pelas orientações sempre bem-humoradas de afeto; à Lorena (a quem chamo carinhosamente de Lores), por esse caminhar de aprendizagens lado-a-lado. À Alan, pelos abraços gostosos. À Alana, pelas trocas de olhares no silêncio do cotidiano. À Marília, pela presença tão cheia de beleza:

te adoro! À Carla Eveline (CarlaEve), que chegou pra conquistar, ficar e amar: somos uma, nos sonhos, na cumplicidade e no afeto.

À Aparecida, pelo apoio com o grupo focal e pela doçura de viver as relações. A Angeline, Erilene e Hileana, pelo grande apoio com as transcrições. Vocês foram fundamentais para a concretude objetiva deste trabalho. Ao Barrinha, uma pessoa recém-chegada, mas já muito querida que a Vida me deu de presente, agradeço por sua sensibilidade frente as questões humanas e pelo nosso encontro.

À Carol (Góis) pela certeza da presença. Pelas gargalhas e pelas viagens. Ianne, aquela viagem foi mesmo uma inspiração. Gratidão!

Ao meu grupo de Biodança que transformou minhas quartas-feira trazendo o aroma da intensidade.

Aos meus colegas e amigos de faculdade: *“Do impossível chão, nasceu uma flor”*, por nosso pioneirismo de aprendizagens e lembranças. Nesta história trazemos a presença de Gislene, Luciane e Babi, professores que desbravaram as matas sobralenses da Psicologia, junto conosco. Aos meus colegas e amigos do mestrado, pelas discussões respeitadas e preocupações que partilhamos ao longo desses dois anos. Chegou a hora de fechar esse ciclo! Meus agradecimentos especiais àqueles que estão na interseção desses dois momentos que é a graduação e o mestrado: à Luara, pela amizade porto-seguro que produzimos. À Lorrana, pela presença mais viva esses últimos dois anos. Ao Alex, a quem guardo com um carinho lindo nas minhas lembranças. À Larissa, que se tornou amiga e parceira de percurso. As minhas amigas da Faced, com quem venho partilhando conhecimentos, sorrisos e sementes de uma bela amizade. Ao Barrinha, pelo nosso encontro de arte e possibilidade, por me presentear com sua criação sensível e bela.

À Nara Diogo e Verônica Salgueiro, pelos encontros na sobralidade, por cada gesto que me dizia da intensidade do afeto que cultivamos e pelo amor que nos mantém juntas. Sinto vocês em mim. À querida Ângela Pinheiro, pelos sorrisos tão cheios de afeto e presença, e pelo exemplo de luta em prol dos direitos das crianças e adolescentes.

Agradeço a Marcia Skibick, pela confiança e abertura de portas. E aos meus alunos, que me ensinam a docência cotidiana, do compromisso e do afeto.

Meus agradecimentos à professora Celecina, por ter aceitado contribuir de modo mais presente, com esta pesquisa, e por, sem saber, ter cultivado em mim a vontade de estudar mais e mais sobre as juventudes.



Ao professor Jorge Sarriera, pelas contribuições no Exame Geral de Conhecimentos que me permitiu ver o jovem pobre sobre outras óticas, e pelos encontros dados por aí.

Ao professor, poeta, pesquisador Góis por ser exemplo vívido da práxis, pela presença teórica e existencial no meu percurso.

Ao Helder, sempre tão atencioso, por nos receber com gentileza e efetividade, tudo pelo compromisso com o fazer administrativo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Ao CUCA, que me abriu as portas para realizar esta pesquisa. À Vitta, pela coragem do fazer, por acreditar nas Juventudes, assim como eu. Pelas identificações e discussões que compuseram nossa convivência. Aos jovens que participaram desta pesquisa, pela vitalidade, pelo protagonismo, pela esperança que vocês nutrem por um mundo de mais beleza.

Ao Lucas, que me possibilitou as idas a campo, com todo cuidado e um sentimento de irmão.

Meus agradecimentos à FUNCAP, pelo incentivo financeiro para a realização desta pesquisa.

A minha gratidão à tod@s que contribuíram direta ou indiretamente para que esse sonho se concretizasse. Que ele possa gerar frutos para um mundo melhor!

Se você pudesse ver seu coração, a beleza, o silêncio, a emoção,  
conquistaria o relógio  
e isso seria revolucionário.  
A juventude é uma conquista,  
como tudo na vida.  
E a liberdade é por acaso vivida quando o amor é real,  
quando a sensibilidade é natural.

(Thayza Alencar)

## RESUMO

Esta pesquisa se insere no encontro entre dois campos de estudo e atuação: Psicologia e Juventude e abordará o protagonismo para jovens em contexto de pobreza. A relevância deste tema destaca-se pela ênfase com a qual é tratado o conceito de protagonismo juvenil na sociedade contemporânea, numa dimensão conceitual e prática sendo um termo cheio de facetas e pluralidade. Dessa forma, o foco das políticas, que é assumir o protagonismo juvenil, se dá no sentido de efetivar esse caminho como via de superação das condições de pobreza, no entanto essa realidade se constrói de modo a impor aos jovens pobres a necessidade de serem protagonistas. Assim sendo, tem como objetivo analisar as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres. Tomando como base uma metodologia qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida junto dos jovens de um grupo de dança, participantes do Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte (CUCA) Che Guevara, uma política pública para juventude, localizado na Barra do Ceará, na cidade de Fortaleza. O processo de construção de dados abrangeu o uso da observação-participante, a aplicação do Questionário Sócio-Econômico com 11 jovens, a realização de um grupo focal, com 7 jovens e 2 entrevistas individuais com jovens que haviam participado dos momentos anteriores. Os dados foram analisados a partir da Análise de conteúdo, de Bardin, com auxílio do software de análise qualitativa Atlas TI 5.2. Foram obtidas 37 categorias, onde foram selecionadas as que se relacionavam ao objeto estudado e estas foram agrupadas em grandes categorias: “modos de vida”, “protagonismo” e “políticas públicas”. Ao final deste estudo percebe-se que as implicações psicossociais do protagonismo se dão através do fortalecimento, do exercício da liderança e reconhecimento social. O fortalecimento está relacionado à autonomia e toma como base o apoio social, aparecendo como destaque o apoio familiar e institucional, a liderança do jovem que toma como base o diálogo e a co-participação, e o reconhecimento social esta relacionado à promoção da cidadania. Esta, por sua vez, está relacionada à participação e autonomia. Percebe-se que o protagonismo se faz presente por um conjunto de elementos, que são de natureza política, educativa, social e psicológica e que assim sendo, pode se apresentar como um caminho de enfrentamento à pobreza multidimensional. A criação de espaços, nas políticas públicas, deve se dar na direção de favorecer as potencialidades inerentes a cada jovem e assim contribuir com a promoção do protagonismo, pautado numa práxis da libertação. Agradecimentos à FUNCAP.

**Palavras-chave:** Juventude. Pobreza. Políticas públicas. Protagonismo. Psicologia.

## ABSTRACT

This research is located in the meeting point between two fields of study and action: Psychology and Youth and it will approach leadership for young people in a poverty context. The relevance of this subject is shown through the emphasis with which the youth leadership concept is used in contemporary society, in a conceptual and practical dimension being a term full of facets and plurality. This way, the focus of the policies is to assume youth leadership in a way to implement this path as a way to overcome the situation of poverty. This reality is built in a way to impose young poor people with the need to be leaders. Consequently, it has the objective of analyzing the psycho-social implications of leadership in young poor people. Based on a qualitative methodology, the research was developed along with young people from a dance group, members of the Culture, Science, Art and Sport Urban Center (Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte - CUCA) Che Guevara, a public policy for youth, located in Barra do Ceará, in the city of Fortaleza. The process of data gathering happened due to participating-observation, with the use of a Social-Economical Questionnaire with 11 young persons, with the facilitating of a focus group, with 7 young persons and 2 individual interviews with participants of the previous moments. The data was analyzed according to Bardin's Content Analysis, with the help of qualitative analysis' software Atlas TI 5.2. 37 categories have been obtained, and the ones related to the subject were selected and separated into large categories: "ways of life", "leadership" and "public policies". At the end of the study it can be noticed that psycho-social implications of leadership happen through fortification, leadership exercise and social acknowledgement. Fortification is related to autonomy and it is based on social support, with emphasis on family and institutional support. The leadership of young people takes as basis, dialog and co-participation. And social acknowledgement is related to the promotion of citizenship, which is related to participation and autonomy. It can be noticed that leadership makes itself present by a group of elements, which are of political, educational, social and psychological nature and being this way, can show a way of coping with a multidimensional poverty. The creation of spaces, in public policies, must happen in a way to enable the potentialities inherent to each young person, this way contributing to promote leadership based on a liberation praxis. Thanks to FUNCAP.

**Keywords:** Youth. Poverty. Public Policies. Leadership. Psychology.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Categoria “Implicações psicossociais do protagonismo” .....	107
--	-----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Relação entre os objetivos, as grandes categorias e os instrumentos de pesquisa.....	23
Tabela 2 – Perfil sócio-econômico dos entrevistados. ....	37
Tabela 3 - Relação entre as grandes categorias e as categorias.....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CE Ceará

CEPPJ Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude

CUCA Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte

DC Diário de Campo

E1 Entrevista realizada com Jegad.

E2 Entrevista realizada com Dado.

GF Grupo Focal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

ONU Organizações das Nações Unidas

PNJ Política Nacional da Juventude

PRECE Programa de Educação em Células Cooperativas

SEDUC Secretaria de Educação do Ceará

SER Secretaria Executiva Regional

SNJ Secretaria Nacional de Juventude

TALE Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC Universidade Federal do Ceará

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO: OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA.....	20
2.1 Tipo de pesquisa e o lugar do pesquisador .....	20
2.2 Instrumentos metodológicos adotados .....	22
2.3 Local da pesquisa.....	27
2.4 O processo de inserção e construção dos dados.....	29
2.5 Sujeitos participantes da pesquisa.....	34
2.6 Análise dos dados .....	39
2.7 Compromisso social é ético da pesquisa.....	41
3 JUVENTUDE(S) E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIVERSIDADES, OS SENTIDOS E AS NARRATIVAS.....	43
3.1 Juventude(s): a metáfora de um caleidoscópio .....	44
3.2 A pluralidade da condição juvenil a partir dos jovens.....	53
3.3 Juventude(s), sexualidade e modos de socialização: do apoio ao preconceito social .....	57
3.4 O jovem em contexto de pobreza: do problema social a atores do desenvolvimento .....	65
3.5 Modos de vida e cultura da pobreza: uma tessitura do sentimento de comunidade nos jovens .....	67
4. UM PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE .....	75
4.1 Análises sobre as políticas públicas: olhares diversos que se entrelaçam .....	80
5 PROTAGONISMO JUVENIL: DENTRE TANTAS (IN)DEFINIÇÕES, DO QUE ESTAMOS FALANDO? O QUE OS JOVENS ESTÃO PENSANDO? .....	88
5.1 Protagonismo: “ <i>é a mesma coisa que atuação, essas coisas?</i> ” .....	88
5.2 Protagonismo: uma questão de participação juvenil? .....	94
5.3 Protagonismo sob a égide da cidadania: uma via para o controle ou para a autonomia?.....	99
6 IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: (IN)TENSÕES DA PSICOLOGIA SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL.....	103
6.1 Teoria Histórico-Cultural da Mente e a ética da libertação: uma compreensão psicossocial da juventude.....	103
6.2 O fortalecimento para os jovens: “ <i>São os jovens que tem o seu talento, o seu melhor para mostrar, entendeu?</i> ” .....	108



6.3 A liderança para o jovem Jegad: <i>“é preciso saber lidar com o balançado que o barco vai andando”</i> .....	115
6.4 Protagonismo e autonomia: duas faces de uma mesma discussão.....	121
6.5 O Grupo de dança como facilitadora do protagonismo: <i>“não tem recompensa maior do que a sensação de estar em cima do palco”</i> .....	125
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	139
APÊNDICES .....	150
ANEXO .....	160



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no encontro entre dois campos de estudo e atuação: Psicologia e Juventude e abordará o protagonismo para jovens em contexto de pobreza, chegando como desejo de investigação científica, fruto das experiências ao longo da graduação em Psicologia, na Universidade Federal do Ceará – *campus* Sobral, e da minha atuação profissional no campo das políticas públicas de Assistência Social, junto da infância e da juventude em situação de risco e vulnerabilidade social. Com a atuação junto a esses jovens, pude aproximar-me das peculiaridades de cada um, em seus modos de se organizar na família e em grupos, e em suas expressões, que implicavam em transformações simbólicas das quais eles iam se apoderando e se apropriando. Assim, percebo que o protagonismo passa a se configurar, hoje, como um discurso hegemônico nas práticas com jovens usuários de políticas públicas e projetos sociais, e que esta experiência revela que esse discurso serve a certos propósitos, a depender de onde ele advém, que tipo de ações e pretensões ele se propõe de modo explícito e, ou implícito.

Além disso, a pesquisa sobre a temática ‘juventude’ no cenário acadêmico brasileiro, se comparado ao de outros países, como por exemplo, a Alemanha, pode ser considerada incipiente. Enquanto a Alemanha se aproxima da comemoração dos 50 anos de pesquisa nessa área, o Brasil tem apresentado um impulso nos últimos anos, pós 2004, com o movimento da Política Nacional da Juventude, o que sinaliza que ainda se tem poucas pesquisas nesse âmbito, comprometendo uma visão mais ampla, inter e transdisciplinar, de um modo mais aprofundado acerca do fenômeno juvenil (STRECK, 2006).

Nesse sentido, dentro da temática juventude, demarcamos o protagonismo como tema gerador da presente pesquisa. Desse modo, para melhor situá-lo, é preciso remeter brevemente ao histórico desse conceito, desde sua emergência até os dias de hoje. Para Iulianelli (2003), as discussões em torno do protagonismo juvenil começam a aparecer na segunda metade dos anos 1980, fazendo-se presentes em vários âmbitos, desde organismos multilaterais, como o sistema das Nações Unidas e o Banco Mundial. Ferreti *et al.*, (2004, p. 412) ressaltam que “tanto os documentos oficiais quanto aqueles que o discutem teoricamente, associam-no sempre ao jovem, à juventude. São raras as referências ao “protagonismo dos pais”, preferindo-se nesses casos o termo participação”. Além disso, Iulianelli (2003) destaca a força com a qual esse termo

circulou, especialmente na década de 90, entre os educadores da América Latina, se tornando claro nas ações realizadas com e pelos jovens, especialmente no Brasil. Em consonância, Dayrell (2005) confirma que este termo vem sendo utilizado, de maneira crescente, por gestores públicos, lideranças comunitárias, professores e, ou, educadores ligados a ONGs, além de estar sempre presente nas justificativas de projetos voltados para a juventude. Nesse contexto, essa categoria protagonismo juvenil é ressaltada no campo da juventude de direitos, denunciando, claramente, um cenário que mostra insistência do termo protagonismo juvenil transpassando a realidade dos jovens brasileiros em situação de pobreza nos dias de hoje.

A relevância desse tema de pesquisa destaca-se pela ênfase com a qual é tratado o conceito de protagonismo juvenil na sociedade contemporânea, numa dimensão teórica-conceitual, como já foi dito, e prática, sendo reconhecidamente um termo cheio de facetas e pluralidade, “carregado de significado pedagógico e político, o que o torna um potencial catalisador de conflitos e, portanto, um fértil objeto de estudo”. (FERRETI, *et al.*, 2004, p. 02). Além disso, podemos pontuar que se tem hoje uma apropriação generalista do termo, de forma polissêmica e, por vezes, divergente e contraditória, fazendo com que ele passe a significar, na prática, sempre algo distinto:

Fundamentalmente, essa é a discussão que nos interessa: como o conceito de protagonismo juvenil é um campo semântico em disputa. E como essa disputa pode interferir em todos os envolvidos. Os processos de definição são construídos por meio de ações. Faz-se protagonismo juvenil ao discuti-lo. (IULIANELLI, 2003, p. 54)

A partir disso, o autor nos impulsiona a questionar a existência do protagonismo juvenil e a importância de se trazer discussões sobre a aplicabilidade desse conceito, uma vez que a compreensão disso tem implicação para todos os envolvidos. Se, por uma ótica, esse termo pode representar um novo modelo político pedagógico, por outra, pode ir em direção a uma prática de ajustamento social, “isso porque o protagonismo juvenil vai cumprir um determinado papel nas ações dos órgãos multilaterais e dos governos” (IULIANELLI, 2003, p. 59). Além dessas, imbricam outras concepções também híbridas, como participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania. Não há uma distinção conceitual entre protagonismo e participação, tanto é que alguns autores consideram sinônimos (FERRETI *et al.*, 2004). Com isso, este pode fazer parte de um modelo que se reduz ao fazer, pois se enxerga protagonismo no instante em que se coloca o jovem para executar ações, no

entanto, antes de executar, quando se pensa e planeja essas ações não se vê a participação do jovem, pois quem decide é o gestor da política ou do projeto ou as instâncias superiores, como o próprio Estado.

Fala-se em protagonismo apenas no contexto que é designado ao jovem pobre, quando se refere ao jovem de classe média e, ou, alta, refere-se ao protagonismo como um mecanismo para torná-los sensíveis diante da realidade vivida pelo jovem pobre, tal como denuncia Ferrenti *et al.*, (2004, p. 07):

É possível inferir que o protagonismo juvenil, tal como tratado pelas fontes abordadas neste trabalho, refere-se tanto à participação de adolescentes e jovens pobres na superação da adversidade vivida por eles e suas famílias quanto à sensibilização e ação de jovens de classe média em relação às dificuldades de setores empobrecidos da sociedade.

A partir desse cenário que parte de questionamentos a nível teórico acerca do protagonismo na realidade concreta do jovem pobre, podemos definir que o problema da investigação se anuncia na direção de questionar a exigência que a sociedade e as políticas públicas fazem para que o jovem em situação de pobreza seja protagonista de algo, pois somente assim poderá ter uma vida digna e não se envolver em atos violentos e/ou, não utilizar drogas. Nesse caso, o protagonismo imposto ao jovem pobre como modelo de superação de sua condição de pobreza pode, por um lado, ser considerado uma proposta educativa e política de participação, empoderamento, capacidade de realização, cidadania, atuação social, responsabilidade, cooperação com ênfase nos direitos e na integração social<sup>1</sup>, no entanto, por outro, funcionar como um mecanismo de controle e pedagogização dos jovens pobres.

Stamato (2008), ao falar do protagonismo juvenil, relaciona-o à formação da cidadania, para isso faz referência às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, onde é explicitada a importância do protagonismo juvenil como mecanismo de participação, responsabilidade e autonomia. No entanto, ela contesta:

Este protagonismo é associado a diversas posturas, ações e atores, sem deixar claro o referencial metodológico, ou seja, as estratégias e condições para sua operacionalização, o que impede que saia da teorização e se torne realidade no interior da dinâmica pedagógica, abrindo espaço para o “protagonismo regulado”, obediente às orientações e objetivos definidos pelos adultos (STAMATO, 2008, p. 02).

---

<sup>1</sup>Esses são os conceitos mais utilizados pelos autores renomados na área, como definição da categoria protagonismo juvenil.

Dessa forma que enxerga-se uma tendência preponderante focada na promoção desse protagonismo hegemônico, o que finda por cristalizar e banalizar este conceito, e, por sua vez, leva a desfavorecer qualquer mudança. É preciso pontuar também o entrelace dessa categoria com a concepção de pobreza, pois é recorrente a ideia de protagonismo apenas quando se refere a jovens pobres, reforçando o discurso que gira em torno do dever desses jovens pobres em se transformar em protagonistas. Dessa forma, o foco das políticas e projetos sociais que assumem o protagonismo juvenil como direcionamento se dá no sentido de efetivar esse caminho como via de superação das condições de pobreza, realidade esta que se constrói de modo a impor aos jovens pobres a necessidade de serem protagonistas. Sendo assim, cabe uma questão, da qual parto para empreender esta investigação: Como as implicações psicossociais do protagonismo estão presentes na vida dos jovens em situação de pobreza? Dayrell (2005) afirma que é preciso questionar o que nos é posto, para poder desnaturalizá-lo. A pretensão dessa investigação assume essa direção à medida que, a partir do problema que aqui será pesquisado, se define como objeto de investigação as implicações psicossociais do protagonismo a partir dos jovens pobres.

Com isso, a relevância desta pesquisa está em problematizar o protagonismo definido pelos próprios jovens, na tentativa de analisar se este conceito está contribuindo concretamente, com os trabalhos junto da juventude brasileira, de forma a garantir seus direitos. Além disso, é relevante, à medida que essa investigação tem possibilidades de abrir espaços de questionamentos sobre a ideia que pretende colocar o jovem em um espaço social cujo interesse maior é do Estado, da sociedade e dos próprios autores, de um modo geral, que estudam juventude. Desse modo, trago como objetivo geral desta pesquisa analisar as implicações psicossociais do protagonismo em jovens em situação de pobreza; e como objetivos específicos: descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza participantes das políticas públicas; compreender os sentidos ao protagonismo juvenil por parte dos jovens das políticas públicas; relacionar o modo de vida desses jovens pobres com as possíveis concepções de protagonismo.

A pesquisa foi estruturada em torno de três capítulos. O primeiro abordará os fundamentos metodológicos dessa pesquisa, que toma como base uma abordagem qualitativa. Tomando como base uma metodologia qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida junto dos jovens de um grupo de dança, participantes do Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte (CUCA) Che Guevara, de agosto a janeiro de 2013. O processo de construção de dados abrangeu o uso da observação-participante, a

aplicação do Questionário Sócio-Econômico, a realização de um grupo focal, entrevistas individuais. Os dados foram analisados a partir da Análise de conteúdo, de Bardin, com auxílio do *software* de análise qualitativa Atlas TI 5.2.

Os capítulos seguintes abordam os conteúdos teóricos e a articulação com as experiências construídas em campo. O segundo capítulo, intitulado *'Juventude(s) e políticas públicas: entre diversidades, os sentidos e as narrativas'*, apresenta basicamente a articulação entre juventude e políticas públicas. Nesse sentido, se evidencia o pluralismo dos jovens na modernidade, abordando a questão da sexualidade, bem como as significações dos próprios jovens sobre juventude. Posterior a isso, teoriza-se sobre o jovem pobre e seu papel de ator social, perpassando seus modos de vida, o sentimento de comunidade e as significações dos jovens pesquisados sobre pobreza. Em seguida, discute-se a questão das políticas públicas por ser um espaço que existe com a proposta de garantia dos direitos dos jovens. É problematizada a questão do acesso desses jovens as políticas públicas e analisado o reconhecimento social produzido nesses espaços, no intuito de tecer os entrelaces entre as leituras teóricas e empíricas.

O capítulo três, intitulado *'Protagonismo juvenil: dentre tantas (in)definições, do que estamos falando? O que os jovens estão pensando?'*, trará algumas compreensões acerca da categoria protagonismo, em que será problematizado a partir das categorias teóricas: participação, autonomia e cidadania. Em seguida demarca-se o lugar teórico e epistemológico do qual parte esta pesquisa, qual seja a Teoria Histórico-Cultural e a Ética Libertação, com sua visão de sujeito e de mundo, fazendo-se referência ao uso da categoria implicações psicossociais. Por fim, demarcam-se as categorias psicológicas: fortalecimento, liderança e grupo, considerando-as como elementos essenciais para se compreender essas implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres.

Por fim, conclui-se trazendo considerações e apontamentos com o foco de promover reflexões na direção de construir caminhos facilitadores do protagonismo para os jovens pobres, tomando como base numa práxis que favoreça a libertação.

*“No meio do caminho, tinha outro caminho.  
Eu o fiz, dançando”.*

*“Entre conflitos, emergem os desejos.  
Entre os medos, descobrem os sonhos.  
Entre as vidas, constroem o amor.*

*Eis o(s) modo(s) de ser,  
Eis a nossa juventude”*

*(Alexsandra, 2014).*

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO: OS (DES)CAMINHOS DA PESQUISA**

Este capítulo traçará o percurso metodológico desta pesquisa, partindo da compreensão de que a metodologia de uma pesquisa indica o caminho seguido pelo pesquisador. Esse percurso precisa estar coerente com o problema e com os objetivos da pesquisa, com as experiências pessoais do pesquisador e com os sujeitos participantes.

Além disso, a metodologia escolhida revela as concepções que o investigador traz para o estudo, bem como direciona algumas estratégias e métodos de investigação. Para discorrer sobre os aspectos metodológicos dessa pesquisa, é preciso reconhecer sua abrangência. Assim, compreendo que há a necessidade de problematizar o lugar do pesquisador e sua relação com o objeto pesquisado. Pensar essa questão é situá-la dentro das características que demarcam o caráter qualitativo da pesquisa, ressaltando os meandros de se reinventar na arte e no lugar de pesquisador(a). Posterior a isso, apresentarei os instrumentos metodológicos adotados, o local da pesquisa, o processo de inserção e construção dos dados e os sujeitos participantes da pesquisa. Descreverei os instrumentos e métodos de análise dos dados, com seus respectivos referenciais teóricos e finalizarei o capítulo problematizando a dimensão ética da, e na pesquisa.

### **2.1 Tipo de pesquisa e o lugar do pesquisador**

A ciência existe para responder questões da atualidade, por isso tem seu lugar e seu saber reconhecido. Assim, compreender as características gerais de uma pesquisa qualitativa é uma questão basilar para as ciências humanas e sociais. O pesquisador e cientista se movem na direção de querer descobrir as aventuras nos



meandros da pesquisa social e, para isso é preciso aprender a combinar teoria, método e criatividade (MINAYO, 1996). Nesse sentido, é preciso ficar atento à relação pesquisador-realidade, bem como pensar e repensar a ideia de devir na ciência, em que é preciso pontuar a questão social e considerar a subjetividade, implícita, tanto do sujeito pesquisador quanto do objeto pesquisado. Fazer pesquisa requer rigor científico, no entanto: que rigor seria esse? Como pensar esse rigor em um lugar (pesquisa) que está sempre em movimento (devir)?

Como defende Minayo (1996), a ciência nunca pode ser considerada neutra. Afirmar isso é assumir posicionamentos, é reconhecer a relação entre ser pesquisador, e reconhecer-se inserido em um contexto social, político e ético, é reconhecer o quanto “sinto-me abrindo mão da cômoda – mesmo que insípida – condição de espectadora, de testemunha da história, para o responsável – porém vívido – lugar de partícipe da complexa tessitura social em que me insiro, na dupla condição de construtora e construída” (PINHEIRO, 2005, p.23). Neste estudo não há pretensão de neutralidade científica, uma vez que, enquanto pesquisador é preciso nos reconhecer como produto e produtor dessa realidade tecida a qual somos implicados. Atualmente, o pesquisador parte de teorizações epistemológicas na direção de relacionar a pesquisa qualitativa também às necessidades e objetivos de uma sociedade democrática (DENZIN; LINCOLN, 2006).

A pesquisa qualitativa destina-se a investigar fenômenos em toda a sua complexidade, “privilegiam essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. (...) Recolhem normalmente os dados em função de um contato aprofundado com os indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 17). Desse modo, a pesquisa qualitativa me permitiu investigar o protagonismo juvenil no contexto atual, pois além dar possibilidades de compreender este fenômeno psicológico e social, favoreceu uma aproximação da realidade vivida por essa juventude pobre, permitindo assim, uma análise quanto aos seus modos peculiares de agir, ser, pensar e sentir o mundo ao seu redor.

Portanto, para Creswell (2010, p. 26) “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Coerente com o objetivo de analisar as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres, a metodologia qualitativa possibilitou:

Utilizar questões abertas para que os participantes possam compartilhar suas opiniões (...); procuram entender o contexto ou cenário dos participantes, visitando tal contexto e reunindo informações pessoalmente. Também interpretam o que encontram, uma interpretação moldada pelas próprias experiências e origens do pesquisador. (...) O processo da pesquisa qualitativa é principalmente indutivo, com o investigador gerando significado a partir dos dados coletados no campo. (CRESWELL, 2010, p. 31 e 32).

Assim sendo, pesquisar com o enfoque qualitativo exigiu questões definidas, nascidas de um problema pulsante no contexto vivido pela sociedade, como a questão da exigência que a sociedade e as políticas públicas fazem para que o jovem em contexto de pobreza seja protagonista de algo, mas que seja algo bom para a sociedade, pois somente assim poderão ter uma vida digna e não se envolver em atos violentos e, ou não utilizar drogas.

Um desafio que se fez presente nesse estudo foi abandonar a visão psicologizante e assumir um olhar que abarcasse a complexidade do protagonismo para os jovens em contexto de pobreza, no cenário social de hoje. O processo de pesquisar as relações entre juventude e protagonismo implicou também abandonar uma perspectiva naturalizante, simplista e unidirecional acerca do objeto de estudo, e exercer um pensamento e uma postura crítica, que considera o jovem em contexto de pobreza situado em uma tessitura complexa que é histórica, cultural, social, econômica.

Por fim, pontuo que neste estudo faço preferência pelo uso do termo construção de dados, em detrimento de coleta de dados, pois parto da compreensão que os dados de uma pesquisa não são simplesmente coletados, constroem-se na relação do pesquisador com seu objeto. Isso reflete uma postura metodológica, em busca da coerência com as concepções teóricas adotadas ao longo do percurso de pesquisa, além disso, “a eleição dessas técnicas precisa estar relacionada aos objetivos da análise” (SARRIERA, 2010, p. 147).

## **2.2 Instrumentos metodológicos adotados**

O percurso de construção dos dados desta pesquisa foi se dando a partir da relação que fui estabelecendo, como pesquisadora, com o campo e os sujeitos pesquisados. Portanto, como parte do processo, utilizei: Observação participante, com registros em diários de campo; Questionário Sociodemográfico de pobreza

multidimensional; Grupo Focal e entrevistas individuais, com registros em gravações de áudio.

A relação entre os objetivos, as grandes categorias teóricas e os instrumentos utilizados estão descritas no quadro 1:

Tabela 1 – Relação entre os objetivos, as grandes categorias e os instrumentos de pesquisa

<b>OBJETIVO GERAL:</b> Analisar as implicações psicossociais do protagonismo em jovens em situação de pobreza.		
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>GRANDES CATEGORIAS</b>	<b>INSTRUMENTOS</b>
Descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza nas políticas públicas;	Modos de vida; política pública.	Observação Participante; (Diários de campo)  Grupo focal; Entrevistas; (Gravações de áudio);
Compreender os sentidos do protagonismo juvenil por parte dos jovens	Protagonismo; políticas públicas.	Observação Participante; (Diários de campo)  Grupo focal; Entrevistas; (Gravações de áudio)
Relacionar o modo de vida desses jovens pobres com os sentidos que são atribuídos ao protagonismo.	Modos de vida; protagonismo.	Observação Participante; (Diários de campo)  Grupo focal; (Gravações de áudio);

Fonte: Elaborado pela autora.

O ato de observação é muito utilizado para conhecer e compreender situações, pessoas e fenômenos e torna-se uma técnica à medida que passa por sistematização, planejamento e controle em busca de uma objetividade ética e científica, considerando a vantagem de o pesquisador usar essa técnica diante da ocorrência espontânea dos fatos, e a possibilidade não só descrevê-los, mas também de examiná-los (QUEIROZ, *et al.*, 2007). No entanto, essa observação não se deu de modo distanciado da realidade, sendo reconhecida a minha influência e o lugar de participante na dinâmica da realidade dos sujeitos. Foi assim que este estudo tomou os preceitos éticos e metodológicos da Psicologia Comunitária (GOIS, 2005), com ênfase na observação-participante (MONTERO, 2006), caracterizando-se por uma relação de participação e troca com os jovens pesquisados, onde era reconhecida a importância dos diversos saberes.

O seu compromisso com a emancipação das classes populares, com a defesa dos direitos humanos e da qualidade de vida da população, e com metodologias de intervenção e de pesquisas que não só privilegiem a participação dos atores envolvidos, mas também considerem o saber daqueles a quem se dirige o trabalho como constituinte do conhecimento a ser gerado sobre ele (FRIZZO; SARRIERA, 2006, p. 200).

Nesse sentido, Góis (1994) destaca a importância da produção do conhecimento a favor do compromisso com as camadas populares e, para isso, propõe como um caminho metodológico de pesquisa, a observação-participante. Essa escolha possibilitou criar um vínculo maior, enquanto pesquisadora, com o lugar e proporcionou a construção de uma visão mais ampla e detalhada da realidade, resultante dessa interação. Vale ressaltar que essa escolha metodológica exigiu uma inserção profunda no cotidiano dos jovens pesquisados, onde pude reconhecer que,

É importante que o investigador cuide de seu preparo pessoal, a fim de que possa perceber seus próprios processos subjetivos, distinguindo-se dos processos objetivos do modo de vida da comunidade. Tal condição é essencial para que ele não entre em confluência (perda da diferenciação) contamine os dados levantados e se envolva inadequadamente com os moradores (GOIS, 2008, p. 153).

À medida que concebo o jovem se construindo dialeticamente em sua realidade, entendo que o protagonismo se constrói nessa relação, sendo assim, fez-se importante, nesta investigação, dar voz a quem constitui essa relação, afinal:

Tendo em vista a proposta de somar a perspectiva dos adolescentes a de outros atores – tais como pais, professores, psicólogos – é possível que se obtenham ganhos de pesquisa em termos de riqueza e compreensão do fenômeno, possibilitando a problematização de alguns clichês contraditórios ancorados na perspectiva adulta (SARRIERA, *et al.*, 1996).

Nesse sentido, o foco da investigação foram os próprios jovens. Assim, a observação se deu a partir da minha participação nas atividades, ensaios e apresentação desses jovens. Nesse processo de observação-participante, houve a necessidade de sistematizar a experiência que emergia desse vivido, e registrar o contexto de cada encontro, de cada observação, de cada interação. Desse modo, registrei minhas impressões e experiências em diário de campo e, assim, pude trabalhar minhas implicações de pesquisadora (BARBOSA; HESS, 2010).

O diário de campo permite revelar o lado humano e vulnerável do pesquisador e da real situação da pesquisa, bem como, permite “captar informações que os documentos, as entrevistas, os dados censitários, a descrição de rituais, - que obtidos

por meio do gravador, da máquina fotográfica, da filmadora, das transcrições – não transmitem” (MAGNANI, 1997, p. 03). Possibilita, também, nos transportar até a experiência acumulada naquele referido contexto, além de ser um meio de satisfazer a necessidade do pesquisador de compreender o que sente, através do exercício da capacidade de escrever e descrever as maneiras de sentir das pessoas, os lugares, as situações e os objetos. Desse modo, compreendo que “o diário são folhas de uma fala oculta” (BRANDÃO, 1982, p. 12) que facilitou o registro da observação com uma maior riqueza de detalhes e favoreceu a percepção, a construção e o desenvolvimento das interpretações acerca do fenômeno estudado (MONTERO, 2006). Além disso, foi espaço de reflexão da prática da pesquisa, que contribuiu no sentido de fazer perceber que “poderíamos também exercitar sobre a aprendizagem prazerosa da novidade que é nos vermos no que fazemos, e o que fazemos ser extensão do que somos” (BARBOSA; HESS, 2010, p. 37).

O roteiro do Grupo Focal (APÊNDICE E) foi construído com o intuito de compreender o processo de apropriação de seus modos de vida e suas percepções através da interação social, considerando os sentidos que eles próprios atribuíam ao seus modos de vida e ao protagonismo em suas vidas. O Grupo Focal é um tipo de entrevista coletiva, interativa, o qual requer um ambiente informal e envolve as experiências subjetivas dos jovens participantes em torno do tema, além disso,

Chega a níveis mais profundos da consciência, os quais usualmente não são obtidos com os questionários e escalas de medição, em vez de ter um caráter grupal permite uma interessante interação que mostra as formas de influência e de resistência social, a origem e o caso de tendências de opinião pública. (MONTERO, 2009, p.17, tradução nossa).

A proposta do trabalho em grupo para e com os jovens pesquisados tomou como ponto de partida a importância de levar em consideração as avaliações de adolescentes na concepção de políticas e programas (SARRIERA, 1996). Além disso, considero que elementos característicos do protagonismo emergem na relação e interação social entre eles, já que estar com o outro favorece o desenvolvimento da consciência. Segundo Gatti (2005), é preciso no mínimo um número de seis pessoas para que possa ser conduzido um grupo focal. Este estudo conta com a participação de 7 jovens. As categorias analisadas no Grupo Focal dadas a priori, foram modos de vida, abrangendo como sub-categorias: jovem, família, sentimento de comunidade; bem como a categoria protagonismo, que por sua vez trazia como sub-categorias: Grupo,

autonomia, liderança, participação, criatividade, visão de futuro. Para registrar o material produzido nas entrevistas e no grupo focal, utilizei gravações de áudio, as quais foram posteriormente transcritas e analisadas.

A entrevista teve o propósito de aprofundar questões que emergiram do grupo focal, tendo sido um procedimento de construção dos dados que favoreceu um mergulho mais profundo na realidade daqueles jovens, e permitiu acessar a informações mais consistentes, bem como descrever e compreender melhor as significações que eles atribuíram algumas questões de suas vidas. Duarte (2004, p. 215) afirma que as “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. O foco da entrevista foi a história e o modo de vida dos jovens participantes, suas indagações, suas formas de ver e perceber o mundo, seus comportamentos, suas crenças e valores, sua relações consigo mesmo, com a família, com os amigos, com os namoros e outras. O intuito foi perceber como esses jovens significavam seus modos de vida. As histórias pessoais, de cada jovem, revelavam, de algum modo, sentidos e significações das juventude(s).

Para realizar as entrevistas, utilizei um roteiro de entrevista semi-estruturada (APENDICES F e G). O roteiro da entrevista começava perguntando a percepção do jovem sobre a participação no grupo focal e seguia na direção de questionar sobre sua auto-percepção enquanto jovem no mundo (com família, amigos, namoros e outras relações), e enquanto jovem integrante do grupo Radar<sup>2</sup>. A partir de então, as perguntas se deram na direção de perceber a relação desse jovem com esse grupo e com a dança.

Os tópicos gerais da entrevista foram basicamente três:

- a) Participação no grupo focal.
- b) Características pessoais e participação no grupo.
- c) Relação do grupo com sua Vida no passado, presente e futuro.

Durante o processo da entrevista, busquei ficar atenta a algumas dimensões, como o modo como eles se expressavam, auto-percepção sobre suas vidas, a autonomia frente às ações relatadas, os projetos para o futuro. As entrevistas fluíram consideravelmente bem. As falas foram pautadas em uma relação de confiança e traziam conteúdos psicológicos, atrelados em alguns momentos, a sofrimentos e

---

<sup>22</sup> Nome fictício do grupo de jovens pesquisado.

desesperança. Por conta disso, fizeram-se necessárias uma escuta acolhedora e uma postura empática, a partir dos quais tive que fazer intervenções diretas e objetivas para não se tornar uma intervenção terapêutica. Alguns conteúdos trazidos foram comuns às duas entrevistas, no entanto, foram importantes para perceber e reconhecer a peculiaridade de cada jovem para não sobrepor a entrevista aos elementos e sentimentos que eram vivenciados ao longo das falas deles. Todas as entrevistas adotadas como materiais de análise desta pesquisa foram gravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas.

### 2.3 Local da pesquisa

Esta pesquisa ocorreu no CUCA, situado na cidade de Fortaleza-CE, considerada a quinta cidade mais populosa do país, com 8.452.185 habitantes, o que significa 29,1% da população do estado do Ceará (IBGE, 2010). Desse montante, 718.613 pessoas estão no grupo etário de 15 a 29 anos de idade, representando 29,3% da população fortalezense e 28,8% do total de jovens do estado do Ceará (IPECE, 2013). Dentre esses jovens, 344.942 são do sexo masculino e 373.671, do sexo feminino (IBGE, 2010).

De acordo com o IPECE (2013), 60% dos jovens vivem em famílias com rendimentos domiciliares *per capita* inferiores a um salário mínimo, ainda muitos estão em famílias consideradas pobres. A juventude de Fortaleza é composta, majoritariamente, por trabalhadores, em que 33,2% dos jovens estão trabalhando e 26,4% dos jovens já trabalharam e estão pressionando o mercado de trabalho por novas vagas; 15,8% dos jovens nunca trabalharam, mas estão pressionando o mercado de trabalho pelo primeiro emprego; 9,1% dos jovens já trabalharam, mas não estão pressionando o mercado por novas oportunidades (ESCOSSIA, LIMA e SÁ, 2007).

Sobre o perfil socioeconômico desses jovens, considerando a linha de pobreza (abaixo de 140 reais *per capita*) e extrema pobreza (abaixo 70 reais *per capita*), tem-se, segundo IPECE (2013, p. 17) que:

14,4% dos jovens estão entre os pobres e destes, 6,8% se classificam como extremamente pobres. A proporção de jovens pobres é maior entre os que possuem idade entre 15 e 19 anos (17,9%) e declina conforme se avança nos grupos de idade.

Fortaleza, por uma questão administrativa, se divide em seis Secretarias Executivas Regionais (SER), instâncias executoras das políticas públicas municipais. A maior proporção de jovens pobres se concentra na Regional 1 ou SER I (IPECE, 2013), o que representa um indicador da pobreza nos jovens e indica também que são áreas vulneráveis. A SER I, se localiza no extremo oeste da cidade e é constituída por Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil. Dentre esses dados, temos ainda que a Barra do Ceará, com 22.577 jovens, é o bairro que concentra maior população jovem (15-29 anos) em Fortaleza (IPECE, 2013).

A Barra do Ceará, onde está situado o CUCA, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, tem por objetivo consolidar um sistema integrado de programas de atenção a jovens, promovendo alternativas para o desenvolvimento econômico e a inclusão social dos jovens em situação de risco. Na concepção e desenvolvimento dos CUCAs, é considerado que:

Os problemas da pobreza, do racismo, do sexismo, da discriminação contra deficientes e da exclusão sistemática dos jovens em relação aos mecanismos de geração de emprego e renda são a pedra de toque do foco das políticas de inclusão da juventude (ESCOSSIA, LIMA e SÁ, 2007, p. 08).

Atualmente, Fortaleza conta com um CUCA, localizado na Barra do Ceará, estruturado desde setembro de 2009 e 2 recém-inaugurados, em fevereiro de 2014, um no bairro do Mondubim, com 22.306 jovens (15-29 anos), ocupando o segundo lugar no raking de população jovem, e outro no bairro Jangurussu, com 15.196 jovens (15-29 anos), que ocupa o quinto lugar, entre os bairros da capital com maior percentual de população jovem (IPECE, 2013).

Dentro desses equipamentos, tem Programas de Formação, Animação e Entretenimento que possibilitam acesso a cursos, de estrutura modular ou livre, de média e curta duração, oficinas. A programação se estrutura dentro das seguintes áreas: Áudio Visual e Mídias Digitais; Esporte; Lazer e Entretenimento; Artes Cênicas; Música; Ciência e Tecnologias Sociais; Dança; Literatura e formação de público leitor (ESCOSSIA, LIMA e SÁ, 2007). O CUCA se organiza nos seguintes núcleos: Núcleo da Saúde; Núcleo de Economia Criativa; Núcleo de Comunicação Popular; Núcleo do Protagonismo Juvenil. Este último foi onde ocorreu a presente pesquisa, pois é o setor



responsável por promover atividades que buscam estimular o protagonismo dos jovens na direção da inclusão social, do exercício da cidadania, da promoção de direitos humanos e cultura de paz, da autonomia e da participação política dos jovens no contexto do CUCA e suas comunidades.

Três elementos foram importantes para a escolha do Cuca, para a realização dessa pesquisa: situar-se em uma área de maior concentração de jovens pobres em Fortaleza; ser um dos mais novos equipamento público de juventude, tendo se tornado referência na capital e no estado; e atuar com base no paradigma do protagonismo juvenil, a partir do Núcleo de Protagonismo Juvenil.

## **2.4 O processo de inserção e construção dos dados**

O contato com o campo para a realização desta pesquisa se deu inicialmente com o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA, equipamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Esse lugar se situa na Barra do Ceará e tem o objetivo de proporcionar um desenvolvimento social para os jovens que moram nessa e em outras regiões da cidade. No entanto, a cidade passava por um período de eleição e mudança de gestão municipal, o que impactou no funcionamento do CUCA, uma vez que alterou a dinâmica dos profissionais na instituição. Posterior a isso, o novo lugar para pesquisa foi a Coordenadoria de Protagonismo Estudantil, da Secretariaria de Educação do Ceará (SEDUC), que atua em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e com o Programa de Educação em Células Cooperativas (PRECE), localizada no Bairro Benfica, em Fortaleza (Ce). Neste espaço, buscavam ampliar as possibilidades de aprendizagem, difundindo a metodologia da Aprendizagem Cooperativa entre estudantes da rede pública estadual<sup>3</sup> e nessa direção fomentar o protagonismo junto aos estudantes em situação de pobreza. Em decorrência disso, entrei em contato e iniciei o processo de inserção, em que pude participar de uma reunião da equipe e de duas oficinas realizadas para os facilitadores jovens.

Entretanto, junto às inquietações e questionamentos trazidos durante o Exame Geral de Conhecimentos desta dissertação, ocorrido em junho de 2013, e ao longo do processo de inserção no PRECE, pude identificar que este atua com base na proposta

---

<sup>3</sup> Informação retirada do site: <http://estudentecooperativo.blogspot.com.br/>. Acesso em 30 de maio de 2013, às 15hs.

de protagonismo estudantil, o que significa que o foco maior é o estudante, ou seja, é diferente da categoria jovem, em que aqui considero uma categoria de análise mais ampla. Como afirma Dayrell (2006), a escola não vê o jovem, vê o estudante. Em decorrência dessa análise, concluí que esse questionamento poderia me levar a outros caminhos de pesquisa, correndo o risco de desviar do protagonismo juvenil em sua instância mais complexa e poderia me encaminhar na direção de análise do estudante no espaço da escola. Foi uma questão de olhar teórico e de escolha de pesquisa. Optei por retornar ao CUCA, visto que nesse momento já havia passado o período de eleições municipais e a instituição já estava funcionando de acordo com a nova gestão municipal. Iniciei o processo de inserção em agosto de 2013 e perdurou durante seis meses, onde estive como observadora e participante da dinâmica de funcionamento do lugar. O intuito era me inserir, conhecer o modo de vida dos jovens, seus pensamentos e comportamentos, interações, construir relações e fazer vínculos. Assim pude ter contato com o Núcleo de Protagonismo Juvenil, composto por uma coordenadora e dois educadores sociais. Eles se mostraram bastante receptivos e interessados na contribuição de um olhar externo, acadêmico e científico.

A inserção se deu a partir das minhas visitas a instituição. Inicialmente, durante a semana, quando pude conhecer a dinâmica da instituição, as atividades e os jovens participantes. Posteriormente, senti a necessidade de visitas aos finais de semana, período em que se concentra grande quantidade de jovens, principalmente aqueles que estudam e trabalham durante a semana. Durante os finais de semana, entrei em contato com alguns grupos de jovens, como do teatro, do futebol, da natação e da dança. Dentre estes, destacaram-se dois grupos de dança, pela autonomia presente na sua forma de organização e expressão em grupo. Destes dois, havia um que era bem conhecido dentre o público do CUCA e da própria Fortaleza, por dançar em apresentações, espaços culturais e boates noturnas da cidade. Este reconhecimento do público, atrelado ao meu objeto de investigação, atraiu minha atenção de pesquisadora, o que justificou a escolha por esse grupo.

No primeiro encontro com eles, me apresentei, falei sobre a ideia da pesquisa, e perguntei sobre interesse deles em participar. Depois de cada um ter aceitado participar, pedi permissão para estar nos ensaios, uma vez por semana. Isso me permitiu, progressivamente, conhecer um pouco da história de cada um e do grupo. A convivência durante os ensaios, nos intervalos, nas saídas e caminhadas para a parada de ônibus foi essencial para uma maior aproximação de seus cotidianos, seus modos

pensar, de interagir, e se relacionar. Além disso, quando eles iam fazer apresentações externas ao CUCA, sempre me convidavam, como por exemplo, eles foram chamados para se apresentar em uma confraternização de uma loja representante de uma marca de roupa famosa, de Fortaleza, para a qual eles tinham direito de levar apenas um acompanhante, pois a entrada era limitada, e para minha surpresa, eu fui a convidada que eles escolheram. Isso significou para mim a vinculação positiva que, além de gerar segurança na relação entre pesquisador e pesquisados, contribuiu com o processo de construção dos dados da pesquisa.

Já nos primeiros contatos, pelo conhecimento da história do grupo e pelas posturas dos jovens, já podia enxergar elementos do protagonismo, e isso foi fundamental para a definição daquele grupo, como sujeitos desta pesquisa. A vinculação que íamos construindo nos encontros, foi facilitadora do processo de pesquisa, pois gerou um sentimento de segurança nos jovens e um sentimento de pertença do pesquisador na realidade do lugar, muito embora, ressaltando o lugar diferenciado do pesquisador nessa realidade. E, como parte integrante dessa inserção, segui com o intuito de construir conhecimentos complexos e coerentes, com os modos de vida dos jovens pesquisados e suas significações sobre protagonismo juvenil.

O primeiro momento da construção dos dados se deu com a aplicação do Questionário Sócio-Econômico (CIDADE, 2012), com o objetivo de traçar o perfil desses adolescentes e jovens e ter mais informações para melhor compreender suas condições objetivas de vida e as implicações psicossociais do protagonismo. Este questionário abrangeu 31 questões, compostas por dados de controle (cidade, idade, sexo, características residenciais), e por um instrumento de pobreza multidimensional, com 5 dimensões: habitação, trabalho e renda, saúde e educação, e os aspectos subjetivos da pobreza (APÊNDICE A).

O critério de participação neste primeiro momento foram os seguintes:

- a) Fazer parte do grupo Radar há, pelo menos, seis meses.
- b) Ter conhecimento da pesquisa, interesse e disponibilidade de participar por livre e espontânea vontade.
- c) Ter lido e aceitado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), se menor de 18 anos, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa, por parte do responsável (APÊNDICE C), ou quando maior de 18 anos ter lido e

aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa (APENDICE D).

A aplicação do questionário aconteceu no dia 14 de novembro de 2013, na UMJIR (União dos Moradores do Bairro Jardim Iracema), um local onde eles realizavam os ensaios de dança do grupo, durante a semana, no turno da noite. A justificativa por ter sido lá se deu pelo fato de o grupo, nesse momento da pesquisa, não mais dispor do espaço do CUCA, aos finais de semana, para os ensaios, uma vez que infringiu a regra que afirmava que diante de quatro faltas não justificadas, o grupo teria de participar da reunião mensal para assegurar o espaço e horário de ensaio na instituição. Esse acontecimento, inicialmente pareceu ser um complicador para o processo de pesquisa, uma vez que os jovens pesquisados, não mais se encontravam na instituição, no entanto, na verdade, foi um sinalizador, pois mesmo não dispondo deste espaço para realização dos ensaios, eles não desistiram e puderam se fortalecer frente a decisão de estar em outros espaços, como este já referido.

Nesta ocasião, com o intuito de caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa, foram aplicados 11 questionários, com assinatura dos termos de consentimento, no caso de dois jovens que eram menores de 18 anos, os quais também apresentaram o termo de consentimento dos responsáveis e o termo de assentimento, para oficializar eticamente a autorização para a participação na pesquisa. A metodologia de aplicação foi coletiva, onde eu fiz uma explanação geral da pesquisa e apresentei o questionário, depois distribuí ao grupo para que cada um respondesse o seu. Mediante o aparecimento de dúvidas, as mesmas iam sendo esclarecidas, paralelamente. Pude perceber que, à medida que eles iam respondendo cada questão, iam verbalmente compartilhando com o grupo suas inquietações, na forma de brincadeiras, risadas, estranhamentos, curiosidades de um em relação ao que o outro respondia, dentre outros sentimentos de auto-reflexão que se expressavam frente à novidade que as perguntas produziam em cada um.

No segundo momento, aconteceu o Grupo Focal, onde participaram 7 jovens, a partir dos seguintes critérios:

- a) ter respondido o questionário de pobreza multidimensional.
- b) Ter interesse e disponibilidade de participar do grupo focal.
- c) Ter lido e aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa.
- d) Comparecer no local, dia e horário acordado.

Ciente de que eles não dispunham do espaço da política pública, lancei o convite para que o grupo focal acontecesse na UFC (Universidade Federal do Ceará), na sala do NUCOM (Núcleo de Psicologia Comunitária). Com isso, a ideia era convidá-los a conhecer o espaço da Universidade, bem como uma forma de estimulá-los, já que o sonho de estar no ensino superior fazia parte do projeto de vida de grande parte desses jovens. Desse modo, o Grupo Focal aconteceu no dia 25 de novembro de 2013, no Nucom, contando com a contribuição de uma estudante da graduação do Curso de Graduação em Psicologia da UFC para que fossem registradas a ordem em que os jovens falavam, assim como as expressões corporais e faciais. Conteí com a participação de sete jovens, com idades entre 15 e 25 anos. As categorias analisadas no Grupo Focal dadas a priori, foram modos de vida, abarcando como sub-categorias: jovem, família, sentimento de comunidade; bem como, a categoria protagonismo, que por sua vez trazia como sub-categorias: grupo, autonomia, liderança, participação, criatividade e visão de futuro. No entanto, outras categorias surgiram a posteriori, como: políticas públicas, amizade, afetividade e trabalho.

No terceiro momento da pesquisa, aconteceram 2 entrevistas, em que os critérios foram:

- a) Ter respondido o questionário de pobreza multidimensional.
- b) Ter participado do Grupo Focal.
- c) Ter interesse e disponibilidade em participar da entrevista individual.
- d) Ter lido e aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação na pesquisa.
- e) Ocupar ou já ter ocupado lugar de liderança no grupo.

O intuito da entrevista foi aprofundar algumas questões acerca do modo de vida, que emergiram do Grupo Focal, e da participação no grupo Radar. As categorias a priori a serem analisadas nesta fase eram: participação, liderança e autonomia. No entanto, outras categorias surgiram a posteriori, como sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), religião e suicídio, mas que não foram consideradas para análise, visto não terem relações diretas com o objeto estudado. A categoria reconhecimento também surgiu a posteriori e foi selecionada por apresentar articulações com o objeto da pesquisa.

## 2.5 Sujeitos participantes da pesquisa

Os sujeitos participantes desta pesquisa são todos jovens (15-29 anos), usuários e participantes do CUCA, da Barra do Ceará, e residentes em territórios de vulnerabilidade social.

São participantes de um grupo de dança formado, hoje, por 13 jovens. Sua história é marcada por três nomes e, portanto identidades diferentes, tendo a terceira identidade durado mais de dois anos, demarcando o período em que eles fizeram apresentações de covers de cantores internacionais. Com o tempo, esses jovens dedicaram seus tempos a outras escolhas e outros caminhos, o que levou à dissolução do grupo com esse nome e essa configuração. Até que dois dos jovens que estavam fazendo parte, resolveram criar um novo grupo, desta vez na certeza de assumir o compromisso com o que gostavam, que era a dança. Assim, reconstituíram-se, adotando uma nova identidade, a mesma que define o grupo atualmente: Radar<sup>4</sup>. Esse nome veio por inspiração do título do quinto CD da Brithney Spears, que a cantora, dançarina e compositora pop norte-americana lançou em outubro de 2007, e que trazia os temas do álbum abordando sexo, fama, amor e dança. Segundo curiosidades vinculadas pela mídia, o nome do CD foi inspirado na ideia de mandar a energia negativa para longe. O nome do grupo de jovens foi criado como uma metáfora potencializando a ideia de apagar um modelo de dançar e de ser e acender outros modos, com passos mais femininos, mais ousados e mais assumidos. Esse nome perdura até hoje e dá a identidade do grupo.

O perfil desses jovens está descrito abaixo:

- a) 100% dos jovens que participaram da pesquisa afirmaram ser do Estado do Ceará, da cidade de Fortaleza, residentes na comunidade urbana.
- b) A faixa etária situou-se de 15 a 22 anos, conforme a distribuição abaixo, em que sete são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, todos solteiros e moram com suas famílias.
- c) Dez jovens pertenciam à religião católica e um à religião protestante ou evangélica, no entanto, apenas cinco afirmaram frequentar sua igreja/paróquia/templo/terreiro.

---

<sup>4</sup> Nome fictício.

- d) Cinco afirmaram que na sua família existe algum beneficiário (ex: você, pai, mãe, irmãos) de algum programa de transferência de renda (ex. Bolsa família e outros).
- e) Quatro jovens tinham o ensino médio incompleto e sete tinham o ensino médio completo.
- f) Cinco jovens moravam em residência alugada, e cinco moravam em residência própria (da família). Dez moram em casa de alvenaria. Todas as casas com água encanada e piso de cerâmica e cimento; todas com energia elétrica e uso de gás de cozinha.
- g) Sete jovens exerciam trabalho remunerado enquanto quatro afirmaram não exercer.
- h) Quanto à renda pessoal, dois jovens apresentaram renda 170 a 339 reais; três com renda de 339 a 678 e quatro jovens com renda de mais de 678 reais.
- i) Quanto à renda familiar, cinco jovens estão entre 1 e 2 salários mínimos, quatro jovens entre 3 e 4 salários mínimos, e um jovem entre 4 e 5 salários mínimos.
- j) Nenhum deles precisou vender algo em casa para poder comer, no entanto, dois afirmaram que já precisaram pedir dinheiro para poder comer. Um jovem afirmou fazer uma refeição por dia, e dez jovens fazem três ou mais refeições.
- k) 100% dos jovens entrevistados se consideravam “nem pobre, nem rico”.

Como se pode perceber, esse perfil traz dados objetivos que caracterizam o modo de vida desses jovens e que não correspondem ao imaginário que se produz acerca da vida em condições de pobreza. No entanto, os critérios que utilizo neste estudo são baseados em aspectos subjetivos da história de vida desses jovens, dentre os quais cito: a necessidade do uso de políticas públicas, de educação, cultura, esporte e lazer. São jovens residentes em territórios de vulnerabilidades sociais. O panorama geral da história familiar, caracterizado por contexto de pobreza, gera contraste com a história de vida desses jovens, que, por sua vez, demarca o protagonismo como elemento de enfrentamento às condições de pobreza.

Sobre esses aspectos mais subjetivos que justificam este estudo, descrevo a história e o contexto de vida dos jovens participantes do Grupo Focal e posteriormente das entrevistas. Para isso, utilizei nomes fictícios, são eles:

**Nin**, com 15 anos, parou os estudos porque queria se dedicar ao uso do computador que havia ganhado de presente. Atualmente, afirmou que vai voltar a estudar. É residente no bairro Álvaro Weyne, com a mãe, que trabalha como faxineira e com duas irmãs mais novas. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família.

**Rael** com 22 anos, trabalhou desde os 18 anos, seu primeiro emprego foi através do “Programa Primeiros Passos”. Já trabalhou como operador de caixa em posto de gasolina e como professor de dança (coreógrafo). Este foi seu último trabalho, cuja renda girava em torno de R\$ 750 reais por mês. Atualmente, estava sem trabalho. Mora no bairro Jardim Iracema, com a mãe, que trabalha como diarista, com a renda média de 1 salário mínimo, mais 2 irmãs, em que uma é manicure e cabeleireira e a outra não trabalha, e com um primo que é balconista de padaria. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família.

**Jegad** com 22 anos, morava com a família composta pelo pai que é motorista, a mãe que é cabeleireira, mais duas irmãs. Aos 16 anos de idade, cuidava de uma locadora do bairro, de onde recebia uma ajuda de custo. Depois, trabalhou como atendente de telemarketing e jovem aprendiz em uma farmácia, onde ficou na função de repositor por 2 anos e foi promovido para o cargo de caixa, porém não se identificou com a função. Trabalhava como repositor de vendas em uma distribuidora, com carga horária de 6 horas por dia e carteira assinada, fazia academia e natação, e fazia parte de um grupo que dançava em boates, nas noites.

**Ana** com 18 anos, concluiu o ensino médio em 2013, fez o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Morava na Barra do Ceará, com a mãe, costureira, ganhava um salário mínimo, e o pai era soldador, não tinha renda fixa. Não trabalhava e sonhava fazer o curso de designer e moda.

**Dado** com 20 anos, cursou o ensino médio completo, era integrante do grupo desde março de 2013, adorava dançar e e tinha namorado. Morava com a família, composta por pai, mãe e um irmão, no bairro Quintino Cunha. O pai trabalhava como mestre de obra e a mãe como costureira. Já trabalhou com auxiliar de escritório e atualmente trabalhava como auxiliar de estilista em uma loja de roupa renomada em Fortaleza. Ele sonha em fazer uma graduação em estilismo e moda e assumir a profissão de estilista.



**Mica** tinha 20 anos, concluiu o ensino médio em uma escola pública de seu bairro, morava no Álvaro Weyne, com seus pais. Sua mãe trabalhava em uma lavanderia de um hospital, sua renda era de um salário mínimo, e seu pai era mecânico, com uma renda mensal em torno de mil reais. Começou a trabalhar com 15 anos, através do programa do Governo “Jovem aprendiz”, pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Depois trabalhou em uma escola, como coreógrafa (trabalho informal). Por último, trabalhava como vendedora em uma loja de maquiagem, das 9h às 18hs, e recebia um salário mínimo.

**Nael** tinha 16 anos, morava no bairro do Benfica, com a mãe, o pai, um irmão, a avó e o tio. A mãe era dona de casa, o pai era mecânico, a avó recebia aposentadoria e a família era usuária do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Já fez várias atividades, levado pelo desejo de seus pais, como natação, Vôlei, Capoeira, Futsal, Futebol, Karatê, Capoeira, o intuito era abrir mão da dança, mas sua vontade era dançar. Estudava em uma escola pública da rede estadual, localizada no seu bairro, no contraturno fazia um curso técnico em administração, em uma escola de qualificação profissional para jovens na cidade.

**Tabela 2 – Perfil sócio-econômico dos entrevistados<sup>5</sup>.**

Nome	Idade	Escolaridade	Renda familiar	Situação de trabalho	Renda pessoal
Jegad	22 anos	Ensino médio completo	Entre 3 e 4 salários mínimos	Ativo (com carteira assinada)	678 reais
Dado	20 anos	Ensino médio completo	Entre 3 e 4 salários mínimos	Ativo (com carteira assinada)	1.220 reais

Fonte: Elaborado pela autora.

**Jegad** trouxe, na entrevista, relatos de sua história, focando no exercício de sua juventude, desde a época de colégio, em que ele afirmou que, *“tinha muito tempo livre e pouquíssima vontade de fazer outra coisa que não fosse dançar”*. Esse foi o principal motivo que o levou a entrar em um grupo de dança. No entanto, esse primeiro grupo, que era de hip hop, acabou-se com o passar do tempo. A partir de então, ele propôs as pessoas que tinham o mesmo desejo de dançar, criarem outro grupo de dança. Esse grupo foi assumindo algumas identidades diferentes, até nascer o Radar. Em seu relato ele traz esse histórico do grupo: os desafios, como encontrar espaços para os ensaios; as dificuldades de ser o líder, como aprender a lidar com as diferenças dos

<sup>5</sup> Dados coletados nas entrevistas.

integrantes; e as facilidades, como o fato de ser um grupo formado por amigos. Falou sobre questões relativas à vida, ao amor, a amizade, à sexualidade, como a homossexualidade e o preconceito, o sexo, as doenças sexualmente transmissíveis e o uso de álcool e drogas pelos jovens na atualidade. Ele finalizou a entrevista trazendo seus projetos de vida, que estão muito atrelados à realização profissional, e a formação em dança.

**Dado**, quando entrou no Radar já estava formado, então, na entrevista, ele trouxe sua história no grupo, que adveio de uma crise pessoal com a religião e a Igreja que frequentava, entrelaçada à questão do preconceito por sua homossexualidade, a dificuldade de aceitação dos pais e a rejeição dos amigos. Esse cenário contribuiu com a sua motivação inicial que era conhecer pessoas e viver novas experiências. Ele descreveu o processo desde a seleção no Radar, até sua vivência atual, e sua relação com a dança. Ele falou sobre sua juventude, como via as amigas e o namoro, e seu projeto de vida, que está muito ligado à independência dos pais, à estabilidade financeira e à satisfação profissional.

Na concepção da pobreza monetária, esses jovens não poderiam ser considerados pobres. No entanto, a perspectiva da pobreza multidimensional, possibilitou utilizar outros critérios para considerá-los em contexto de pobreza, pois compartilhavam privações em outras dimensões, como padrões de vida, saúde e educação. Como se percebe, são jovens que moram em território de vulnerabilidade social. A saber, o bairro Benfica situa-se na SER IV e os bairros Jardim Iracema, Barra do Ceará, Quintino Cunha e Alvaro Weyne, na SER I. Esta última Regional apresenta maior índice com 16,1 % de jovens pobres, e 6,7% de jovens extremamente pobres, indicando que esta área é vulnerável e merece atenção especial de ações políticas, o que reforça e reafirma a importância deste estudo (IPECE, 2013).

Sobre o perfil desses jovens, temos dois pontos a analisar, um na dimensão macrossocial e outro na dimensão microssocial. Na dimensão macrossocial, testemunhamos nos últimos dez anos, uma realidade caracterizada pela redução em 28% da extrema pobreza no Brasil, resultado do impacto do Programa Bolsa Família (MDS, 2013). Se o contexto macrossocial favoreceu a redução da pobreza, através de programas do governo, na dimensão microssocial, o protagonismo emergiu como uma possibilidade de enfrentamento a essa condição de pobreza.

Podemos perceber, dentre os jovens pesquisados, que as condições de privação são dadas nas dimensões de segurança, assistência social e educação, pois

todos moram em território de vulnerabilidade, estudam em escolas públicas, são usuários de políticas públicas e programas do governo, como “Jovem aprendiz” e “Programa Primeiros Passos”, “Programa Bolsa Família”, não têm acesso ao ensino superior e, mesmo sem uma formação, necessitam estar no mercado de trabalho para garantir seu sustento básico. Quando inseridos no mercado de trabalho, ocupam cargos como operador de caixa, vendedor e/ou atendente ou fazem bicos. Em sua maioria, são de famílias de origem pobre, em que os pais exercem profissões de baixa remuneração como costureira, dona de casa, cabeleireira, soldador, domésticas e faxineiras, pedreiros e mestre de obras, mecânico, motorista, outros vivem de bicos. No entanto, esses jovens, ao longo de seus percursos, foram criando estratégias de enfrentamento a essas condições em que viveram, desde recorrer ao trabalho informal e até ilegal como “*aos 16 anos, cuidar de uma locadora em troca de dinheiro*”, como buscar por oportunidades oferecidas pelas políticas públicas, como o Programa Jovem Aprendiz e Meu Primeiro Emprego. Ao comparar o modo de vida desses jovens com os de seus pais, vemos que houve um aumento do nível de vida.

## 2.6 Análise dos dados

A construção dos diários de campo, a partir da observação participante, e da transcrição das falas do Grupo Focal e das duas entrevistas, resultaram no material que foi analisado com suporte do software Atlas T.i 5.2. O *software* Atlas t.i 5.2 foi um mediador do processo de análise qualitativa, já que o intuito foi simplificar o gerenciamento das informações codificadas para posteriormente serem interpretadas (FERREIRA, *et al.*, 2012). Essa etapa se deu em três momentos, conforme descreve Cidade (2012, p. 41), “a etapa de armazenamento e exploração dos dados; a etapa de categorização e a etapa de análise das interações observadas, sendo as duas últimas intimamente relacionadas”. Nessa primeira etapa foi criado um banco de dados com as transcrições do Grupo Focal, das duas entrevistas e do diário de campo. Cada arquivo relativo aos conteúdos foi identificado como *Primary Documents* (P-Docs), foram eles: GF (Grupo Focal), E1 (entrevista feita com Jegad), E2 (entrevista realizada com Dado), DC (Diário de Campo).

Este software potencializou a análise de conteúdo temática, fundamentação teórica metodológica usada nesta pesquisa para analisar os dados, que permitiu uma

descrição objetiva e sistemática do conteúdo. Para Bardin (1977, p. 31), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (...)”. Sobre essa técnica, Pais (2003, p. 104) alerta que podem surgir questões metodológicas no processo da análise de conteúdo: “Como escolher uma unidade de análise? (...) Na análise de conteúdo deve ser privilegiado o alcance descritivo ou é a inferência o seu principal objetivo?” Enfim, “Como fazer falar o material recolhido?”. Essas interrogações servem para guiar o curso da investigação, na direção de buscar soluções para tais.

Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo temático é composta por três fases: pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, com a inferência e a interpretação. Através dessas fases pretende-se encontrar unidades temáticas que serão essenciais diante dos objetivos definidos na pesquisa. Góis (2008) pontua que o essencial quando se utiliza a análise de conteúdo é fazer a análise temática, que consiste em descobrir núcleos de sentido que compõem um tema, e cuja frequência indica significados objetivos a serem analisados. Cidade (2012) complementa ao afirmar que a análise temática se utiliza de técnicas para extrair sentidos através de unidades elementares como “palavras-chave; léxicos; termos específicos; categorias e temas” (CIDADE, 2012, p. 54), na busca de identificar a frequência dessas unidades e com isso inferir e produzir significados. No *software* atlas t.i, a definição de categorias se deu através da criação de *Codes* (códigos), feita manualmente. A elas foram relacionadas às *Quotations* (segmentos), que são as citações das falas dos jovens participantes da pesquisa.

No decorrer da análise, novas categorias surgiram, a saber: aceitação, afetividade, amizade, apoio familiar, auto-percepção da pobreza, autonomia, álcool e drogas, Grupo (dança), conselho de juventude, diálogo, DSTs, ensino superior, escola, esporte, família, formação complementar, juventudes, lazer, liderança, mídia e redes sociais, modo de vida, participação, pobreza, política pública, preconceito, profissão/trabalho, prostituição, protagonismo, reconhecimento, relacionamento afetivo/namoro, religiosidade/igreja, sentimento de comunidade, sexualidade, suicídio, travesti, vida e violência. Dentre estas, as que tinham relação direta com o objeto de estudo foram selecionadas e agrupadas em grandes categorias (ou famílias), a saber: “modos de vida”, “protagonismo” e “políticas públicas”.

Entretanto, ressalta-se que dentre estas categorias, selecionei as mais relevantes para analisar o objeto pesquisa e estas foram agrupadas nos conjuntos das

grandes categorias, em torno das quais este estudo se organiza, conforme apresenta o quadro abaixo.

**Tabela 3 - Relação entre as grandes categorias e as categorias**

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>GRANDES CATEGORIAS</b>	<b>CATEGORIAS</b>
Descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza nas políticas públicas;	Juventude; Modos de vida.	Sexualidade; apoio familiar; Religiosidade; Álcool e drogas; Sentimento de comunidade (violência).
Compreender os sentidos do protagonismo juvenil por parte dos jovens	Protagonismo; políticas públicas.	Apoio familiar; Apoio institucional; Preconceito; Atuação; Autonomia; Grupo (de dança); Diálogo; Liderança; Participação; Conselho de juventude.
Relacionar o modo de vida desses jovens pobres com os sentidos que são atribuídos ao protagonismo.	Modos de vida; protagonismo.	Auto-percepção da pobreza; Reconhecimento social; Apoio institucional.

Fonte: elaborado pela autora.

## **2.7 Compromisso social é ético da pesquisa**

No que tange à dimensão ética, parte-se da compreensão de que pesquisar é uma prática social, para além de determinações burocráticas. Assumo as responsabilidades desse estudo, ciente que ao longo da pesquisa assumi o lugar de pesquisadora, reconhecendo este como um lugar diferenciado que exigia uma ética pautada no diálogo, na partilha de informações e no respeito para com os jovens participantes. Isso inclui desde uma postura assertiva e integradora, de consideração positiva com o outro, à clareza e cuidado em ter prestado os devidos esclarecimentos a respeito desta pesquisa, sem entrar em conflito com a cultura e a vontade dos jovens pesquisados.

Um compromisso que considere importante respeitar as escolhas e os caminhos de vida de cada um dos jovens, sem preconceitos ou julgamentos e isso não me impedir de enxergar a juventude como um potencial positivo para a sociedade. Ter assumido essa concepção no processo de inserção e no decorrer da pesquisa, se fez imprescindível para a construção e análise crítica dos dados, sob o paradigma da libertação. Emergiu desse estudo o desejo de entender a complexidade e, ao mesmo

tempo, a grandiosidade do universo juvenil, como uma efusão que transita entre descobertas, conflitos e potenciais. Desse reconhecimento sobressai o protagonismo que, muitas vezes, nós, profissionais não enxergamos, mas que se faz latente na juventude. Essa mudança de postura e de olhar, pode vir a favorecer o desenvolvimento de trabalhos com jovens de modo mais eficaz e resoluto.

Considerando as determinações presentes na Resolução CNS 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza a pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa foi submetida, com o intuito de garantir a concordância institucional para a coleta dos dados, na fase após a qualificação, e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do sistema Plataforma Brasil, CAEE: 19362013.4.0000.5054 e processo: 488.794 (ANEXO A). Considero também as determinações presentes nos incisos do Art.16 do Código de Ética do Psicólogo. Pontuo a assinatura do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES B, C, D) por parte dos jovens participantes e responsáveis, quando se fez necessário.

Junto disso, assumo o compromisso de dar o retorno dos resultados da pesquisa, aos sujeitos participantes direta e indiretamente, reafirmando que ao final da Pesquisa, os dados produzidos serão apresentados ao CUCA e disponibilizada, na íntegra, na Biblioteca do Centro de Humanidade da UFC. Reintero que esta produção poderá ser apresentada em eventos e congressos, para que um número maior de pessoas possa ter acesso. Finalizo, expressando meu desejo em divulgar e publicar os resultados desta pesquisa, através de textos e artigos científicos, para que possa contribuir com outras produções acadêmicas e científicas sobre as temáticas aqui tratadas e para se repensar os modos de atuação e intervenção dentro das políticas com juventude na realidade social brasileira.

### 3 JUVENTUDE(S) E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIVERSIDADES, OS SENTIDOS E AS NARRATIVAS

*Deixa-me ser jovem, não me impeça de lutar;  
pois a vida nos convida a uma missão realizar.  
Deixa-me ser jovem, ser livre pra sonhar;  
não reprima, não reprove o meu jeito de amar.  
Fazer também a história e não ser ignorado;  
preservar os meus valores e não ser massificado.  
Muitos jovens sem saber esbanjaram sua idade;  
alterados se entregaram aos dragões da sociedade.  
Não me sinto revoltado, mas quero me explicar;  
de tanto ser explorado eu me pus a protestar.*

(Música “Deixa-me ser Jovem”, de José Luiz Rizzieri).

No presente capítulo, são apresentadas algumas ideias e questionamentos para tecer produções analíticas sobre as categorias: juventude e políticas públicas. Nesse sentido, evidencia-se o pluralismo dos jovens na modernidade, abordando a questão da sexualidade, bem como as significações dos autores e dos jovens sobre juventude, trazendo a analogia com a imagem de um caleidoscópio. Posterior a isso, teoriza-se sobre o jovem pobre e seu papel de ator social, perpassando seus modos de vida, o sentimento de comunidade e as significações dos jovens pesquisados sobre pobreza. A juventude, neste estudo, representa categoria central, pois nos fornece elementos para compreender o universo dos sujeitos pesquisados e compreender o fenômeno do protagonismo. Em seguida, discute-se a questão das políticas públicas por ser um espaço que existe com a proposta de garantia dos direitos dos jovens, e, além disso, vêm a delinear o lugar onde pesquiso essa juventude. Problematiza-se a questão do acesso desses jovens às políticas públicas e analiso o reconhecimento social produzido nesses espaços, no intuito de tecer os entrelaces entre as leituras teóricas e empíricas.

Abramo (1997) pontua que a academia historicamente tem se destinado a produzir pesquisas, principalmente de mestrado e doutorado, acerca da tematização da juventude, no entanto, voltando-se mais para os aspectos de como as instituições, como escola e família, estão presentes na vida desses jovens. Em contraposição, o intuito desta pesquisa é considerar os próprios jovens, suas experiências e percepções, suas formas de atuação e de percepção das políticas públicas.

A partir desse lugar, reconheço e aponto caminhos de análise das juventudes, reconhecendo que escrever sobre a juventude no Brasil é um ato social e político de militância e crítica à concepção da igualdade pela igualdade, que

homogeneíza o ser humano e se sobrepõe ao reconhecimento da diversidade de condições em que vivem esses jovens. Refiro-me à diversidade étnica, social, cultural, territorial, de gênero e outras que perpassam diferentes gostos, escolhas, problemas, potenciais e sonhos.

### **3.1 Juventude(s): a metáfora de um caleidoscópio**

De acordo com Dayrell (2003), construir uma definição do conceito juventude não é fácil, no entanto, serão apresentadas contribuições de alguns autores que já se debruçaram sobre o tema, com a intenção de explicitar a categoria:

Numa sociedade fortemente influenciada pelo olhar adulto, quem não se encontra nessa fase sofre algum tipo de discriminação. Nessa perspectiva, as etapas da vida não correspondem simplesmente a etapas biológicas, mas também às funções sociais. Cabe a pergunta: qual a função social destinada ao jovem no decorrer dos variados momentos históricos? (SALGUEIRO, 2009, p. 39).

Nesse sentido, não se pode considerar a juventude apenas por definição de faixa etária, a qual, além disso, é vista como uma fase intermediária, considerando o jovem como aquele que está transitando da adolescência para a vida adulta, sendo perpassada pela cultura. “Ora, a juventude é uma denominação conceitual histórica e é criada com determinados ideais de existência, sendo eles a virilidade e o novo” (VIANA *et al.* 2011, p. 31). Essa fase da vida é caracterizada pela dependência econômica, associada à educação e à profissionalização e, considerando sua complexidade, vem se fazendo cada vez mais presente nos planos de atuação e intervenção pública (POCHMANN, 2004).

A partir dessa compreensão de que a juventude é um momento preparatório para a vida adulta, Abramo (2005) traz a importância das políticas de Educação, e como complemento, dos programas voltados para tempo livre, esporte e lazer como um caminho que busca garantir um desenvolvimento saudável. Essa perspectiva, mais presente durante a década de 50, fundamenta-se a ideia da garantia do direito Universal, que, por um lado, apresenta suas limitações. Estas podem ser vistas quando, por exemplo, parte-se da ideia de uma juventude universalmente homogênea, não considerando as diferentes formas de ser e de viver dos jovens. Isso fica visível quando os jovens se desconhecem entre si.



Quando perguntei a Jegad como ele via a juventude nos dias de hoje, ele trouxe:

*Eu fico até triste em falar isso (risos), eu não sei se é eu que vejo perdida ou se é eu que estou perdido no meio desse pessoal né? porque eu me vejo muito diferente de todo mundo assim, muito diferente, é como eu te disse, tudo que eu faço eu penso, e tudo que eu sei que não dá certo, tipo eu nunca bebi, eu nunca fumei, e eu não preciso beber e nem fumar pra saber que é uma coisa que eu não gosto, entendeu, e a juventude hoje em dia assim, é tudo muito rápido, eu fico besta tipo... com os meninos que tem 15 anos hoje em dia já fizeram sexo, já bebem todo final de semana, vão pra praia, viram a cara, ficam bebendo vinho e não sei o que, não sei o que! (JEGAD, E1, p. 02)*

Pode-se perceber que para falar dessa juventude, da qual ele é parte, há um distanciamento, ou seja, ele se distancia e se diferencia para analisar os jovens de hoje. Isso corrobora com o paradigma das juventudes que assumo e vou tecendo ao longo da escrita. Falar de juventude é trazer esses diferentes gostos, caminhos, visões, desejos, sonhos, nesse jogo entre querer diferenciar-se e ao mesmo tempo buscar identificar-se com algum grupo para se constituir enquanto ser no mundo.

Nessa perspectiva, depois de se distanciar para analisar o fenômeno da juventude, o jovem Jegad segue afirmando como se sente como parte desse cenário juvenil:

*Eu, eu, eu me sinto meio perdido, na verdade, não é a juventude que tá perdida, na verdade sou eu que estou perdido no meio do pessoal, porque eu acho que é uma coisa assim, tão horrível, os meninos do grupo nessa época de 15 a 18 anos eles passaram por esse problema, eles estavam no ensaio todo dia, estavam bem, normal e tudo, eles saíam de lá iam fumar, eles iam beber, eles iam fazer coisas que todos os jovens querem fazer né, que é descobrir, e eu acho que eu já sou diferente por causa disso, porque eu já sei que tem certas coisas que eu sei que não preciso fazer pra ter a certeza de que eu não quero e continuo não querendo. (JEGAD, E1, p. 02)*

A concepção do que ele considera positivo para um jovem está ligada a normas sociais e a tudo que socialmente é considerado aceitável e visto com bons olhos pela sociedade. No entanto, essa visão é parte integrada da sua constituição como jovem. De forma mais diretiva, ele conclui:

*Então a juventude hoje em dia é muito rápida, assim, muito, faz sexo aconteceu aí 'pá', aconteceu, aí fumam, aí bebem, aí se drogam, aí não sei o que, eu acho assim, tudo muito rápido, quando eu penso em juventude eu tenho até medo (risos), tenho medo, porque é como eu te disse, eu to perdido no meio deles. Eu não sei se é eu que sou estranho entendeu! (risos). Sei lá, é esquisito falar sobre isso (risos). (JEGAD, E1, p. 02)*

A questão da temporalidade, da rapidez, é algo presente na percepção do jovem sobre juventude. Junto disso, o sentimento de estranheza ao falar sobre o assunto, o que revela o quão pouco eles, jovens, tem espaços para falar deles, como se veem como jovens, como vivenciam seu presente, como projetam o futuro. O próprio Jegad traz em seu discurso, o quanto esse assunto é um tanto raro no seu ciclo de relações cotidianas:

*Essa conversa que eu to tendo contigo, das coisas que eu penso, eu só conversava com o Jão, ai eu to conversando aqui porque é uma entrevista (risos), mas com os meninos que são meus amigos próximos a mim, eu não converso esse tipo de coisa, e eu não consigo, porque quando eu tento conversar com eles é como eu te disse, é como se eu tivesse falando sobre: eu vou fazer um atentado terrorista dentro de uma escola e matar dez milhão de crianças, porque eles me olham assim, como se eu fosse a pessoa mais anormal do universo. Mas né... o mundo é grande! (JEGAD, E1, p. 22)*

As citadas falas congregam as várias leituras que se tem sobre os jovens e a importância de se trazer a percepção deles sobre o que eles vivem, para assim dar possibilidades de amplitude do conceito. Esse modo de lidar com o tempo tem suas repercussões em todos os âmbitos da vida do jovem, e se relaciona com um sentimento de sentir-se imprevisível, como se vê:

*Eu sou assim imprevisível, se eu gostar da pessoa eu passo muito tempo, se eu não gostar eu passo uma semana é tipo assim entendeu?! Não é questão de não gostar, se a gente ta com uma pessoa é porque a gente gosta, mas em questão de amor, questão de amor, amar pra mim é mais de um ano se for menos pra mim não foi amor.(ANA, GF, p. 10)*

A relação com o tempo reverbera em novos modos de se constituir juventudes e vem oferecer elementos que exige alargar a concepção para além a juventude como um período de latência, de preparação para a vida futura, pois assim não considera os jovens como sujeitos sociais no tempo presente.

Outras perspectivas se fizeram presente, como por exemplo, nas décadas de 80 e 90, compreende-se a juventude como uma etapa problemática, encarando o jovem como uma ameaça a estabilidade social. As políticas mais relacionadas a essa concepção, segundo Abramo (2005), são a saúde (com campanhas e programas voltados contra gravidez, drogadição, etc) e a justiça (com um foco voltado para os comportamentos violentos/ a criminalidade dos jovens). Nesse sentido, percebe-se que essa perspectiva finda por patologizar e estigmatizar a juventude, produzindo

intervenções que se direcionam a coibir ou punir as ações dos jovens, desconsiderando as variáveis do contexto em que vivem.

Pós década de 90, já emerge o paradigma que define a juventude como uma “etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios” (ABRAMO, 2005, p. 22). É importante ressaltar que este paradigma ainda está em construção na nossa sociedade, pois ainda se busca compreender e delimitar as características e demandas inerentes especificamente à juventude brasileira.

De acordo com a Política Nacional da Juventude, juventude “é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos.” (NOVAES *et al.*, 2006). Essa faixa etária é tida como um padrão internacional, utilizado no Brasil pela própria Política Nacional da Juventude (2006), por compreender a juventude situada em três categorias: os adolescente-jovens, que são aqueles que estão entre os 15 a 17 anos; os jovens-jovens com idade entre 18 e 24 anos; e os adultos jovens, dos 25 aos 29 anos. No entanto, é preciso ressaltar que não há um consenso quanto à faixa etária que caracteriza o público jovem. Alguns teóricos se contrapõem a esta ideia que cristaliza a juventude dentro de determinada faixa etária.

A juventude, certamente, começa aos 16, mas ainda não se definiu exatamente quando acabará, do ponto de vista legal – muitos falam em 25 anos, alguns até em 29 anos. Certamente, o Direito interpreta assim parte das práticas sociais e do imaginário coletivo, dividindo a transição da infância à maturidade em adolescência e juventude. No entanto, apesar de reconhecer a adolescência e a juventude como “direitos”, colaborando potencialmente para aumentar o grau de civilidade e bem-estar de indivíduos e coletividades, o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil (GROPPO, 2004, p. 10).

A determinação da faixa etária, enquanto dado objetivo, faz-se importante para nortear as ações do Estado e até mesmo de outras instituições sociais em prol da garantia dos direitos da juventude. Para Groppo (2004), é através desse critério que se pode traçar estudos biológicos e psicológicos no que tange ao desenvolvimento humano nessa faixa etária, bem como definir as ações individuais, dentre os direitos e deveres, considerando a universalidade e o caráter quantitativo. A definição da faixa etária é um

produto da interpretação das instituições que compõem a sociedade e que, portanto, refletem essa própria sociedade.

Para ele, essa estruturação em idades foi pensada como uma categoria universal, abstrata e ideal, fruto do pensamento ideológico-liberal, e que para tanto, exige considerar além, pois “a juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres” (GROPPO, 2004, p. 11). É preciso, diante de tal afirmação, questionar a necessidade ou a importância dessa classificação, reconhecer as limitações, bem como construir caminhos, teorias, fazeres que nos possibilitem avançar no que diz respeito à implicação dessa classificação e normatização da juventude nos dias de hoje.

Acredita-se que uma das formas de avanço vai na direção de problematizar os direitos e deveres dos jovens, aprofundando as propostas da Política Nacional da Juventude – PNJ (2006), que trazem consigo o desafio das contradições existentes nas representações sociais da juventude. Sobre essas contradições, a PNJ traduz em um conceito chamado de “sociedade juventudocêntrica” e, assim explica:

Nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um estado de espírito, uma dádiva, um dom de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais interessante e vibrante. Desse modo, ser jovem é ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima de tudo, priorizando o bem viver em detrimento das responsabilidades mesquinhas da vida. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante a participação nos processos de tomada de decisão inclusive nas esferas políticas – ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso, é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será. (PNJ, 2006, p. 05)

Percebe uma negação da juventude, ao considerar o jovem como aquele que ainda não é. Percebe-se também uma compreensão contraditória da sociedade que, por um lado enaltece o espírito do jovem, por outro desconsidera sua possibilidade de autonomia e decisão. Colocando-se na direção dessa contradição, o documento que rege a PNJ (2006), traz a concepção que toma os Jovens como sujeitos de direitos. Percebe-se, no texto desta política, uma tentativa clara de discutir um conceito de juventude enaltecendo a dimensão da autonomia, da participação e da postura ativa frente às diversas possibilidades de atuação social. Ao partir de uma leitura complexa da juventude, depara-se com a afirmação de que “juventude” é algo ao mesmo tempo

singular e plural, no entendimento da limitação do ato de categorizar e do cuidado em repetir estereótipos, dizendo: “os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação social plena” (PNJ, 2006, p 05). Ver-se, com isso, que a manutenção desses estereótipos que é o que dificulta a verdadeira participação política dos jovens.

Em termos gerais, a PNJ afirma:

Ser jovem é uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras, segundo características históricas e sociais. No aspecto da categoria etária, ainda que se incorra em imprecisões - pois em algum nível toda categorização é, obrigatoriamente, imprecisa e injusta - é considerado jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos (PNJ, 2006, p. 05).

Diante disso, confirma-se a ideia de que a faixa etária é tida como parâmetro para identificar e definir o público juvenil, principalmente se referido a garantia de direitos humanos pela via das políticas públicas. No entanto, a política afirma que a juventude pode ser classificada também partindo de uma compreensão mais ampla, que vai além da idade, considerando que “ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso - por opção ou por origem - em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências” (PNJ, 2006, p. 05). Isso reflete na diversidade de experimentações em que os jovens se lançam em busca de prazer, visão presente no discurso do jovem Jegad:

*Então eu vejo muito isso ligado aos jovens entendeu, eles vão em busca de uma sensação diferente, ai eles bebem e fumam e tal e tal, e depois que terminam eles vão fazer de novo, em busca daquela mesma sensação, que da primeira vez né, que tudo assim é incrível, mas sei lá, eu acho que esse tipo de sensação a gente pode buscar em outras coisas. Sei lá, eu pelo menos né, eu gosto, sou viciado em assistir filmes, então eu sinto essa sensação de felicidade quando eu estou assistindo um filme no cinema, quando eu to com os meus amigos numa mesa comendo besteira, falando coisas e tal e tal. (JEGAD, E1, p. 22)*

Reside, nessa consideração, a importância de se falar em “juventudes”, incluindo suas complexas diferenças e experiências que precisam ser vistas, dentre vários aspectos, para se pensar ações de intervenção para garantia dos direitos desse público.

Fica claro que é preciso partir de um conceito que dê conta das dimensões objetivas, para definir quem é esse público no Brasil, o que fazem, como fazem, o que gostam, que experiências vivem, o que buscam, e que, junto disso, traduza também a

diversidade e a possibilidade dentro da complexidade que é propor uma definição para o que podemos entender como juventude hoje, na realidade brasileira.

Diante disso, afirmado pela Política Nacional da Juventude tem-se hoje o desafio de fazer os jovens serem vistos pela sociedade como sujeitos de direitos, uma vez que o intuito da PNJ é que “considerando os jovens como sujeitos de direito, possa evitar qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país.” (PNJ, 2006, p. 07).

É preciso ter certa medida também, ao idealizar a juventude como única protagonista das mudanças sociais, a PNJ (2006) diz que isso se trata de uma interpretação heróica de um papel mítico que findamos por atribuir a juventude, característica essa presente no contexto histórico-cultural em que vivemos hoje.

Parra (2004) afirma que, para conceituar juventude é preciso considerar, dentro da riqueza e heterogeneidade que este público implica, os aspectos sociológicos, psicológicos, estatísticos, jurídicos, filosóficos e antropológicos. E junto disso, considerar seu posicionamento perante a vida, que diz de suas formas de expressões, como por exemplo, na comunicação e na linguagem, nas artes plásticas, nas músicas, nas danças, nos estilos de se vestir, de fazer política e ciência. É assim que Parra (2004) compreende que juventude engloba também um estilo de vida:

De fato a juventude é trabalhadora, estudiosa, solidária, idealista e busca de forma orgânica ou inorgânica, na criatividade das diversas tribos, saltar o abismo existente entre a realidade social e os direitos consagrados na Constituição; entre os valores proclamados pela sociedade e a prática que os nega; entre as carências do presente e as infinitas possibilidades da vida pela frente; entre a precariedade das condições de subsistência e a miragem das prateleiras da sociedade de consumo abarrotadas de produtos inacessíveis; enfim, entre o sonho e a realização (PARRA, 2004, p. 133).

Dessa forma, considerando uma visão mais ampla, concordo com Groppo (2004) quando ele busca compreender a juventude como uma realidade social e não apenas como uma mera mistificação ideológica. Ele defende ainda que esta realidade social abrange a ordem do natural e a ordem do social e que, portanto, se trata de uma criação histórica. Ele considera ainda que existe uma “condição juvenil” que foi base e fruto da criação dessas juventudes, que foram, dialeticamente, se ramificando de maneiras tão diversas. Parece coerente pensar que, mesmo sendo grupos juvenis tão diferenciados entre si, pela presença de fatores como gostos, posturas, jeitos de

expressão, estilos, gêneros têm em comum uma “condição juvenil”. Esta é caracterizada por épocas, cada uma trazendo diferentes modos de se relacionar, como vemos:

*Tipo essa época de ficar, de namorar, das coisa ser tudo tão rápido, como eu to te falando de sexo, eu te juro que eu vi isso agora, esse ano, porque quando eu tava com o João (referindo-se ao ex-namorado) eu não via esse tipo de coisa né, porque tudo que acontecia entre eu e ele era tão bom que eu não olhava pra fora, não olhava pra fora do nosso relacionamento, ai hoje em dia eu tentando conversar com outras pessoas né, em busca de conhecer outras pessoas né, a gente ver assim, a rapidez que as coisas acontecem né: oi gostei de você é tal, vamos transar, vamos fumar pedra, eu fico chocado assim, com esse tipo de coisa, em relação a bebida né, muita gente compara assim a felicidade com um copo um copo de cachaça, e eu não eu vou pra uma festa, eu vou pra uma boate, eu danço ate cair durim pra trás (risos). (JEGAD, E1, p. 25)*

Nesse sentido, vários são os lugares para falar da vivência da condição juvenil e ser jovem é um desses lugares, é uma das tantas visões. Em contraponto, Groppo (2004) faz uma crítica quando fala nas produções sociológicas da primeira metade do século XX, que se limita a uma visão funcionalista da juventude, compreendendo-a como um público de quem é esperado uma integração produtiva junto da sociedade dos adultos.

Sob o aspecto funcionalista, os movimentos estudantis e juvenis, a delinquência e criminalidade são visto como aspectos disfuncionais que precisam ser curados ou corrigidos para que se tornem saudáveis e faça funcionar bem o sistema social. Ver-se aí uma visão naturalizante, que transita entre o normal e o anormal, o funcional e o disfuncional. É nessa perspectiva que a juventude é colocada na esfera do problemático e impedidas de se compreender melhor. Essa visão traz consigo um teor ideológico que direciona o que seria certo ou errado, bom ou mau, o que se deve e o que não se deve fazer, o que vai deixar o jovem feliz ou não. E nesse conflito de visões, se faz importante o olhar do jovem:

*Sou a pessoa mais alegre do mundo, e se você olhar você pensa que eu to drogado, que eu bebi e que eu não to, acho que é a felicidade espontânea entendeu, eu acho que você não tem que procurar logo uma garrafa, tem gente que fala, ‘vamos pra uma festa, pra um aniversario e pergunta, tem bebida?’ Como se a felicidade tivesse dentro da garrafa e ai fosse uma coisa mágica! Eu sei lá, eu me acho estranho falando sobre isso, quando eu falo com outras pessoas é muito complicado, sobre isso que eu to te dizendo. (JEGAD, GF, p. 22).*

Quando relacionado aos outros jovens, ele se sente um estranho ou anormal, por outro lado, quando relacionado à sociedade, ele se sente normal, pois está dentro dos padrões do que se espera dele enquanto com um sujeito com uma função social.

Gropo (2004) propõe a dialética da juventude, como um caminho de superação da visão funcionalista da juventude, em que incide um viés cientificista, que preza pela padronização, e naturalista; que preza pelo equilíbrio, pontuando a sociedade como um organismo e as relações sociais como fenômenos naturais. É preciso se deter melhor nesse conceito de dialética da juventude (GROPPO, 2004). Para falar de dialética, este autor recorre a uma visão marxista, buscando delinear os elementos constitutivos e contraditórios da vida social, de onde parte para compreender um elemento fundamental constitutivo da sociedade moderna, que é a juventude. Sobre isso, pontua:

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. (GROPPO, 2004, p. 14)

A dimensão dialética presente no percurso da juventude estabelece relações com o que se chama institucionalização da juventude. Abad (2002, p. 12, tradução nossa) discorda ao analisar que a categoria juventude passa por um processo de desinstitucionalização:

Hoje dificilmente se pode negar que os jovens tem começado a configurar-se como uma categoria social, interclassista e comum a ambos sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, quase totalmente desvinculadas da ideia de transição como suas instituições garantem. Mas, sensível e poeticamente, os jovens são, como disse Benedetti em Habanera, jovens de uma maneira irrefutável.

Essa institucionalização é vista nos grupos de jovens provenientes de igrejas, partidos políticos, universidades, projetos, etc. Se por um lado, tem-se esse cenário de institucionalização, por outro se tem as possibilidades de autonomia, residindo aqui parte das contradições constituintes das condições juvenis. Parece estranho, mas é possível reconhecer que “a autonomia juvenil pode ser reprimida pela sociedade, contida ou ter seus valores e elementos sociais absorvidos pela estrutura social” (GROPPO, 2004, p. 15).



Falar hoje em “desinstitucionalização do curso de vida” para Groppo (2004), distancia-se de classificação a partir de faixas etárias, o que leva aos indivíduos e grupos sociais a buscar outras soluções para as dificuldades relacionadas aos ritmos biológicos. Por um lado, pode-se fazer uma análise desse processo como algo libertador, por outro, pode-se considerar a presença de um teor perverso, que vem a dificultar as intervenções estatais. Pode-se ver, nesse cenário, algo de libertador, no entanto é preciso atentar para uma possível negação da juventude moderna. Acredita-se que tem de buscar uma análise que prime por caminhos de libertação e reconhecimento de uma juventude contextualizada histórica e culturalmente, considerando seu caráter complexo, dinâmico e multidimensional, para que possa assim emergir visões de mundo partindo da relação dos jovens com os valores e as ideias provenientes da socialização secundária. Groppo (2004) complementa assumindo que é preciso defender um direito maior, que é o “direito à juventude”, por ser uma categoria que, institucionalizada ou não, exercem importantes papéis no mundo social.

A juventude é analisada a partir de diversos lugares, cada um com seus valores éticos e ideológicos implícitos, no entanto, é preciso reconhecê-la a partir da vivência dos próprios jovens.

As juventudes como metáfora de um caleidoscópio sugere uma condição juvenil atravessada por combinações variadas a cada movimento histórico, marcada pela beleza de cada modo de constituírem-se jovens, seja pela faixa-etária, pelos gostos, pela cultura, pelas condições de viver. São jovens que ora estão juntos, ora separados, cada um com seu potencial de nos surpreender pelo estranho, e pelo belo. A cada movimento, uma identidade se faz, em seguida se espalha e se desfaz transformando-se em outro modo de ser jovem. Por entre este processo, a forma de ser é fugaz e imprecisa e o que se é hoje é provisório, mas não por isso descolorido. Isso é o que constitui, com maestria e beleza, a pluralidade da condição juvenil.

### **3.2 A pluralidade da condição juvenil a partir dos jovens**

É interessante perceber que a juventude aparece como a vivência da intensidade, muito ligada a temporalidade, ao instante vivido. Groppo (2004) pontua essa questão da valorização do presente, do imediato, do espontâneo, afirmando que isso é parte da condição juvenil na modernidade. Para este autor, a experiência

acumulada é algo mais próxima da vivência da maturidade, cujas pessoas já experimentaram e incorporaram valores pelo percurso vivido.

Essa condição juvenil também implica numa possibilidade de contestar e de se contrapor ao que parece imutável. De acordo com isso, a concepção narrada pelos jovens participantes desta pesquisa aparece fortemente relacionada à busca de novas sensações e do prazer imediato. Essa busca pelo prazer próprio da juventude, para alguns se dá pelo álcool, pelas drogas, pelas festas, pelo cinema, pelas amizades, pela dança, pela sexualidade. A presença da diversidade, da intensidade e do prazer prepondera. Essa busca é justificada, pelos próprios jovens, como o momento de aproveitar a vida, “*porque eu acho que é assim, por eu ser jovem também, eu acho que tem certas coisas que eu tenho que tá aproveitando, entendeu?*” (DADO, E2, p. 08).

Nesse sentido, que a relação com o futuro pode se manifestar de diferentes modos, como através da negação ou do medo. Quando perguntei quais os projetos de futuro, Dado reconheceu que: “*Pergunta difícil pra mim... (risos) logo eu, que não gosto de pensar no futuro (risos)... ai, não sei, eu não sei*”(DADO, E2, p. 08). Para Pais (2006), uma de suas principais consequências é o estabelecimento de uma tendência de valorização extrema do presente ou consideração do futuro sempre como algo próximo, de curto prazo. A dimensão do sonho está presente, porém “esta geração diz coisas vagas sobre o futuro” (NOVAES, 2006, p. 110).

*Eu queria ter mais tempo pra minha família porque eu não tenho. Queria... queria me dedicar mais ainda assim com relação a coisas profissionais, ter mais assim... pensar mais no futuro, pensar mais... como eu falei, não sou muito de pensar no futuro, mas eu queria... queria ter essa vontade assim de estudar, de... de pensar mais assim no que eu quero ser, do que eu quero levar pra minha vida profissionalmente. (DADO, E2, p. 08)*

Além do mais, a concepção de juventude está ligada à percepção de que eles não têm as responsabilidades de um adulto, que os levam a se diferenciarem. Para Dado, a juventude é:

*É aquilo né, de aproveitar, de se divertir, sair com os amigos assim sem... sem ter responsabilidades, apesar da gente ter responsabilidades, mas, tipo assim que eu falo de casa, contas, filhos, essas coisas.... é aproveitar, aproveitar o momento é... é isso, enquanto você é novo, tem essa disposição, tem essa... essa coragem de passar as noites nas festas, essas coisas, eu não era assim antes e.... to começando assim agora, vamos dizer, então é isso, ser jovem é isso, é aproveitar cada momento assim como se fosse único assim, pra guardar de lembrança... porque eu vejo muito assim no futuro assim as pessoas assim adultos, são muito assim preocupadas com contas, responsabilidades essas coisas, e eu acho que ser jovem é isso, é você se*

*desligar um pouco disso e aproveitar enquanto você ainda é novo, enquanto você tem energia pra isso. (DADO, E2, p. 08)*

A ideia de experimentação surge pela implicação de um campo de escolha e de caminhos possíveis e mais diversos do que em momentos anteriores, como na infância. Na juventude se apresentam as diferentes possibilidades de se viver, é quando a dimensão da escolha deve permanecer como fulcro que implicam algumas decisões. Sobre isso, Pais traz a metáfora do labirinto, onde ele explica que,

O dilema do labirinto traduz-se na incapacidade de decisão relativamente ao rumo a tomar. Vou por aqui ou por ali? O ideal, para muitos jovens, é explorar simultaneamente vários rumos possíveis que num labirinto surgem em simultâneo a quem com eles se confronta. Ao optar-se por um rumo perdem-se os demais e, além disso, perde-se a liberdade de escolha a partir do momento em que se a exerceu (PAIS, 2005, p. 13 e 14).

A juventude, portanto, significa o primeiro contato com os dilemas da vida adulta, sendo esta entrada traduzida por uma experiência vivida com maior intensidade, pelo que a construção de identidade se configura relevante para esse momento (SPOSITO, 2003). No caso dos jovens pesquisados, concomitantemente aos estudos, surgiu a possibilidade de ingressar em um grupo de dança, uma escolha que lhes trouxe outras possibilidades de viver o tempo da juventude.

Além disso, a análise do tempo para a juventude revela formas de relações sociais que expressam elementos fundantes de seus valores e culturas, como forma peculiar de apropriação de sua vida. Pode-se perceber que os jovens reconhecem a juventude como o momento da curtidão, da farra, de experimentação, seja do álcool e outras drogas, seja da própria sexualidade, seja da Vida, como afirmou Jegad, referindo-se aos jovens de um modo geral, *“com os meninos que tem 15 anos hoje em dia já fizeram sexo, já bebem todo final de semana, vão pra praia, viram a cara, ficam bebendo vinho e não sei o que, não sei o que!”* (JEGAD, E1, p. 54).

No entanto, quando ele se compara com esses jovens, ele se diferencia e afirma que *“eu nunca fumei, e eu não preciso beber e nem fumar pra saber que é uma coisa que eu não gosto, entendeu, e a juventude hoje em dia assim, é tudo muito rápido, eu fico besta...”* (JEGAD, E1, p. 54)

Esta pesquisa aponta o pluralismo da condição juvenil como um fenômeno presente nas juventudes moderna, em que essa diversidade constitui a formação de valores e, atravessa dentre outras, a dimensão sexual e afetiva.

*Em questão de relacionamentos eu sou chato, aí sei lá, sou chato (risos) é que é assim o, eu sou do tipo que se eu não gosto muito eu não procuro estar com essa pessoa, se tem algum motivo eu sou meio que... abestado, mas agora assim, quando eu realmente gosto eu faço por onde, eu procuro ter a pessoa só pra mim (RAEL, GF, p. 10)*

Existe um nível de exigência nos relacionamentos entre pares organizado e marcado pela intensidade do sentimento. Existe, ainda, uma nova categorização que foge ao parâmetro do casado(a), noivo(a) ou namorado(a), estendendo a uma nova categoria de enrolado, como se define o jovem Rael “*Eu acho que eu tô enrolado, (risos) falando serio, nós estamos ficando serio, não ficando serio, é bem enrolado. (risos). E agora nada, eu to gostando, ta sendo uma convivência bem boa, é uma pessoa totalmente como eu procurava*” (GF, p. 10).

Sua fala era intercala por risos, o que denotava uma resistência, para não assumir um relacionamento com a seriedade dos moldes sociais, mesmo sendo uma relação de acordo com que ele procurava.

Outro elemento presente nos discursos dos jovens é o conflito entre relacionamentos de par e amizade, onde eles demonstram estabelecer uma relação de interdependência, como se vê:

*Namorado pra mim só serve se gostar dos meus amigos, porque se não gostar meu fi, pode pegar o beco, é desse jeito! (risos) Toda vez que eu namoro a primeira pessoa que vou apresentar é esse aqui, ó! (em direção ao Jeferson) Aí gostou desse, apresento pro outro, (risos do grupo)... Até que teve uma vez que foi um namorado de três meses e tal, que agente passou a semana santa depois do carnaval, o grupo tinha ido pra uma casa de um amigo da gente, apresentei ele, não apresentei pra todos mais pra grande maioria, pros mais importantes vamos dizer assim, que era ele e mais duas pessoas. Ele gostou, as pessoas também gostaram dele e isso pra mim já é mais de 10 pontos positivos pra uma relação boa, gostando dos meus amigos é sinal que ele realmente gostou de mim, que quer ter alguma coisa. Pra mim basicamente é isso. (RAEL, GF, p. 11)*

A amizade se apresenta como fator primordial no processo de socialização dos jovens. Em segundo plano, os relacionamentos afetivos. Além disso, as configurações da condição juvenil se manifesta na diversidade com a qual cada jovem encarada uns aos outros, tomando como referência padrões do que eles consideram normal ou anormal. Isso fez-se presente no discurso de Jegad, quando se referiu aos seus colegas do grupo,

*Os meninos do grupo nessa época de 15 a 18 anos eles passaram por esse problema, eles estavam no ensaio todo dia, estavam bem, normal e tudo, eles saíam de lá iam fumar, eles iam beber, eles iam fazer coisas que todos os jovens querem fazer né, que é descobrir... (JEGAD, E1, p. 54)*

Vê-se, portanto, que existem práticas que se solidificam na cultura dos grupos que escapam de modelos impostos. Os jovens desempenham um papel determinante nessa capacidade cultural, em que assumem possibilidades de ocupação do espaço e modos de vida coletivos. Lafont (1985) defende que os adolescentes parecem não mais desempenhar, na construção da sociabilidade de seus grupos, o papel privilegiado que lhes coube.

Discordo à medida que considero a juventude atual com grande capacidade de questionar a realidade normativa em que vivemos, mais importante ainda é reconhecermos esses modos de questionamentos, como legítimos. Dentre eles, destaco as manifestações sociais, culturais e artísticas. A dança é um exemplo de expressão da juventude, de questionar a os modos de organização social e o conseqüente modelo de comportamento imposto aos jovens, baseado fundamentalmente na dimensão social e sexual. Na observação participante, identifiquei vários tipos de dança “*entre rap, dança de rua, break, funk, pop, swingueira, dentre outras*” (DC, 04/09/13).

Na dimensão social, percebemos que entre grupos de jovens existe uma cultura da diferença social, na busca de afirmar uma identidade, por exemplo, a juventude urbana, os jovens de rua, juventude estudante, juventude rural, etc. Nessa direção, os modos de se portar, os espaços que ocupam ou frequentam, os bairros em que moram, as vestimentas, o uso de álcool ou outras drogas, a música, vai demarcando a “afirmação da diferença, pela qual é reproduzida e preservada a identidade de todo um grupo” (LAFONT, 1985, p. 196). Tais modos de organização social estão associados à construção de valores culturais, isso fica claro quando vemos o universo coletivo dos jovens marcado por uma condição que os levam a uma espécie de machismo.

### **3.3 Juventude(s), sexualidade e modos de socialização: do apoio ao preconceito social**

Na dimensão sexual, a homossexualidade se exprime como uma traição aos valores masculinos de virilidade. Essa inevitável ambigüidade engendrada por essa

virilidade passa a ser desviada ou evitada, seja na forma de brincadeiras, verbalizações ou ofensas. É assim que “A diferenciação dos papéis e das atitudes sexuais se faz em torno da antinomia interior-exterior que estrutura uma repartição de comportamentos e dos espaços entre rapazes e moças” (LAFONT, 1985, p. 197). Ao fazermos uma releitura na realidade da juventude moderna, acrescentaria que essa repartição não se limita a rapazes e moças, mas se ramificariam, em cada uma dessas classificações, como raízes de uma árvore que seguem várias direções. Uma dessas tantas raízes representaria os rapazes homossexuais e é sobre essa raiz específica que aprofundarei as reflexões nesse estudo.

Isso se justifica porque os jovens do grupo aqui pesquisado são de orientação homossexual, que estudam e trabalham, além disso, são “assumidos” e participam de um grupo de dança autônomo, conhecido entre os jovens de uma política pública da cidade de Fortaleza. Como se trata de representar uma categoria social e sexual, a dos jovens gays, que está contra as normas sociais, por isso constituída em termos negativos, sua formação envolve o rompimento de categorias, que permite que as experiências vividas por eles ganhassem visibilidade, se constituindo signos de pertencimento a um grupo social, ou seja, uma identidade (ANJOS, 2002). Encontramos uma contradição, se por um lado o grupo de jovens representa publicamente a constituição de uma identidade interdita, por outra, na medida em que se expressam, reivindicando igualdade e criticando o preconceito, eles buscam tornar-se uma identidade aceitável socialmente. Uma questão que se coloca é como eles analisam a homossexualidade e as preocupações que giram em torno desse contexto:

*O fato da homossexualidade é mais com relação à minha mãe, o fato dela ficar tão triste apenas por isso, eu acho assim, eu acho... na minha opinião eu acho uma coisa assim tão boba assim, no meio assim, nesse mundo assim tanta coisa ruim que acontece, filhos nas drogas, filhos roubando, essas coisas, aí eu... isso mexe muito comigo mais com relação à minha mãe, mais o fato assim dela não aceitar, dela achar assim uma coisa absurda... (DADO, E2, p. 07)*

Eles tomam como referência a sexualidade enquanto experiência e comparam a outras experiências do universo juvenil, como a criminalização e as drogas, na tentativa de minorar o preconceito e justificar a homossexualidade como algo inofensivo a sociedade. É interessante como eles tentam romper com a percepção de que a homossexualidade é um atributo negativo, e vão na direção de torná-la uma identidade socialmente legítima (ANJOS, 2002). O fato é que a forma como vivem a sexualidade e

os afetos fazem parte do processo de construção de suas identidades e do sentido que atribuem à vida. As características comportamentais dos jovens nos diversos espaços são reflexos do seu mundo afetivo (PAIS, 2012). Além disso, frente a diversidade juvenil, o estilo, a estética, os gostos, e a sexualidade são tomados como campo de investigação do seu modo de vida (JOCA, 2013).

A vivência da sexualidade para a juventude está ligada a afirmação da identidade de gênero, e a busca por autonomia que vem se configurando como uma tendência à emancipação. Para Castro, Abromavay e Silva (2004, p. 68), “o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades, e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais”. Existem alguns parâmetros culturais e sociais que definem o que é ser jovem que normatizam o funcionamento da sociedade, discriminando o que é aceitável e o que não é.

A sexualidade é uma forma de sociabilidade em que, na relação dialética entre o jovem e o meio, constituem modos de vida, formas de ser e estar no mundo. Há uma forte pressão social, caracterizada pelo peso da sociabilidade, da pressão dos grupos e da religião para que se tenha um ou outro comportamento. Quais as implicações para os jovens viverem e conviverem em uma sociedade hegemonicamente heteronormativa? O que dizer dos jovens que vivem o conflito de corpos desviantes, alvo de discriminação que culminam em atos de exclusão e opressão? “O obscurecimento da diferença aparente entre os sexos, nos adolescentes, não constitui uma das características originais maiores de nossa sociedade, uma sociedade unissex”? (ARIÈS, 1985, p. 79).

É preciso considerar, quando se analisam as condições sociais, as concepções advindas do senso comum, que define a homossexualidade como uma questão de opção sexual. Essa perspectiva é questionada pelos próprios jovens, “*O pessoal tem mania de dizer que é uma escolha, né?, só que muita gente não consegue tirar isso da cabeça que não é uma escolha, porque se fosse uma escolha ser gay, quem era que ia querer ser gay? Então não é uma escolha...*” (JEGAD, E1, p. 13)

Isso pode gerar conflitos, intra e interpessoal e assim a aceitação de si, surge como um problema no processo de constituição da identidade do jovem:

*É mais com a questão da própria sexualidade mesmo assim, ser gay que antes, assim, eu era muito na minha, entendeu, não me aceitava, acho que eu não me aceitava, assim, depois eu entrei no grupo as coisas, de ta conhecendo as pessoas, de ta convivendo com os meninos e tal... (DADO, E2, p. 12)*

A aceitação de si faz parte do processo de formação da identidade e perpassa dialeticamente a aceitação pelo outro. “É certo que vivemos tempos onde parece imperar uma ética de realização pessoal que aponta para uma valorização do poder de decisão e escolha, fazendo do indivíduo mentor de sua própria vida” (PAIS, 2012, p. 150).

Assim o jovem se constitui na relação com o outro, em que nessas relações sentem necessidade de vinculações pessoais que lhes permita manter uma confiança na vida, pois a afirmação da identidade requer uma abertura emocional em relação aos demais, desse modo vão se metamorfoseando e se constituindo através de influências e aprendizagens dos que lhe são mais próximos: família e amigos (PAIS, 2012). Isso transparece no discurso do jovem Jegad ao se referir à importância do apoio da família: *“Então é uma pessoa que eu acho que tem tudo pra crescer, que eu acho que o principal é dentro de casa, tem que ter a força dentro de casa né?, ele tem toda a força dentro de casa e não tem aquela vontade (...)”* (JEGAD, E1, p. 11)

Considero o apoio familiar como uma dimensão que precisa ser ponderada no processo de socialização e constituição da juventude moderna, pois a família é considerada por Dessen e Polonia (2007) como o primeiro locus de socialização humana, contribuindo para o bem-estar e continuidade de seus membros, além disso, a proximidade familiar aparece como fator protetivo na vida de crianças e adolescentes (MORAIS, KOLLER e RAFFAELLI, 2012). As bases de apoio familiares e comunitárias tem seu papel no desenvolvimento das capacidades física, cognitiva, social e afetiva de jovens e crianças Dimenstein *et al.* (2005). Nesse sentido, a família é um lugar efetivo e afetivo de apoio social para o jovem,

*Em relação a afeição assim, eu sou muito chegada com meu pai, meu pai sempre foi muito de beijo, abraço essas coisas assim, minha mãe não, minha mãe ela diz isso pra mim, que foi pela criação dela, ela não é muito de abraço, minha avó nunca foi muito de abraço, então ela não é muito de abraço essas coisas assim, mas em questão de conversar, eu converso mais com minha mãe, com meu pai não, agora em questão de chamego é com meu pai. (MICA, GF, p. 17)*

Nesse sentido a relação afetiva com os genitores emerge como um campo de apoio para a constituição da identidade desse jovem, o que contribui com o fortalecimento da identidade pessoal. A jovem segue em seu discurso, fazendo uma comparação da relação da mãe com a relação de uma amiga, pois considera importante



a cumplicidade e a confiança como parte do apoio familiar, “*Porque conta essas coisas de mulher, a minha mãe também, ave Maria, é demais, é mais que uma mãe, uma amiga, sei lá, é tudo! Minha irmã, ave Maria, briga direto, nam*” (MICA, GF, p. 17) . Posterior a esta fala, no decorrer do grupo focal, foi identificado no discurso de um jovem como ele significava a presença do afeto em seu contexto família.

*Em relação a afeto essas coisas, eu acho que lá em casa e cada um no seu local, meu irmão na sala, eu no meu quarto, minha mãe na cozinha, lá em casa não tem contato em casa não, trabalho ai quando eu chego a noite fico no computador, aí não rola muito esse negocio de afeto não, no final de semana, quando tem ensaio, normalmente eu saio (Com tom de voz diferente, emotivo, sentido, grifo nosso) (NIN, GF, p. 03).*

Torna-se perceptível que, para o jovem é preciso que haja minimamente a presença de um contato cotidiano e de uma convivência para que ele se sinta apoiado afetividade pelo seu contexto familiar. Desse modo, a presença da família no partilhar do cotidiano do jovem emerge como caracterização fundamental para que esse jovem sinta-se efetivamente apoiado. No entanto, é preciso ressaltar que o apoio familiar não se manifesta da mesma forma, em todas as relações familiares, é o que traz a jovem Ana, em seu discurso, ao afirmar: “*Lá em casa também é cada um “prum” lado, só que quando a gente chega das festas a gente conta as histórias, eu e minha mãe*” (ANA, GF, p. 03). Esse discurso traz que, mesmo havendo distanciamento cotidiano, há instantes de encontro e partilha entre mãe e filha. O que se pode analisar é que, o apoio familiar assume vários modos de expressão, nem sempre caracterizado pela amorosidade das relações, mas sim pela capacidade de afetação e convivência. É visível que, em algum aspecto da vida, precise existir o compartilhamento de histórias, experiências ou percepções entre os jovens e seus familiares, no entanto as relações se diferem, pois um tem mais proximidade com o pai, outro com a mãe, outro com o irmão. No caso de Rael, sua história de vida aparece marcada pelo distanciamento da figura paterna, onde ele finda desenvolvendo uma ligação afetiva com a figura materna, de onde ele encontra a fonte de apoio para vivenciar sua homossexualidade:

*Em questão de convívio afetivo assim, eu tenho mais com minha mãe, tipo ta com 13 anos que eu não tenho uma certa aproximação com o meu pai, é meu pai lá, minha mãe criou a gente sempre sem pai, até nos momentos que a gente tava morando juntos, que tava na fase de brigas, sei que, que houve a separação, não no papel, formal, só mesmo separação de casa, mais até hoje a gente nunca dependeu dele, graças a deus minha mãe trabalha ainda, ela ta trabalhando tal. Agora sim em questão de afetivo, eu tenho mais com a minha mãe, meus irmão mesmo, nem suporte, é assim, eu não suporte eles,*

*eles não me suportam, diz que se gosta, mais natural ter que gostar de irmão é de sangue mais pra tá assim, sair junto assim, a gente não senta pra conversar, até com questão de orientação sexual, porque lá em casa tipo eu e meu irmão, tem dois gays, sendo que eu já sou assim desde que nasci, minha aceitação em casa é bem mais fácil, bem mais rápida... (RAEL, GF, p. 03)*

Desse modo, o apoio familiar em suas diversas configurações que vem a contribuir com a promoção do fortalecimento pessoal e a construção do processo de autonomia, sinalizando um fator protetivo e fundamental para o enfrentamento a violência. Nesse sentido, as ligações afetivas familiares respaldam o desenvolvimento integral dos jovens, que propicia um campo de fortalecimento emocional para lidar com o sofrimento advindo da realidade de exclusão.

O apoio familiar surge também, quando Rael pontua questão da aceitação de sua homossexualidade, em que esta aparece atrelada a dimensão do respeito, em casa e na rua:

*A gente não senta pra conversar, até com questão de orientação sexual, porque lá em casa tipo eu e meu irmão, tem dois gays, sendo que eu já sou assim desde que nasci, minha aceitação em casa é bem mais fácil, bem mais rápida, antigamente eu ficava com medo da minha mãe da reação dela, assim quando eu contei eu conversei normal, falamos ela me aceita do jeito que eu sou, ela não me critica não me recrimina, ninguém, acho assim se eu for tirar alguém da minha rua, que... “ai lá vem o veadinho” essas coisas assim não fala, discriminação não tem, todo mundo me respeita eu respeito todo mundo. (RAEL, GF, p. 11)*

Sendo assim, o apoio familiar perpassa a vida dos jovens, incluindo a aceitação de seus modos de ser e de viver, considerando a dimensão da sexualidade, vista historicamente como um tabu social. Existe uma identidade idealizada que se espera do jovem hoje e que gera um assujeitamento que torna essa imagem hegemônica, o que quer dizer que existe um modelo de sexualidade imposto sobre as demais formas de ser. As outras possibilidades são desqualificadas e desconsideradas, inviabilizadas e até violentadas. É desse modo que o corpo, seja através da estética e/ou a orientação sexual é considerado como campos demarcatórios de suas identificações (JOCA, 2013). Durante a observação-participante,

*Chamou muito minha atenção o grupo de funkeiras, meninas entre 14 e 16 anos que dançaram funk, com movimentos corporais sensuais e sexuais. As letras das musicas faziam referencias a “sexo explicito”, como “senta na pica”, “gostosa”, “pau”, etc. O que será que aqueles corpos estavam querendo nos dizer? (DC, em 04/09/13)*

O corpo é o que dá acesso a trocas afetivas e sexuais, pois “(...) surge como um território de descobertas de si, mas também um instrumento de gestão de identidade” (PAIS, 2012, p. 121). Então os investimentos que os jovens fazem no corpo, nas suas imagens é uma representação de sua autonomia e do sinal do tempo. O corpo é o entrelace entre material e simbólico, concreto e biológico.

Louro (2009) apontar nova compreensão sobre a sexualidade vigente na sociedade atual, dividida em dois sexos opostos, homens e mulheres, e ressalta que essa nova compreensão passa a marcar um novo contexto histórico, em que antes “o corpo tinha menos importância. Mas agora ele passava a ter um papel primordial” (p. 87). Isso passa a se dar, pois “o corpo se tornou causa e justificativa das diferenças. O corpo passou a ser aquilo que dá origem às diferenças” (LOURO, 2009, p. 87). Como isso, novas verdades são instituídas acerca da relação corpo e sexualidade. Assim, o que dizer dos corpos desviantes? Que efeitos esses corpos produzem?

O surgimento da sexologia traz consigo a invenção de tipos sexuais, a ideia do que seria normal ou patológico, numa hierarquização. Era um modo de disciplinar a sexualidade (FOUCAULT, 1988) e atribuir autoridade a ciência para determinar discursos de verdade.

Nesse contexto, surgiu o homossexual e a homossexualidade, definida como práticas sexuais exercidas entre pessoas do mesmo sexo. Essas práticas sempre existiram, no entanto, elas passaram a ganhar uma conotação diferente: como uma verdade oculta do sujeito (LOURO, 2009). O homossexual passou a ser visto como sujeito de outra espécie. Frente a essa diversidade dos afetos e da sexualidade juvenil, surge um problema social que é a questão da homofobia. Do grego, *fobia* quer dizer medo, *homo*, significa *igual* e vem de homossexualidade, assim homofobia é o medo de homossexuais (FLEVRY; TORRES, 2011). Esse termo surgiu para designar a aversão aos homossexuais, relacionando-se a práticas preconceituosas, que pode se manifestar de diversos modos.

Muitos dizem que não têm preconceito, desde que o homossexual permaneça longe, não se aproxime e, principalmente, que não insinue que eles possam ser um igual ou um parceiro da relação. Os rapazes têm aversão às “cantadas” vindas de homossexuais, sentindo-se ameaçados em sua masculinidade e, muitas vezes, reagindo com violência. (CASTRO *et al.*, 2004, p. 280).

Assim, o preconceito se dá a partir da exclusão do diferente, daquele que escapa do padrão social, da norma, seja pela sexualidade, pela cor e raça, pelo gênero, pela condição social, etc. Desse modo a dicotomia entre heterossexual e homossexual passa a definir práticas e sujeitos. Essas posições assumem uma hierarquização na sociedade, de tal modo que,

Para garantir o privilégio da heterossexualidade – seu status de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de naturalidade – são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na igreja, na medicina, na mídia, na lei) (LOURO, 2009, p. 89).

O grupo pesquisado, além ocupar um lugar marginal no que tange a sexualidade, também assim são no que tange a condição social. Essas condutas são consideradas transgressoras e anormais, por serem jovens homossexuais, que vivem em contexto de pobreza. Sobre isso Castro *et al.* (2004, p.279) pontua:

Um tipo de estranhamento, que para vários autores associa-se à representação da masculinidade ou da masculinidade legítima e aprendida como a “normal”, e que pode-se traduzir em diversos tipos de violências, comumente encontrada na literatura sobre jovens, diz respeito à discriminação contra os homossexuais.

O preconceito é tido como um tipo de violência que faz o outro se sentir desrespeitado compromete a dignidade, além de gerar sofrimento e revolta. Para Castro, *et al.* (2004, p. 266), “São legitimados por padrões culturais que cultivam simbólica e explicitamente hierarquias e moralismos em nome da virilidade, da masculinidade e da rigidez que codifica uma determinada vivencia da sexualidade como a normal, a consentida”. Muitas vezes esse tipo de violência é silenciado e não considerado como tal, o que tende a ser naturalizada. Pesquisa em 14 cidades do Brasil, com alunos, pais e professores apontou que cerca de 27% dos jovens pesquisados declararam que não gostariam de ter como colega um homossexual mas que, por outro lado, cerca de 35% dos seus pais também afirmaram que não gostariam que seus filhos tivessem um homossexual como colega de classe (CASTRO, *et al.*, 2004). Butler (2003) questiona: Como enfrentar a violência da hetero(norma)?

Desse modo, se faz importante nesse estudo compreender considerar como um dos elementos que emerge do protagonismo, a constituição do jovem e a assunção de uma sexualidade como modos de sociabilização, em um cenário marcado pela violência da (hetero)norma.

### 3.4 O jovem em contexto de pobreza: do problema social a atores do desenvolvimento

Tomando como parâmetro a linha de pobreza e extrema pobreza, o IPECE (2013, p. 17), afirma que na realidade de Fortaleza “14,4% dos jovens estão entre os pobres e destes, 6,8% se classificam como extremamente pobres. A proporção de jovens pobres é maior entre os que possuem idade entre 15 e 19 anos (17,9%) e declina conforme se avança nos grupos de idade”.

Se, historicamente, antes se associava a juventude às noções de crise hoje podem ver que juventude está associada à noção de exclusão-inclusão social que, por sua vez, denota a situação de pobreza que vive grande parte da população juvenil, uma vez que “mais de 60% dos jovens vivem em famílias com rendimentos domiciliares *per capita* inferiores a um salário mínimo, e muitos estão em famílias consideradas pobres” (IPECE, 2013, p. 19). Ao se relacionar as categorias juventude e pobreza, é comum encontrar artigos e textos sobre violência, vulnerabilidade social e políticas públicas (LOPES *et al.*, 2008). Isso, no mínimo, representa um sinalizador alarmante em torno do perigo de criminalização do jovem pobre. Streck (2006) ao pesquisar juventude no contexto brasileiro afirma que:

As opções de lazer para as classes pobres são reduzidas: não há bibliotecas, museus e áreas de esporte e faltam incentivos para baratear o acesso ao teatro, cinema e outras possibilidades culturais para estudantes. Com isso a rua tem se tornado o local onde os jovens se encontram. Os jovens das classes abastadas se recolhem em shopping centers ou nas casas fechadas por altos muros e cercas. Para estes a rua se mostra como local de perigo, pois ali podem ser assaltados pelos jovens pobres (STRECK, 2006, p. 02).

Um dos fatores que podemos relacionar a essa criminalização, dentro da multiplicidade que abarca a juventude, seria a dificuldade de definir um conceito unívoco que signifique essa categoria; outro aspecto está relacionado à ideologia que a mídia ajuda a construir, quando traz em seus noticiários a imagem dos jovens pobres sempre associadas a drogas, violência e acidentes,

É interessante notar que a juventude que não pertence aos seguimentos abastados da sociedade possui espaço de visibilidade na mídia com destaque nos noticiários policiais (sempre vinculados ao crime, à desestruturação familiar, bem como à drogadição), havendo poucas oportunidades de escapar a esse estigma (VIANA *et al.*, 2011, p.30).

Essa é uma faceta que é trazida quando se pesquisa e estuda juventude em contexto de pobreza. Viana *et al.*, (2011, p. 30) questionam: “Que jovem é esse que a mídia veicula como sendo o modelo de juventude?” É importante reconhecer e preciso discutir suas origens e implicações dessas facetas ideológicas, no intento de desnaturalizar determinadas construções sociais que partem de acepções monocausais e assim desvendar outras facetas e olhares que possibilitem analisar o fenômeno juvenil a partir da interlocução entre diferentes áreas de conhecimento.

Novaes (2009) traz um panorama histórico do Brasil no que tange ao ingresso da categoria juventude, dentro da questão pública, remetendo a década de 80, época de crise financeira no país por conta da dívida externa, e em que foi reservada aos jovens o desafiante papel de se tornarem agentes para o desenvolvimento, lugar este em que eles passavam a ser considerados como capital humano para o desenvolvimento. Este enfoque, atualmente, tem exigido massivos investimentos no campo da educação e do incentivo a participação política, com vistas à promoção do protagonismo juvenil (AQUINO, 2009).

Além da preocupação com o problema econômico do país, por outro lado, buscavam também combater a violência, através da prevenção de delitos, muitas vezes associado aos jovens em situação de risco, também chamado de situação de vulnerabilidade social. De algum modo, isso significava também ações em direção ao combate a pobreza, uma vez que, enquanto existirem jovens pobres, continuaria existindo jovens violentos. Desse modo é que juventude, pobreza e violência se tornavam quase sinônimos. Assim, começaram a pensar políticas para os jovens focalizadas para aliviar a pobreza.

Para Aquino (2009, p. 25), “a juventude inscreveu-se como questão social no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens principais”. Por um lado pela ótica do ‘problema social’, que demandaria modos de enfrentamento por parte da sociedade, de onde advém a necessidade de investir em políticas de segurança social; por outro lado eram vistos pela ótica da ‘fase de preparação’, que exigiria esforços coletivos, principalmente da família e da escola, para incorporação dos jovens nos espaços socioculturais, onde passariam pelo processo de socialização de acordo com a ordem social e assumiria seu necessário lugar de trabalhador, chefe de família, pai, dentre outros papéis sociais considerados estáveis, daí a necessidade de investimento no campo da educação e emprego (AQUINO, 2009).

Nessa trajetória histórica, frente às mudanças demográficas e sociais ao longo das décadas, foi se redefinindo a juventude usuária de políticas públicas onde esta passava a ser vista como “atores do desenvolvimento”. Dessa forma, “os esforços se concentraram em investimentos na formação de capital humano com fortes investimentos em educação e formação profissional e no incentivo à participação política juvenil” (IPECE, 2013, p. 03 e 04).

O foco de intervenção das políticas públicas é para os jovens tidos como problemas sociais, na direção de transformá-los em atores do desenvolvimento ou protagonistas. É desse modo que as políticas públicas direcionam suas ações para os jovens pobres, representantes da ameaça social.

### **3.5 Modos de vida e cultura da pobreza: uma tessitura do sentimento de comunidade nos jovens**

A categoria modos de vida será aqui abordada para melhor compreender as condições que dificultam, facilitam ou justifiquem o protagonismo para os jovens considerados pobres. Cidade (2012) define os modos de vida como experiências vividas que envolvem a capacidade criadora e ativa dos sujeitos para reinventar suas heranças sociais e culturais e defende que há uma relação dialética entre os modos de vida dos sujeitos e sua consciência social. Nobre (2005) compreende em termos de padrões de comportamentos. Para melhor delinear isso, trago alguns elementos que congregam os modos de ser, os estilos e os cotidianos juvenis e vão na direção de descrever como os jovens vivem, considerando a dimensão material da vida, a cultura e as experiências vividas (BORSOI, 2005).

Assim, nesse estudo, a categoria modo de vida é considerada como um conjunto importante de elementos que abordam as condições de vida, como o território de moradia dos sujeitos, a vivência individual e coletiva, considerando o grupo do qual fazem parte amigos, família e política pública. Para Leite (2010), modos de vida está relacionado aos modos de relações dos sujeitos.

Os jovens que responderam ao questionário sócio-econômico, quando perguntado como se consideravam, 100% respondeu que se consideravam “*nem rico, nem pobres*”, se colocando nesse lugar intermediário de pobreza. Esse questionamento surgiu no grupo focal, onde foi possível perceber que a concepção de pobreza dos jovens pesquisados aparece atrelada a duas dimensões: a falta de dinheiro e a

dificuldade de acesso aos serviços públicos. Mesmo eles não se definindo como pobres, nem como ricos, reconhecem que existem pessoas ricas ao seu redor, como no ambiente de trabalho. Então o rico aparece como aquele sujeito que tem sonhos simples e fácil, como viajar para o exterior, sobre isso Dado declara:

*Esse sonho que eu quero realizar que pra alguns é simples, pra outros, no meio que eu vivo entre pessoas ricas, vamos dizer onde eu trabalho, pessoas vamos dizer assim meus amigos, até a minha própria realidade, pra uns é fácil, pra outros é impossível, que é conhecer Nova York. (DADO, GF2, p. 11)*

É visto como ele se coloca no lugar de “outros”, ou seja, no lugar distante do rico, do impossível de realizar, por se perceber como um jovem que hoje não tem dinheiro para custear uma viagem dessa, mas que o caminho para conseguir realizar-se é se “*formar pra conseguir dinheiro pra conseguir chegar lá, entendeu*” e complementa ressaltando seu empenho, “*acho que tudo que eu faço hoje em dia e que eu desejo fazer é baseado assim nesse sonho*” (DADO, GF, p. 24). A ausência de dinheiro é uma informação que persiste na fala dos participantes, como um elemento que dificulta a satisfação de seus sonhos, desejos e necessidades.

Tendo em vista que a questão a ser discutida aqui tem como especificidade a relação entre modos de vida dos jovens e pobreza, é fundamental ressaltar que modo de vida é entendido como as condições de vida forjam conduções nos jovens pobres, constituindo uma cultura da pobreza como “(...) um modo de viver, de pensar, de amar, de orar, de crer e esperar, de passar o tempo livre, de lutar por sua vida” (BLANCO, 1998, p. 88). Sobre isso, situo três principais elementos que explicitam a presença da cultura da pobreza nos jovens pesquisados:

O primeiro é ter um histórico familiar que lhes reflete um desenvolvimento desde a infância marcado por condições de privação. O histórico familiar desses jovens é de mães que são dona de casa, diarista, manicure, cabeleireira, costureira e de pais que assumem atividades como motorista, soldador, mestre de obra e mecânico. São pessoas que, “vivem em situação de fragilidade, desamparo e risco. Não tem planos de saúde e ganha, quando empregado, um pouco mais de um salário mínimo ou bem menos, ganha muito pouco quando trabalha e, quando trabalha, trabalha muito” (GÓIS, 2012, p. 122). Além disso, 71,4% dos jovens participantes do grupo focal afirmaram que na sua família existe algum beneficiário (ex: você, pai, mãe, irmãos) de algum programa de transferência de renda (ex. Bolsa família e outros). Portanto, o modo de vida desses



jovens é caracterizado pela necessidade de utilizar-se de serviços e políticas públicas, desde escolas públicas até projetos e programas do governo, voltados para profissionalização, como o Programa Jovem Aprendiz e outros voltadas para esporte e lazer, como fica claro no discurso abaixo:

*Ultimamente eu quis fazer natação, aí não foi pago, fui fazer lá no CUCA, mas a dificuldade que a gente tem acesso dos projetos do governo, que se você não procura fazer natação você procura onde, não tem o local, você pensa em todos os cantos do mundo, todos cantos pagos. (JEGAD, GF, p. 22)*

Assim, o desejo desse jovem é característico das condições de privação vivida, que forja seu modo de vida, uma vez que desprovido da condição financeira de pagar uma natação, ele busca a política pública, e se depara com as dificuldades de acesso, que é característico de uma cultura da pobreza, categoria de análise proposta pelo antropólogo Oscar Lewis e desenvolvida por Martín Baró (1998).

Pensar a pobreza sucedida da palavra cultura é pensar para além das condições econômicas e monetárias em que esses jovens estão inseridos. Sen (2000) acrescentou algumas outras variáveis ao conceituar a pobreza como privação das capacidades básicas do indivíduo. Algumas necessidades básicas são inerentes à condição humana, no entanto outras são específicas a cada grupo. Assim, pode-se pensar nas necessidades básicas, e secundárias, dos jovens, na realidade social em que vivem. É assim, que é possível entender a pobreza, com o critério da renda e as possibilidades e os meios de se chegar aos fins. Para Cidade *et al.* (2012), é preciso considerar a heterogeneidade dos indivíduos, dos contextos sociais, das culturas e das liberdades. Com isso, além dessa heterogeneidade macro, tem-se ainda a heterogeneidade própria da categoria juvenil, como já foi enfatizada. O que acontece, no caso dos jovens, é que a pobreza, a mesma que oprime, os impede de enxergar esses potenciais, pelo fato de coibir a liberdade e expressividade do sujeito marginalizado que vive nessas condições. Assim, fica mais clara em uma sociedade onde predomina a pobreza, entende-se que há formas de estruturação do psiquismo, em que se dá a partir da convivência com o social (CIDADE *et al.*, 2012). Martín Baró (1998, p. 88) afirma que “a cultura da pobreza é algo mais que a pobreza; é um estilo de vida que floresce em um determinado contexto social”. Desse modo, a existência de uma cultura da pobreza, não requer apenas mudar as condições econômicas, uma vez que existe uma cultura, caracterizada por um estilo de vida, comportamentos, relações sociais, valores e

atitudes que se dão de modo específico para os jovens que vivem nessas condições (CAMPOS, 1975).

O segundo elemento que caracteriza a cultura da pobreza é descrita no cotidiano dos sujeitos pesquisados, em sua grande maioria caracterizado pela necessidade do trabalho, que ao mesmo tempo representa um modo de ser protagonista, frente as condições de pobreza, como afirma o jovem: *“Eu só trabalho, passo o dia inteiro no trabalho. É o jeito. Faço parto do grupo de dança. Só isso mesmo”* (RAEL, GF, p. 2). Para esses jovens, o trabalho ganha o significado de obrigação, como único caminho para lhes proporcionar condições de vida material e amenizar as situações de privação. Além disso, o cotidiano cheio de afazeres como caminho de enfrentamento as condições de pobreza emerge como possibilidade para satisfação de suas necessidades básicas ou secundárias: *“minha vida sempre foi um pouco corrida, sempre tinha alguma coisa pra fazer, entendeu? Hoje em dia é o grupo, o grupo que me traz isso, mas sempre tem outras coisas que vão me trazer ocupação, alguma coisa assim, entendeu?”* (DADO, E2, p. 07). Além disso, essa condição de vida marcada pela privação e obrigação de luta diária, forjam conduções em direção à autonomia desses jovens.

A cultura da pobreza também forja condições de sonhar. No tocante ao projeto de futuro dos jovens, a dimensão monetária emergiu como elemento fundante: *“Acho que é mais é isso assim, levando em conta do financeiro. Queria gastar menos, queria sair menos”* (DADO, E2, p. 08). No caso de Jegad, além da dimensão monetária, surgiram outros elementos, como a esperança, quando ele declara:

*Eu me vejo amando, provavelmente (risos), deixa eu ver... eu me vejo ainda dançando e não sei, meus amigos próximos, minha família bem, minha estabilidade financeira maravilhosa (risos), porque eu acho que vai facilitar bastante.(...) Queria viver jogos vorazes 3, a esperança. (JEGAD, E1, p.23)*

Portanto, a cultura da pobreza pressiona o jovem a ser protagonista de um enredo muito maior: social, cultural, comunitário e pessoal. Esse contexto pode culminar na (re)produção de uma cultura do silêncio (FREIRE, 1980), pois:

A dominação impera através do estabelecimento de uma Cultura do Silêncio (Freire, 1980), na qual os sujeitos se configuram como perpetuadores silenciosos das práticas de dominação imbricadas em seu cotidiano. Não há indagação quanto aos fatos, pois os mesmos se configuram como a única realidade possível e já anunciada para o povo (CIDADE *et al.*, 2012, p. 12).

É preciso pensar em como essa cultura do silêncio se manifesta nos jovens pobres, e como entrelaça as implicações do social no psicológico. Isso pode se dá de maneiras sutis e até despercebidas por tal categoria, quando, por exemplo, o jovem é coibido em suas ações por regras instituídas pela política públicas, sem sequer ter sido acordado com os jovens. Por vezes, essa cultura do silêncio leva o jovem ao conformismo ou até ao fatalismo, no entanto, o protagonismo surge como um mecanismo de reação desse jovem que rompe a cultura do silêncio. Ressalto que isso acontece de muitas formas, não necessariamente se restringindo a movimentos e atuação social, isso pode acontecer, quando são criadas ou estipuladas as regras de acesso da juventude as políticas públicas. Quanto a isso, é válido questionar: Como essas regras são criadas? A partir de que(m)? Qual a participação do jovem nessa construção? É atribuído aos jovens expectativas e papéis sociais, desde seu nascimento, e vai e ao longo da vida quando vai assumindo posicionamentos diante as situações. Somam-se a isso, as condições sociais de pressão, opressão e privação cultura da pobreza e do silêncio.

O terceiro elemento que caracteriza a cultura pobreza vivida por esses jovens é o lugar de moradia, pois vem dos bairros periféricos e das favelas, da fome e da violência (GÓIS, 2012), são oriundos dos territórios de periferia e representam potenciais pertencentes às classes perigosas (CIDADE, 2011). Nesse sentido que o medo e a insegurança faz parte do modo de vida na pobreza, como menciona a jovem Mica: *“Tava todo mundo muito tranquilo, ai eles vão morar ali, tudo bem, só que a marginalidade, eles roubam agente e correm pra dentro de casa, a gente vê eles entrando em casa, então é uma coisa que piorou bastante depois daquelas casas (...)”* (MICA, GF, p. 05).

A violência aparece com suas múltiplas interfaces e ocupa um imaginário social atrelada às pessoas que vivem na periferia. Esta é definida, pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2002) pelo grau de ameaça que representa contra si, contra o outro, um grupo ou uma comunidade, com probabilidade de causar lesões, agressões, mortes, danos psicológicos, até morte. Na realidade das periferias, esses eventos tem se tornado corriqueiros, demonstrando que as pessoas que vivem nesses locais se encontram em situação de maior vulnerabilidade à violência.

Essas práticas de violência socialmente produzidas, culturalmente aceitáveis, que violam, notoriamente, direitos sociais, são vivenciadas cotidianamente, por adolescentes e jovens pobres no Brasil, demonstrando um instituído viés

de classe no qual uma relação direta é estabelecida entre periculosidade e classe social, constituindo uma cultura que estigmatiza essa população (LOPES, ADORNO, MALFITANO, *et al.*, 2008, p. 67).

A realidade de periferia, atravessada pela cultura da pobreza, é um cotidiano marcado pelo medo e pela insegurança, que os coloca em situação de vulnerabilidade emocional. Essa insegurança aparece como característico do sentimento de comunidade, em que esta é entendida como “um afeto direcionando a comunidade pelos moradores desta realidade, neste caso, a comunidade é um lugar específico” (LIMA & BOMFIM, 2012, p. 495).

Para Montero (2004), o sentimento de comunidade está enraizado na história vivida e construída em uma coletividade, no cotidiano, na qual há um intenso envolvimento afetivo e emocional e um sentimento de pertença ao lugar. Na fala da jovem Mica, podemos perceber reflexos de uma história vivida, “*Eu moro lá desde sempre, eu já cheguei a me mudar, passei tipo um ano nessa casa e voltava pro mesmo canto, aí acabou que desde que eu tinha uns 16 anos voltei pra lá e não sai de lá mais, hoje eu tenho 20*” (MICA, GF, p. 05).

No entanto, essa história é atravessada por sentimentos de aversão, consequência do contexto de falta de segurança do lugar. Essa história permite que ela conheça o lugar e vivencie o processo de apropriação do espaço. No caso da Mica, ela segue seu discurso pontuando as transformações que aconteceram no lugar, ao longo desses anos, e ressalta a transição do sentimento de tranquilidade para o sentimento de preocupação, como descreve referindo-se aos mutirões de casa que foram criados no bairro: “*então é uma coisa que piorou bastante depois daquelas casas, por isso que eu tô preocupada quando aqueles outros três mutirões ali tiver pronto*” (MICA, GF, p. 05).

A categoria sentimento de comunidade surge quando os jovens fazem referência ao bairro onde moram e compartilham os significados que atribuem ao lugar. Podemos fazer referência ao Sentimento Psicológico de Comunidade, como “o sentimento de que somos parte de uma rede de relacionamentos de suporte mútuo, sempre disponível e da qual podemos depender” (SARASON, 1974, p. 1) e partir de Góis (2005), que define sentimento de pertença à comunidade, como os laços de afetividade e solidariedade que vinculam as pessoas de uma comunidade. Moura Jr. et al. (2013) ressalta “os sentimentos que circulam entre as pessoas envolvidas; e as

emoções que são despertadas” quando uma comunidade se propõe a executar um projeto.

Nesse sentido, o sentimento de comunidade é percebido quando os jovens trazem a história vivida pelos jovens gerando a capacidade de afetação com o lugar em que moravam. E esse afeto, em contraposição ao sentimento psicológico de comunidade positivo (AMARO, 2007), se explicita no sentimento de não gosto pelo lugar, atrelado ao estranhamento quando se deparam com isso, pois quando perguntei o que achavam do bairro onde moravam, os jovens em sua maioria manifestaram um sentimento de “*Eu não gosto*” (RAEL, GF, p. 04), “*nem eu*” (NIN, GF, p. 04), até que gerou surpresa em outra jovem e ela questionou: “*Valha gente!?*” (ANA, GF, p. 04). A justificativa frente à cobrança da colega, foi de que era por “*questão de segurança mesmo, a gente fala mesmo é em questão de segurança*” (MICA, GF, p. 04).

Desse modo, percebemos a relação entre segurança e insegurança como elemento definidor do caráter positivo ou negativo da relação com o lugar. Para Góis (2005), a afetividade se manifesta pela capacidade de sentir-se afetado e isso pode se dar com uma conotação positiva ou negativa. É perceptível como a qualificação desse sentimento transita entre o gostar e o desgostar. O discurso de Ana, vai na direção de confirmar seu pertencimento ao bairro e reconhecer: “*Sou com muito orgulho! Lá é bom, tem gente que fala mal, né?! Mas eu acho que não sei, acho que é porque eu nunca fui assaltada lá (Risos)... Quando eu for, aí eu digo que é ruim*” (ANA, GF, p. 04).

Amaro (2007) traz a qualidade das relações como influenciando o sentimento de pertence do sujeito ao lugar, nisso ele concebe a segurança emocional como parte desse processo. No entanto, apesar do reconhecimento do viés negativo, do medo e da insegurança, a representação social do lugar, perpassa outros sentimentos associados às relações com a história e com as pessoas, gerando sentimento positivo:

*E eu gosto do meu bairro assim é, comparado com os outros bairros lá não é tão perigoso, claro que não é como era antes, e hoje em dia tá pior né?! Mas eu não deixaria meu bairro assim se fosse pra eu deixar teria que abandonar muita coisa, minha família toda ali ao redor, meus amigos questão de história é tudo é ali por perto então se eu sair de lá eu tô abandonando tudo, poderia ir pra outra casa mais bairro não, pra eu ir tinha que ser um motivo assim maior. (JEGAD, GF, p. 06).*

Desse modo as conexões, articulações e relações entre as pessoas ampliam a possibilidade de construir um envolvimento afetivo e emocional com o lugar:

*Eu gosto lá exatamente por isso, bairros diferentes, mas muito próximos Alvaro Weine do Jardim Iracema. É bom ficar muito próximo, só porque a gente é do mesmo grupo, só que a gente é amigo há muito tempo. Mas eu, Jegad, Rael, e o Nin, a gente é muito tempo junto, aí eu sempre gostei, tem a vizinhança aquela coisa. (MICA, GF, p. 06)*

Esses discursos nos levam a reconhecer a dimensão simbólica atribuída ao lugar de moradia, o que gera uma vinculação afetiva entre pessoas e lugar, coerente com a definição de Góis (2005, p. 61) de comunidade como um lugar com uma dimensão territorial e simbólica, e outra “sócio-psicológica que implica a existência, nesse espaço físico, de uma rede de interação sócio-psicológica e identidade social de lugar”. Nesse sentido que a amizade construída entre os jovens estabelecem laços afetivos, histórias de vida aproximadas e partilhadas.

#### 4. UM PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

No Brasil, a população jovem (entre 15 e 24 anos) cresceu expressivamente nas últimas décadas de 8,3 milhões em 1940 passou para cerca de 34,1 milhões em 2000. As projeções feitas pelo IBGE indicam que, a partir de agora, esse segmento deixará de crescer, chegando a uma estimativa de 31,5 milhões de jovens em 2020 (SPOSITO, 2003). Em Fortaleza, segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2010, tem-se 718.613 pessoas no grupo etário de 15 a 29 anos de idade, representando 29,3% da população fortalezense e 28,8% do total de jovens do Ceará (IPECE, 2013, p. 05). Mesmo com esses dados, ainda é recente o reconhecimento da sociedade em investir em políticas públicas para este setor, o fato da PNJ ter sido proposta em 2006 comprova esse dado.

Assim, pesquisar sobre juventude e políticas públicas demanda um olhar histórico e sociopolítico que permita compreender as definições de política pública e como se chegou à decisão de se focar e atender a um seguimento específico da sociedade, no caso da juventude.

Para Lima (2012) política pública envolve um conjunto de decisões e não apenas uma decisão isolada, envolve resultados dos processos governamentais e pode envolver atores não estatais, embora estes não sejam responsáveis por liderar o processo. Já para uma abordagem multicêntrica, o foco da política pública é dado à origem do problema a ser enfrentado, ou seja, o objetivo da resolução do problema deve situar-se no âmbito de questões públicas (LIMA, 2012). Além disso, não envolvem ações privadas, “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública” (RUA, 2009, p. 20).

Segundo Abad (2002), uma política pública é forma com a qual o Estado concretiza suas ações, representa o que o governo opta ou não por fazer frente a uma situação, supõe uma ideologia de mudança social e pode ser um instrumento de dominação do Estado. O autor complementa afirmando que a política pública nasce por conta de alguma situação que requer solução através da ação política, com finalidade de formar decisões coletivas.

Isso é importante para se compreender a trajetória recente das políticas públicas para juventude no Brasil. No caso de ações públicas que envolvem juventude, Sposito *et al.*, (2003) considera que “a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens

exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói” (Sposito *et al.*, 2003, p. 03).

Desse modo, pode-se perceber que aquilo que está normatizado tem a ver com os impactos das políticas nos jovens e com as imagens que são construídas socialmente acerca desses jovens, por exemplo: o jovem antes considerado violento passa a ser o jovem que precisa e pode se tornar um protagonista, por meio da política pública. Trata-se da construção de representações sociais da juventude, que implica questões também ideológicas.

Existem lugares diferenciados para se pensar, definir e executar políticas públicas, mais especificamente de juventude. De modo mais crítico, se pode apontar que, diferente das políticas de saúde e educação, de caráter universal, as políticas de juventude são destinadas a uma categoria, definida a partir de um nível de necessidade, pobreza ou risco (ABAD, 2002). Assim para pensar na juventude como foco das políticas públicas, necessitou que esta categoria se configurasse como um problema político diferente, em cada tempo histórico, capaz de afetar a convivência social.

Abad (2002) afirma que as políticas públicas para juventude advieram do problema da exclusão social somada a necessidade de promover processos de transição para ingresso no mundo adulto.

Por enquanto, sem subestimar a importância de que políticas de juventude contribuam eficazmente para que os jovens tenham trajetórias de vida menos complicada para a vida adulta, é paradoxal que essas políticas assumem que os problemas dos jovens são de inserção, como se a sociedade como um todo estivesse esperando-os de as portas abertas e validando de fato uma visão adultocêntrica, que posiciona o estado adulto como o único lugar para a plena inclusão social (ABAD, 2002, p. 11).

Para tanto, ele estabelece quatro diferentes períodos que serviram de modelos para estruturação de políticas para juventude na América Latina, são eles: 1) Entre 1950 e 1980, com a ampliação da educação e o uso do tempo livre; 2) Entre 1970 e 1985, com o controle social de setores juvenis mobilizados; 3) Entre 1985 e 2000, com o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito; e 4) Entre 1990 e 2000, com a inserção laboral de jovens excluídos (ABAD, 2002).

Faz-se necessário se deter na análise e implicações dos dois últimos períodos, que demarca 1985 até os dias atuais, pelo fato de tomar como um importante marco histórico, no Brasil, a constituição cidadã de 1988. Na busca por consolidar



espaços para o exercício de cidadania dos jovens, no ano de 2005, teve a criação do Conselho Nacional da Juventude – Conjuve, pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada a Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conjuve tem por competência elaborar, implementar e avaliar políticas voltadas para a garantia dos direitos dos jovens no Brasil. É nessa direção que nasce a Política Nacional da Juventude - PNJ, em 2006, fruto da reivindicação de vários movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Legislativo e do governo federal (RIBEIRO; LÂNES, 2006). Esta Política tem como concepção central “os jovens como sujeitos de direitos”, entendendo essa juventude como uma condição social de cidadãos e cidadãs com idades entre 15 e 29 anos. As contradições existentes nas representações sociais da juventude figuram-se como um desafio no reconhecimento dos direitos dos jovens na sociedade brasileira. Sob essa ótica, políticas públicas para juventude é definida:

É o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos(as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos(as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os(as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país (RIBEIRO; LÂNES, 2006, p. 08).

Sendo assim, cada vez mais, a PNJ se consolida, através da SNJ assumindo uma perspectiva de gerar oportunidades aos jovens brasileiros, sob a ótica da inclusão e fortalecimento do potencial, visando garantir seus direitos cidadãos.

Segundo Nascimento (2013), na cidade de Fortaleza, entre os anos de 2005 e 2012, podemos situar algumas ações que tomaram a juventude como foco e se articularam em torno de quatro eixos:

- a) criação de espaços institucionais de gestão e acompanhamento das políticas de juventude;
- b) promoção de espaços de participação social;
- c) formulação e aprovação de leis no legislativo municipal;
- d) realização de pesquisa sobre a condição juvenil na cidade.

Dentre as atividades que compuseram esses eixos, é possível destacar: a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ); O Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), o PopFor e o CredJovem, além do Projovem Original / Urbano, o Projovem Adolescente e o Projovem

Trabalhador; a promoção das Plenárias do Orçamento Participativo, a Conferência Municipal de Juventude e o Congresso Municipal de Juventude; a realização da pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem e a construção do Plano Municipal de Juventude (Nascimento, 2013). Por ser foco desta pesquisa, destaco os CUCAs (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte), equipamentos da prefeitura municipal de Fortaleza, parte do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude, que buscam consolidar um sistema integrado de programas de atenção a jovens, promovendo alternativas para o seu desenvolvimento econômico e sua inclusão social, contribuindo para reduzir as brechas de renda, gênero e socioculturais da população do município.

Percebemos que, historicamente, o foco das políticas públicas foi se dando na direção dos jovens em condições e contexto de pobreza ou aqueles jovens que estão em situação de “vulnerabilidade social”, pois,

Para além do aspecto quantitativo, tal grupo vem despertando interesse dos pesquisadores também por ser considerado como “vulnerável” em várias dimensões, estando representado nas estatísticas por elevados índices de violência, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso à escola pública de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte (SALGUEIRO, 2009, p. 40).

Esse discurso acerca da vulnerabilidade se faz presente atualmente de modo mais preponderante na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

A inclusão das práticas de assistência justifica-se como objeto de análise, posto que três das quatro representações mais recorrentes da criança e do adolescente tomam como referência empírica primeira os que advêm das classes subalternas – objetos de atuação da assistência (PINHEIRO, 2004, p.346).

Torossian (2009) pontua que na época em que a Assistência Social era tida como filantropia, era comum se utilizar o termo “carente”, dirigindo-se a população que utilizava dessa assistência. Este termo remete a uma concepção paternalista, baseada na “falta de”. Hoje o termo “carência” é substituído por “vulnerabilidade social”, trazendo a dimensão do “sujeito de direitos”, como aquele que tem “potencial de”.

A partir disso, ressalto que a discussão do acesso às políticas públicas para os jovens em contexto de pobreza e vulnerabilidade se faz imprescindível, pois essa juventude que se constitui na modernidade, atravessada pela diversidade de modos de ser, são marcados pela diversidade de modos de viver. Se os jovens escolarizados, que moram com suas famílias, trabalhadores, não consegue o acesso as políticas por se

deparar com a burocracia, que o paralisa, como já analisamos nesse estudo, questiono: o que dizer dos jovens moradores de rua, muitos nem sequer documentação possuem, excluídos e marginalizados pelo não ter? E os jovens que estão desprovidos de qualquer ligação com a família e com a escola?

Estamos falando de modos de ser jovem pobres, em que, em determinadas situações de pobreza e opressão social, existe uma dificuldade maior da política pública alcançar, pois que esta coloca uma demanda que esse perfil de jovem não tem condições de atender. Muitas vezes uma demanda marcada pelo controle e por uma formatação do que é aceitável e desejável socialmente. A exemplo disso, temos o jovem protagonista, cujo o perfil é predeterminado pela instituição política pública. Desse modo, a partir da observação da realidade analisamos que o cenário atual de atuação com juventude é passível de um questionamento: Como as políticas públicas para juventude hoje estão se preparando para lidar com o jovem pobre, considerando a diversidade juvenil e os diferentes níveis de pobreza?

É isso é preciso maior articulação e compreensão do que é são esses jovens pobres, de como eles pensam, o que ele fazem, quais seus sonhos, suas potencialidades, etc.

Abramo (1997) pontua que a maioria dos programas e projetos para juventude não tem um foco visível e claro de suas propostas de atuação e intervenção, com algumas exceções que são os que se voltam para a ideia de protagonismo juvenil. Ainda assim, arrisco dizer que, mesmo os que se direcionam a essa concepção de protagonismo há um solo escorregadio do não saber como fazer. É preciso tornar visível o foco de atuação que define o que fazer, a direção desse foco que nos leva a esclarecer para quem fazer, e ainda com isso, considerar a questão metodológica, que nos instrumentaliza no como fazer, assim propomos uma nova leitura: o que, para quem e como fazer?

Para Abramo (1997) há uma preocupação por parte dos atores sociais da ausência da juventude nos canais de participação política. No entanto, questiono: o que poderíamos definir por participação política? A política pública hoje atua de um modo a institucionalizar e buscar definir o modo de participação desse jovem: tem que ter um grêmio estudantil, no caso das escolas, tem que ter um centro acadêmico, no caso das universidades, tem que ter um conselho de juventude, e assim esses espaços vão ganhando outras tantas denominações e determinações de enquadramento desse jovem. Há de se pensar que a participação juvenil tem de ser provocada, estimulada, e não

forçada. Quando essa participação é passível de manipulação, há um movimento repetitivo, comum nas políticas de juventude hoje, que é o enaltecimento de certas figuras (jovens), e sempre são os mesmos, colocados no lugar de protagonista, numa perspectiva individualista, daquele que se destaca dentro daquela instituição e isso acaba eximindo espaços de surgimento e participação coletiva.

#### **4.1 Análises sobre as políticas públicas: olhares diversos que se entrelaçam**

As análises sobre as políticas públicas da juventude são trazidas aqui a partir de três direções que considero fundamentais: a visão dos jovens sobre os serviços públicos; a política pública como espaço de reconhecimento (psico)social da identidade do jovem; a prática profissional e os riscos da institucionalização.

O primeiro eixo de análise considera a visão dos próprios jovens acerca dos serviços públicos e se justifico, em sua importância, a partir Sposito (2003) ao afirmar que quando se trata de políticas públicas de juventude, precisamos analisar quais são os atores que as demandam, considerando recortes geracionais: são demandas dos jovens ou dos adultos articulado no campo das instituições?

É preciso analisar a participação do jovem não apenas como meros usuários dos serviços públicos, mas como construtores ativos desse processo. É preciso ouvi-los, produzir pesquisas que deem voz a juventude. É nesse sentido, que este estudo traz algumas pontuações, a partir da visão destes sujeitos sobre a política pública. Constatei que, para os jovens ocorre associação de serviços públicos com dificuldade de acesso, pois:

*Você ir no posto hoje em dia pra você conseguir do SUS é muito difícil, acaba mesmo é desistindo, por isso que tem essa coisa do querer, eu quero, eu vou conseguir, porque caba sendo dificultoso e acaba sendo que tem pessoas que não conseguem mesmo. (MICA, GF, p. 22)*

Ser pobre, nesse sentido, aparece como algo observado na realidade deles, na medida em que buscam por um serviço e se deparam com a dificuldade imposta pela burocracia. Para Góis (2012, p. 122) o ser pobre é aquele que “vive nas escolas públicas, sem condições de ensino, nas filas de emprego, nos ônibus abarrotados de gente, nos hospitais gerais e psiquiátricos, nas filas dos postos de saúde, nos asilos, albergues e nas ruas”. Nesse sentido há o reconhecimento do ser pobre que fica subentendido que no discurso de Jegad quando ele diz, “(...) é tudo burocracia, você

*tem que esperar data pra... Tive que pegar um atestado, tive que fazer no sei o que, tive que tirar uma documentação, tipo que se fosse fazer em um local pago eu pagaria e tava fazendo, entendeu?”* (JEGAD, GF, p. 22).

Então percebemos, em seu discurso, a falta de dinheiro presente como um problema que os impede de ter acesso a serviços e a satisfação seus desejos cotidianos e seus sonhos. Isso justifica o dinheiro reaparecer presente em suas projeções de futuro, como um caminho de superação, de acesso e de possibilidade de realização de seus sonhos: *“É somente esse sonho que faz eu me mover pra querer tudo assim, querer fazer tudo que eu quero hoje em dia, me formar pra conseguir dinheiro pra conseguir chegar lá, entendeu?”* (DADO, E2, p. 25). Como vemos, há uma percepção comum aos jovens acerca da dificuldade de acesso ao serviço, relaciono isso a cultura da pobreza.

É interessante como os jovens tinham a consciência da institucionalização, em que eles descreviam através da burocratização do acesso o que, na análise deles tomava muito tempo e os levavam até a desistir, no entanto, por outro lado reconheciam que era o espaço deles e para eles *“Lá na barra tem o CUCA, que agente não pode deixar de falar, né?! Ajuda muito a gente”* (ANA, GF, p 06 ). Corroborando com isso, a jovem Mica, moradora de outro bairro, complementa *“É a gente é de outro bairro e o CUCA ajuda muito a gente em questão do nosso grupo”* (NIN, GF, p. 06).

O segundo eixo de análise considera a política pública como um possível espaço de reconhecimento psicossocial da condição juvenil. Para tanto, Abad (2002) atenta para a diferença entre condição e situação juvenil. A condição juvenil é o modo com a sociedade constitui e significa esse momento da vida e a situação juvenil são os percursos experimentados pela condição juvenil, a partir de vários recortes, como classe, gênero, etnia, origem. É preciso chamar atenção para isso para que as práticas políticas não caiam na ingênua percepção de negar a diversidade de situações que sustentam o jogo entre a singularidade e a pluralidade desse segmento e, portanto demandam diversos modos de intervenção. Ao longo da observação participante, pude me questionar: *“as políticas públicas estão preparadas para lidar com a juventude com toda a sua diversidade e intensidade?”* (DC, 15/11/13).

As intervenções das políticas públicas funcionam como uma fonte de apoio social. Situa-se como apoio institucional, pois atua na dimensão do reconhecimento dos direitos, conforme se faz presente no discurso da jovem: *“porque se não fosse o CUCA, se não tivesse feito esse CUCA, onde é que o Jegad ia fazer o curso de natação? Não tem”* (MICA, GF, p 22). A função da política pública, além de garantir os direitos, é

reconhecer o potencial de atividade do jovem, portanto, é um apoio que deverá se dar de modo compartilhado, onde a proposta deveria ser problematizar a realidade vivida pelos jovens, e pensar estratégias de intervenção, com recursos a serem garantidos pela instituição. Sobre isso, Barros e Dimenstein (2010) afirmaram:

O apoio institucional possibilita a ampliação da capacidade de análise das equipes, na medida em que busca incluir os sujeitos no trabalho, facilitando a reflexão acerca das dificuldades do cotidiano, o fazer e o agir entram na roda, mobilizando a circulação de afetos, de desejos, de interesses e constituição dos vínculos (p. 7).

Esse apoio tem como foco os jovens usuários dessas políticas, que inclusive reconhecem a importância desse espaço para seu desenvolvimento. Isso se reflete no discurso do jovem Jegad, ao refletir, se não existisse o CUCA, “*Onde é que o Radar ia se apresentar? Por que começou lá*” (GF, p. 22).

De um modo geral, a política pública existe para atender aos jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, cujo perfil é caracterizado por um indivíduo que vive condições de opressão, situações de fragilidade, desamparo e risco, não tem plano de saúde, quando trabalha, ganha pouco e trabalha muito, em um cotidiano marcado por escassez material e simbólica. Esse cenário que faz com que o jovem vá perdendo a confiança em si, a motivação e vai comprometendo sua existência autônoma. É nesse sentido que,

O indivíduo impossibilitado de construir um projeto de vida que culmine em seu reconhecimento social, tem seu futuro praticamente anulado. Portanto, ele fica mais inclinado a buscar o prazer imediato pela transgressão, mediante o uso de drogas, armas e pela violência. (GÓIS, 2012, p. 138)

Essa realidade demarca a desigualdade social, geradora da negação dos direitos e da exclusão desses jovens. Atrelado a isso, existe um profundo desrespeito a existência humana que pressiona por um conjunto de ações políticas e éticas em prol da anulação da negação do sujeito e do desrespeito. Nesse sentido “(...) por um lado, a ideia de justiça visa fundamentalmente a alcançar a igualdade social; por outro, para que uma sociedade seja de fato justa, é preciso o reconhecimento da dignidade pessoal de todos os indivíduos” (COSTA; ESPÍNDOLA, 2012, p. 90).

Ao pensar no indivíduo jovem, atuar nesse contexto é imperativo, entretanto, o fundamental é atuar preventivamente, cuidar desse jovem antes que a

situação se agrave, isso significa construir estratégias de intervenções, como projetos e políticas públicas, de modo que esses jovens se sintam apoiados e reconhecidos. Para Costa e Espíndola (2012, p. 91),

É possível afirmar que, hoje, por exemplo, a questão da desigualdade social, associada à categoria do reconhecimento, traduz uma agenda de pesquisa em amplo desenvolvimento no âmbito das ciências sociais e de intervenção social, a qual tem adquirido, gradativamente, um caráter de urgência em função do suposto vínculo entre reconhecimento e identidade e, em certo sentido, também de emancipação social.

Nesse sentido os profissionais das políticas públicas precisam se apropriar e assumir intervenções que tomem como base o reconhecimento social, como pré-requisito para constituição da identidade do jovem. Na minha análise, esse jovem oprimido precisa ser reconhecido como sujeito da atividade (VYGOTSKY, 1996), como ser mais (GÓIS, 2005) e como potência de ação (SAWAIA, 2009).

A potência de conservação é também o poder de ser afetado, o que significa que ela, apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente e do futuro (SAWAIA, 2009, p. 366)

Considerar a política pública como um espaço de reconhecimento social dos jovens é incluí-la no campo das intersubjetividades que constituem a identidade do jovem, em sua capacidade de afetações. Caso esse reconhecimento considerado positivo na ótica social não aconteça, a tendência é esse jovem buscar apoio e reconhecimento em outros espaços e de outros modos, como por exemplo, entre seus pares, no mundo da criminalidade. Neste mundo ele “se torna reconhecido e, ou temido, vivo, mesmo que seja por pouco tempo” (GÓIS, 2012, p. 138). A falta de reconhecimento pode ser prejudicial no sentido de que “é uma forma de opressão que aprisiona o indivíduo em um modo-de-ser tolhido, falso e distorcido” (TAYLOR, 1994, p. 25). Desse modo, analiso que “*os profissionais e as políticas aparecem como suporte e espaço de reconhecimento disso que os jovens sabem fazer e fazem, por amor a dança, a arte, a si próprio e ao mundo*”. (DC, 15/11/13). Coerente com essa ideia, Honneth (2003) argumenta que a experiência do reconhecimento faz o sujeito adquirir um entendimento positivo sobre si mesmo.

Com isso, o reconhecimento denota uma relação intrínseca com a constituição da identidade que, para Taylor, não se dá pelo isolamento, pois “(...) Minha

própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros” (TAYLOR, 2000, p. 248). Ciampa (1987) considera a identidade como metamorfose, Góis (2002), como um processo histórico-social, construindo-se como ação e contradição em um cotidiano cultural e determinado. É, portanto, um fenômeno biológico e natural, que necessita do outro. Desse modo, depreende-se que a identidade deriva da força cognitiva e material da ideia do reconhecimento.

Taylor (2000) identifica o reconhecimento na esfera íntima, a partir da relação entre pais e filho, coerente com Lane (1994) ao afirmar que a família como primeiro meio de socialização do sujeito; e na esfera pública, em que “ele faz uma articulação com a política de reconhecimento e política de dignidade igual” (COSTA; ESPÍNDOLA, 2012, p. 92). Honneth (2003), em sua teoria do reconhecimento descreve três tipos de desrespeito: um direcionado à pessoa, em que ela é ferida em sua autoimagem e por isso fadada à ‘morte psicológica’; e o segundo tipo refere-se a negação dos direitos de alguém; e o terceiro tipo se dá pois a pessoa desrespeitada sente-se moralmente inferior aos outros, isso compromete a capacidade de se relacionar da pessoa e gera o que ele chama de ‘morte social’. Desse modo, a falta de reconhecimento tem implicações na constituição da identidade pessoal e social do sujeito, “Ora, a ‘honra’, a ‘dignidade’, ou para usarmos uma palavra moderna, o ‘status’ de uma pessoa, correspondem ao grau de aceitação social, dentro do horizonte de tradições culturais de uma dada sociedade, dos métodos de autorrealização escolhidos pela pessoa” (COSTA; ESPÍNDOLA, 2012, p. 95).

Analisar as políticas públicas sob essa ótica do reconhecimento social, com implicações psicológicas para esses jovens, nos oferece subsídios para superar o papel de tutelador ou de assistencialismo assumido ao longo da história, pelo poder público. Pois, o que se precisa está para além dos recursos estruturais, “*precisamos reconhecer os jovens pelo seu potencial positivo e não pela falta, carência ou pelo negativo*” (DC, 13/01/14). Abad (2003), por exemplo, ressalta que as políticas voltadas para o segmento juvenil devem ser políticas de valorização, com o foco nas relações dos jovens com as outras gerações. Com isso, entendo que “*a juventude se constitui a partir do que nós reconhecemos dela (nós, enquanto sociedade). CUCA é o espaço de reconhecimento dessa juventude*” (DC, 13/01/14). Assim, a noção de reconhecimento social se mostra promissora e eficaz.

O terceiro eixo de análise aborda uma reflexão crítica em torno da prática profissional nesse espaço e a necessidade de transformá-la em uma práxis. Precisamos



discutir a formação necessária para dos profissionais em instituições públicas, isso exige reflexões sobre especificidades que existem na dinâmica da prática. Os profissionais, de um modo geral, assumem um discurso do saber, que considera, por exemplo, a importância da participação do jovem, no entanto, a contradição presente está na relação teórica e prática, ou melhor, na práxis.

*Que eles tinham consciência da importante da participação do jovem naquele espaço, no entanto me pareciam perdidos por não saberem como fazer para que os jovens participassem. Chegavam até a culpabiliza-los por essa ausência, ou pressionavam os jovens presentes como se eles precisassem fazer alguma coisa pra trazer os outros jovens. (DC, 02/10/03)*

Assim, vemos a incoerência entre o saber e o fazer, perpassada pela ausência de processos de reflexões, que findam por comprometer uma práxis profissional consciente e conscientizadora dos jovens e vão na direção de atender as normas e procedimentos, como por exemplo atuar na formação de um conselho de juventude, pois *“isso está presente numa das cláusulas do contrato da instituição, ou seja, no CUCA tem que ter um conselho de juventude”* (DC, 02/10/13).

Entender a política pública como uma instituição é referir-se a um sistema de normas que sobredeterminam as relações concretas ao nível de um estabelecimento específico, como organização e como localização material de práticas e relações sociais (SPINK, 2003). Compreender o processo de institucionalização dessas normas é necessário para situar o cenário que fomenta e formata as práticas dos profissionais que atuam diretamente com os jovens e as condições que os impedem de ter uma práxis consciente e conscientizadora. Isso fica mais claro quando vemos o cotidiano dos profissionais que parece não favorecer práticas de processo consciente. A experiência dessa pesquisa mostrou que é um cotidiano *“Como sempre, as atividades intensas e a coordenadora bem apenriada”* (DC, 02/10/13).

O profissional da política pública tem dois níveis de atuação possíveis: trabalhar com a instituição política pública como totalidade ou trabalhar com o jovem que é o usuário da política. A inserção mais comum é da prática profissional marcada pela construção de relatórios:

*Outra temática que ela tocou foi nas pressões que a gestão faz pelos relatórios, para controle de resultados etc e tal. Ela comentou que o grande risco diante disso é cair no ativismo, fazer pelo fazer. Pois que a preocupação é tamanha com relatórios que pouco tempo resta para estar junto dos jovens que deveriam ser os maiores beneficiados. (DC, 03/09/13)*

Percebe-se que há falta de articulação, de estudo e de discussões por parte daqueles que constituem a política pública, como revela na fala de um dos profissionais “*nós não temos tempo de estudar aqui no CUCA, nós fazemos o CUCA acontecer*” (DC, 03/09/13). Diante disso, surge uma questão importante que diz respeito ao perfil técnico e formas de qualificação dos gestores, tendo em vista ainda, o caráter inovador das políticas (SPOSITO, 2003). Frente a isso, o foco central de reflexão desta pesquisa é: em que medida a prática do profissional é centrado no jovem, usuário da instituição política pública?

Desta forma, sustento, a partir da experiência desta pesquisa, que a práticas nessas instituições é determinada pelas pressões burocráticas, coerente com isso “*Uma das preocupações em que o profissional fez questão de enfatizar foi que eles trabalham com metas e resultados*” (DC, 03/09/13). É notório como esse viés pode comprometer a expansão do referencial, da compreensão e da atuação junto dos jovens. Pensar a política pública como instituição - aparelho ideológico do estado é considerar a rede complexa de normas institucionais que coloca na berlinda o processo de construção e intervenção na realidade dos usuários. Como parte do processo de reflexão dessa pesquisa, partilho uma inquietação surgida: “*É possível problematizar, transformar, assumindo metas e resultados?*” (DC, 03/09/13).

O fato é que as políticas públicas corre o grande risco de institucionalizaram-se, com normas e procedimentos, de tal forma que criam agendas, em que visam incluir os jovens dentro suas formatações e seus discursos, dificultando a iniciativa e a criatividade, e assim impedindo-os de proporem suas próprias agendas e discursos, em vez de estimulá-los a construir, por iniciativa própria e coletiva, seu projeto de futuro. Dessa forma, as políticas para juventude hoje correm o grande risco de assumir mais um papel tutelador do que estimulador das capacidades criativas, da arte própria dos jovens. “*Os profissionais e as políticas aparecem como suporte e espaço de reconhecimento disso que os jovens sabem fazer e fazem, por amor a dança, a arte, a si próprio e ao mundo*” (DC, 13.01.14). A institucionalização do fazer não deve ser preponderante a ponto de comprometer a criação de condições propícias para desabrochar a potência de vida e o protagonismo nos jovens.

Além do mais, chamo atenção para a questão da avaliação das políticas públicas, pois precisamos assegurar “*uma avaliação na qual se possa realizar um*

ajustamento ou uma validação dos objetivos, das metas e dos focos sociais” (COSTA; ESPÍNDOLA, 2012, p. 93), a ponto de nos permitir identificar os impactos dessa política no modo de vida dos jovens e em projetos de futuro. Não basta apenas a leitura das ações ditas institucionais, mas a percepção de como uma política se conduz com toda sua complexidade, para além da imagem impessoal do Estado (SOARES, 2013). Nessa complexidade, incluo perceber em que medida as políticas públicas dialogam entre si, o que motiva suas atividades, a forma como se enraízam, nos diferentes territórios socioculturais dos jovens, de forma a se consolidar para além de ações pontuais, se constituindo em sua continuidade.

Não existe política sem ação, portanto, estou certa de que pensar a atuação de profissionais nas políticas públicas de juventude não é tarefa fácil. Mas a necessidade de expansão e de caminhos possíveis para isso, devem ser apontados, sejam fontes bibliográficas, sejam cenários e metodologias de intervenções. Esse caminho deve tomar como base o método de processo, baseado na compreensão da realidade como um processo de (auto)criação, interativo, instável, incerto e auto-organizado, assim como sua evolução (ANDRADE, 2003). O objetivo da ação da política deverá ser na busca de otimizar o processo interativo da juventude com a sociedade e para isso a atuação precisa partir do cotidiano, da realidade dos jovens, considerar a potencialidade e a capacidade de inter-agir, aprender, comunicar e evoluir. Isso implica uma relação de aprendizado e convivência. Isso exige educação permanente para os profissionais, uma atuação interdisciplinar e compartilhada.

Para que possamos “criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (COSTA; ESPÍNDOLA, 2012, p. 93) é preciso propor ações que se disponibilizem a compreender a diversidade e a complexidade das condições juvenis e as possibilidades de alargamento de atuação da política pública como espaço de reconhecimento social considerando as implicações psicosociais das ações, para a nossa juventude.

## 5 PROTAGONISMO JUVENIL: DENTRE TANTAS (IN)DEFINIÇÕES, DO QUE ESTAMOS FALANDO? O QUE OS JOVENS ESTÃO PENSANDO?

*Liberdade relativa não é liberdade.  
Liberdade atrás da grade não é positiva.  
Liberdade negativa é negar a verdade.  
Liberdade de verdade é vida, viva, viva!  
Viva, viva, viva, viva!*

*Se liga aí, se liga lá, se liga então!  
Se legalize nessa comunicação.*

*(Se liga aí - Gabriel, o pensador).*

Este capítulo trará algumas compreensões acerca da categoria protagonismo, em que será problematizado a partir das categorias teóricas: participação, autonomia e cidadania. Em seguida, situo o lugar teórico e epistemológico do qual parte esta pesquisa. Por fim, apresento as categorias psicológicas: o fortalecimento, a liderança e a o grupo, considerando-as como elementos essenciais para se compreender essas implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres.

### 5.1 Protagonismo: “é a mesma coisa que atuação, essas coisas?”<sup>6</sup>

Diante da considerável densidade demográfica dos jovens e a necessidade de enfrentar problemas de exclusão social, se passa a conceber o jovem como um ator estratégico para o desenvolvimento social (ABRAMO, 2005). Isso representa um avanço, em relação à ótica da juventude como uma fase de preparação, e posteriormente de risco e/ou vulnerabilidade, passando a reconhecer e incluir a juventude com seus potenciais de criatividade e transformação, e como sujeitos de direitos, isso se dá pelo caminho da formação educacional, do mundo do trabalho e do engajamento desses jovens em projetos sociais.

No Brasil, este enfoque tem sido bastante difundido nos últimos anos, principalmente através de agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais que vêm apoiando ações para jovens; e tem se traduzido, na maior parte das vezes, como a postulação dos jovens como “protagonistas do desenvolvimento local (ABRAMO, 2005, p. 21).

É nesse contexto que emerge o conceito de protagonismo, carregado de um teor valorativo por traduzir a contribuição do jovem para a construção da sociedade.

---

<sup>6</sup> Rael (GF, p. 19)

Esse termo foi largamente usado pela Pastoral da Juventude Católica, surgida entre a década de 70 e 80, com a proposta de evangelizar os jovens, partindo da realidade dos próprios jovens, com o objetivo de favorecer a militância e transformarem o contexto social que oprimia os mais pobres (SOFIATI, 2004). Este termo passou a se fazer presente de forma mais intensa nos discursos acerca da participação dos jovens, em meados da década de 90 e foi assumindo outros sinônimos como autonomia, empoderamento, cidadania, responsabilidade social, ação solidária, intervenção social, dentre outros.

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos (...). A ênfase no jovem como sujeitos das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e projetos de vida, ao mesmo tempo que condizem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social. (UNESCO, 2004, p. 62).

Ao partir dessa ideia trazida pela UNESCO, é importante analisar criticamente e reconhecer que existe uma perspectiva ideológica embutida, traduzindo um ideal de juventude e de sociedade. Nesse sentido que o protagonismo veio inaugurar uma nova forma de participação dos jovens no cenário social e político da década de 80 e 90, caracterizada por essa posição de centralidade, onde os jovens são visto como atores sociais, ou seja, como sujeito, com direitos, deveres e responsabilidades sociais. Nessa direção, o termo protagonismo juvenil passa a ser usado no âmbito das políticas públicas de juventude.

Esta pesquisa identificou que não há uma compreensão consciente, para os jovens, do significado e da implicação do uso desse termo. No grupo focal, quando perguntei “*Protagonismo, o que é que vem na cabeça de vocês quando escutam isso?*”, a resposta imediata foi “*O CUCA! (Risos do grupo). (...) aquela sala que tem no CUCA*” (JEGAD, GF, p. 19). Eles se referiam à sala do Núcleo de Protagonismo do CUCA. Desse modo, foi possível perceber que eles fizeram uma associação do conceito com a política pública de onde eram usuários, mas sem trazer elementos que fundamentassem um significado ou um sentido próprio sobre isso. Essa análise se coloca como um problema, pois o protagonismo é considerado uma prática social no campo da juventude, em que “entendemos por prática social toda prática de interação (= relação) entre sujeitos sociais, em que uns acabam produzindo efeitos em outros,

planejada e conscientemente, ou não” (FRIZZO; SARRIERA, 2006, p. 199). Como toda prática social, requer a participação de um ator social, assim:

Desempenhar o papel de *ator social* tem sido o modelo de participação da juventude prescrito pelos organismos internacionais, órgãos de governo, ONGs e muitos acadêmicos que vêm se dedicando à construção do campo das políticas públicas de juventude. A participação dos jovens como *atores sociais* na formulação e implementação dos programas, projetos e medidas tem sido ponto fulcral dessas políticas desde, pelo menos, 1985 (SOUZA, 2009, p. 13).

Temos visto essa concepção de atores sociais muito presente no campo das políticas públicas. Conceber a sociedade baseada na atuação de atores sociais possibilitou a emergência de discursos e enunciados, dentre eles o protagonismo juvenil. É dessa forma que o discurso acerca da atuação social e participação vão se incorporando no campo das políticas públicas para jovens no Brasil. Isso gera um questionamento: Que efeitos ou implicações essa prática social do protagonismo tem para jovem pobre? O modelo de atuação do jovem corresponde ao modelo de atuação que lhes é exigido pelas políticas públicas e pela sociedade?

A partir de Touraine (1988), podemos questionar: como podemos considerar essa participação como um objetivo maior numa sociedade onde existem tantos jovens à margem dessa sociedade? O autor afirma que é preciso educar esses jovens através de processos onde eles se tornem atores de suas próprias vidas, com capacidade de escolher, julgar, projetar seus futuros, fortalecendo assim o indivíduo e não a individualidade, indivíduo este que deve direcionar-se a uma integração social.

Souza (2009, p. 19) por sua vez, afirma que a atuação social é compreendida como um “mecanismo de ajustamento e integração do indivíduo, transformado no único responsável pela manutenção da vida e pela sua inserção numa sociedade que não lhe oferece segurança e garantias”. Concordo com essa concepção à medida que identifiquei, ao longo da pesquisa, os jovens pressionados a se inserirem em um determinado modo de vida, caracterizado pela produtividade, conforme afirmou a jovem Ana, ao definir o jovem atuante como aquele “*que tem a vida mais produtiva também, né? É bem no trabalho, é bem na dança, essas coisas assim na escola também (...)*” (ANA, GF, p. 20).

Assim, o protagonismo vai sendo posto em questão, por ser “acusado de imprecisão, ambiguidade, tautologia, pobreza de conteúdo, manipulação ideológica, etc” (SOUZA, 2009, p. 19). Diante disso, é que considero a necessidade de se fazer uma

assepsia da palavra, onde é possível que permaneça algumas dimensões, porém se transforme e se substitua outras de acordo com o momento histórico e com as produções acerca dessa temática.

Grosso (2004) analisa a condição juvenil na modernidade e traz a concepção da “dialética das juventudes”, em que afirma haver uma condição possível do jovem de ser protagonista de seus próprios valores, condição essa que pode ser experimentada ou rejeitada. Trata-se de uma relação baseada na experimentação dos valores e das estruturas sociais.

Os jovens ainda não têm os valores e comportamentos esperados como algo introjetado em sua personalidade e no modo de ser. A possibilidade de que muitos indivíduos nesta mesma condição – de relação experimental com a realidade social – se encontrem juntos é dada pela modernidade, que cria ela mesma as condições da revolta das juventudes, quando Estado, agências oficiais de socialização, direito, ciências, saberes disciplinares, partidos, igrejas, indústria cultural, movimentos sociais etc. procuram institucionalizar as juventudes que têm ao se dispor, ou que buscam abarcar (GROSSO, 2004, p. 16 e 17).

É dessa forma que a já referida condição juvenil se volta para a valorização do presente, do imediato, do espontâneo, já que falar em experiência acumulada é algo mais próxima da vivência da maturidade, cujas pessoas já experimentaram e incorporaram valores pelo percurso vivido. Trata-se de uma condição de experiência que tende a fazer com que os jovens valorizem o instante imediato, como afirmou o Dado “*então é isso, ser jovem é isso, é aproveitar cada momento assim como se fosse único assim, pra guardar de lembrança...*” (DADO, E2, p. 02). Para Grosso (2004), isso é um reflexo da juventude moderna, que traz consigo um perigo por não valorizar a experiência acumulada, mas também, implica numa possibilidade de contestar e se contrapor ao que parece imutável. Acredito que é dessa característica última que pode emergir a possibilidade do exercício do protagonismo, seja na dimensão pessoal, familiar, social ou política.

Isso fica mais evidente nos trabalhos com juventude, quando a instituição cria regras para os jovens. O que eles consideram imutáveis, eles buscam outros caminhos, que não é mais apenas questionar. Isso evidenciou quando os jovens não atenderam as regras da instituição que dizia que eles não poderiam faltar mais do que quatro vezes, se não perderiam o espaço para os ensaios. O fato é que diante da infração a regra e perderam o espaço para os ensaios. O desenrolar dessa situação foi registrada em diário de campo:

*A primeira reação deles foi continuar os ensaios em um outro espaço que eles já frequentavam, que é a associação do bairro Jardim Iracema, perto de onde eles moram. E a segunda foi esperar uma próxima reunião no CUCA pra tentar conseguir espaço. Pude perceber que, perante a instituição, eles reagiram passivamente, estão na espera por essa reunião pra ver se conseguem horário. No entanto a válvula de escape foi fortalecer os ensaios no outro espaço que eles tinham, que era a associação comunitária. Percebi então que, independente da política pública, eles tinham como se virar. (DC, 12/11/13).*

O modo como à juventude se configura nos dias de hoje se diferencia de outras épocas, pois agem de uma forma inusitada, a meu ver. Os jovens tem uma capacidade de reinvenção e criação a qual não estamos apropriados, e por vezes, nem abertos para enxergar. É perceptível o potencial de ação da juventude na modernidade, isso inclui participação, criação, inovação, agitação. O grande diferencial é que sempre fogem as normas determinadas socialmente e as concepções pré-formatadas e produzem o novo.

Posso falar ainda do conceito de protagonismo, numa perspectiva liberal, disseminada desde a década de 1990 que, segundo pode ser traduzida em quatro teses, são elas:

1) O jovem como senhor do seu próprio destino; 2) a hipotética negação, pelas mais recentes gerações, da luta pelo poder e do método de resolução “da vida” pela participação política (como teriam almejado e praticado as “levas” de jovens dos anos 60 e 70, por exemplo); 3) a opção, conseqüentemente em tese, pelas saídas individuais, cuja expressão “política” mais bem alinhavada seria o voluntariado, ou seja, amenizar as mazelas do mundo aos poucos, cada qual fazendo sua parte e, principalmente, a parte que gosta, de preferência numa ONG; 4) a rejeição do conceito de classes sociais e grupos sociais, substituindo-os por “ator social” (VIEIRA, 2009, p. 56).

A primeira tese reconhece o jovem como senhor de seu destino significa reconhecer uma identidade juvenil com possibilidade de autonomia, no entanto, o risco dessa nomenclatura reside na ideia de que os jovens sejam considerados os únicos responsáveis pelas suas escolhas, desconsiderando-se assim os limites colocados pelas próprias condições sociais (VASCONCELOS, 2008). Um exemplo dessa concepção se fez presente na fala da jovem Ana, ao afirmar que “*Eu acho que pessoal não tem nada que impede, entendeu? Se a pessoa quer a pessoa consegue, vai atrás (...) a gente quando quer uma coisa, a gente consegue, é só querer*” (ANA, GF, p. 21). Isso pode gerar uma leitura individualista, descontextualizada da realidade social em que vivem e reforçadora da culpabilização do sujeito pobre (GÓIS, 2008). A segunda tese relaciona



o protagonismo à questão da participação política, uma concepção bem mais presente nos estudos teóricos sobre protagonismo, mas que não aparece nesta pesquisa de modo preponderante. A terceira tese é sobre o voluntariado das Organizações Não governamentais – ONGs, que são consideradas, por Souza (2008), as principais produtoras e reprodutoras do discurso do protagonismo, no entanto, as políticas públicas de juventude também tem se apropriado desse discurso de tal modo, que os jovens reconhecem esta nomenclatura, muito embora não saibam atribuir-lhe um significado. Isso se evidenciou quando perguntei “o que era protagonismo para eles” e eles trouxeram a concepção de que era “*aquela sala que tem no CUCA*” (JEGAD, GF, p.19). Por fim, a quarta tese, remete ao uso do termo ator social, em detrimento de classe social ou grupos sociais, o que pareceu visivelmente disseminado entre os jovens, quando identificaram o protagonismo com a pergunta: “*É a mesma coisa de atuação, essas coisas?*” (JEGAD, GF, p.19).

Para Vieira (2009) pode-se falar de um protagonismo juvenil, numa visão de contra-hegemônica, entendendo o jovem politicamente engajado para mudar sua vida. Isso significa transitar de um paradigma que concebe a juventude em si para a juventude para si. Ao falar de uma juventude para si, compreendo que estamos falando das demandas de novas configurações sociais, favorecendo novos processos de participação. Isso lembra a proposta de protagonismo da Pastoral da Juventude Católica, quando esta deixou de ser Pastoral de Juventude e passou a ser Pastoral da Juventude, mudança semântica que traduz uma maior apropriação dos jovens do seu papel como participante ativo e consciente. É importante, nesse sentido, mantermos vivas indagações que possam ir em direção à articulação de projetos pessoais e coletivos (MOREIRA, BARBOSA, 2010).

As teorias, de um modo, produzidas no campo da juventude, trazem à conceituação de protagonismo mais atrelada a concepção de participação (social e, ou política) e cidadania, que por sua vez, se relacionam com a promoção da autonomia. Nesta pesquisa, além deste, emergiram outras categorias teóricas que vieram a denunciar um problema conceitual e acentuar a distância entre a teoria produzida e a vivência desses jovens na modernidade. Diante de uma realidade marcada pela pressão e normatização dos modos de ser, surgiram releituras desse protagonismo, em que ele assume novas configurações. Desse modo, o considero como elemento apaziguador dos conflitos e tensões dos jovens perante a sociedade excludente em que vivem, e que se constituiu como um caminho que contribuiu com o fortalecimento da identidade desses

jovens. Isso, portanto, nos leva a reconhecer novas formas de participação juvenil na modernidade.

## 5.2 Protagonismo: uma questão de participação juvenil?

A participação pode acontecer em diversos âmbitos, seja educacional, político, social. A participação na educação remete aos anos de 1920 e 1930 com Dewey, já a discussão em torno da participação social e política remete a constituição de 1988 (SILVA, 2009). No entanto, nem toda participação significa protagonismo. Existem formas de participação que pode significar a negação do protagonismo, como por exemplo, a participação manipulada, controlada pelos adultos; a participação simbólica, em que a presença dos jovens se dá apenas por uma questão de consideração; e a participação decorativa, em que os jovens estão presentes, mas não de forma influente (COSTA, 2000; 2007). De um modo geral, no grupo pesquisado, a participação emergiu relacionada a espaços de aprendizagens no campo do esporte e da arte, como no caso de Jegad que, ao descrever seu percurso no dia-a-dia, dentre os espaços que ele transita, ele trouxe: *“Trabalho, faço academia, faço natação, tem o grupo de dança, tem outro de dança que dança na boate”* (JEGAD, GF, p. 02). Rael complementou confirmando que *“Eu só trabalho passo o dia inteiro no trabalho. É o jeito. Faço parto do grupo de dança. Só isso mesmo”* (RAEL, GF, p. 02) e por fim, Dado (GF, p. 02) concluiu o assunto *“Eu só trabalho passo o dia inteiro no trabalho, aí tem os ensaios, e final de semana eu saio”*. Nesse sentido, fica claro que o trabalho ocupa o tempo e o espaço na vida de cada um, de modo que, o tempo além deste é dedicado ao grupo de dança. Isso já sinaliza uma questão: Será se a participação em espaços institucionais é um critério definidor do protagonismo para esses jovens?

No grupo focal, a participação em projetos e equipamentos públicos também se fez presente, como Rael (GF, p. 08) que trouxe *“Eu já fiz o primeiro passo”*. Posteriormente, a jovem Mica (GF, p. 08) afirmou:

*Eu já fiz um curso, só que não foi esses cursos, era na escola, eles foram lá visitar fizeram uma seleção, pegaram alguns alunos, aí quem passou na seleção eu passasse na prova ia começar um curso de Iano e 6messes, se eu não me engano, pelo SENAC.*

Nesse sentido, a participação assumia um caráter de um espaço de aprendizagem, em que eles iam para receber formação, aprendizagem e, ou capacitação. Isso persistiu, fazendo se presente no discurso de outro jovem:

*Eu ainda fiz ali no Encafe, ali na barra, foi mesmo, bem assim porque era bem dentro da barra um lugar assim bem sensível, bem perigoso, mas eu fiz tanta amizade lá que eu gostei. Eu fazia um curso de assistente administrativo por um ano, e trabalhei na área por um ano também (RAEL, GF, p. 08).*

Pude identificar que essa participação aparecia nos discursos a partir desse viés assistencialista ou bancário (FREIRE, 2002), até que assumiu outra conotação, quando o Nin que afirmou: “*eu participo aqui dessa igreja aqui pra nossa senhora dos remédios*” (NIN, GF, p. 04). No entanto, ainda eram de tipos de participação mais na perspectiva de fazer parte de algum grupo, de forma passiva ou subordinada, sem um viés político ou reivindicador, como anunciavam as teorias sobre protagonismo juvenil. Outro lócus de participação que emergiu teve como espaço mediador o bairro ou a escola:

*Fiz no bairro também, no bairro mesmo um projeto chamado “patrimônio para todos”, mas foi pouco foi só 5 meses, fiz um na escola, 3ºano eu fiz tudo, fiz o grêmio, fiz no sei o que... Todos os cursos, todos os passeios, tudo que tinha eu participava com certeza. Fiz curso fora também, fora do bairro também, informática, fiz um curso lá no CUCA barra também mais não terminei. Porque eu não gostei, era de edição de vídeo, só que eu não gostava. (JEGAD, GF, p. 09).*

O jovem participava dos espaços que eram facilitados na escola, como grêmio estudantil, configurando-se como um movimento de luta pelos direitos dos estudantes, passeios na escola, como estudantes, ou participava de projetos e cursos disponíveis para sua comunidade. Neste último caso, ocupavam a categoria de alunos dos cursos e usuários dos projetos. Discriminar essas categorias nos leva a questionar que tipo de participação esse jovem ocupava em cada um desses espaços. Sarriera (2011) problematiza a participação no contexto da saúde comunitária e tece uma crítica afirmando que existe a participação passiva e subordinada que, para ele, está em contraposição ao protagonismo e a responsabilização de todos. O fato é que a participação genuína requer um ambiente democrático e promove a autonomia, autoconfiança, autodeterminação e contribui com a construção de um projeto de vida e de uma identidade pessoal e social do jovem (COSTA, 2007). No entanto, Novaes

(2006) faz uma crítica afirmando que a participação social plena é comprometida pela construção de estereótipos que culmina em um imaginário social de valorização da juventude.

Em pesquisa com jovens brasileiros de 15 a 24 anos, sobre Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas, realizada pelos Ibase e o Pólis constatou-se que a forma de participação mais acessível aos jovens é a ação grupal comunitária ou voluntária, apoiada por instituições religiosas, ONG's ou associações (RIBEIRO, LÂNES, 2006). Nessa perspectiva, a participação requer uma atuação social e política, de modo consciente, em que a mudança social seria fruto da atividade do jovem, da empresa ou da organização. Nesse cenário, Souza (2008) concebe um modelo de ativismo privado, como um caminho que leva a “mudança”, entendida como uma alteração imediata, positiva e quantificável da realidade. Trata-se de um tipo de participação, definida pela atividade que o jovem realiza.

Em outras palavras, essa participação, identificada como “participação cidadã e/ou cidadania” se define por um fazer (ou atividade), muitas vezes voltado para encontrar resolução de problemas reais circunscritos e determinados. Souza (2008, p. 13) corrobora com esta ideia ao afirmar que “além da prescrição do fazer como modelo de participação, a anulação da política ocorre pelo consenso forjado pelo discurso”. Como exemplo desse modelo de participação temos os grêmios estudantis, nas escolas, e, mais recentemente, os conselhos de jovens, no caso das políticas de juventude que tem se direcionado para e com o argumento de promover a participação juvenil. Mas que tipo de participação é essa? O problema da participação (com as diferentes configurações) nas políticas públicas fica evidente, com o surgimento do CUCA:

*No início do CUCA havia uma dificuldade da comunidade de se apropriar do espaço, é como se eles se questionassem: 'será se isso é pra mim?' sendo assim, antes o núcleo de protagonismo esta voltado para fazer com que a comunidade se apropriasse do espaço, com o tempo, as demandas foram mudando e a configuração das atividades do núcleo também. Atualmente o núcleo quer avançar com a criação do conselho dos jovens, de caráter consultivo. (DC, 03/09/13).*

O Conselho de Jovens do CUCA é oferecido como um espaço de participação do jovem, no entanto, podemos questionar: em que consiste este espaço de caráter consultivo? De onde parte esse modelo de participação: da exigência da política pública ou da mobilização dos jovens? Que protagonismo é esse, oferecido de tal modo que se veste de um teor positivo, dado ao jovem como algo que deve ser

obrigatoriamente aceito e desejado? Alguns questionamentos foram surgindo à medida que eu ia me inserindo e me apropriando da proposta do Conselho de Jovens, de onde emergiu claramente o conceito participação. Esses dados foram registrados em diário de campo.

Ao longo do processo de pesquisa, tive a necessidade de, em uma das reuniões problematizar: *“De onde surgiu a ideia de formar esse conselho?”* (DC, 02/10/13). Essa questão surgiu em um contexto de inserção, em que pude perceber falta de mobilização dos jovens para estar neste espaço. Quando lancei essa questão, pude constatar, *“o que foi respondido, inclusive pela própria equipe do CUCA é que isso está presente numa das cláusulas do contrato da instituição, ou seja, no CUCA tem que ter um conselho de juventude”* (DC, 02/10/13).

Contando com a mobilização dos poucos jovens, o conselho foi se constituindo, através de reuniões mensais, em que eles traziam as demandas que tinham no CUCA e conversavam sobre isso com os profissionais da instituição. *“Fiquei me perguntando se isso se deveria chamar de conselho mesmo? Ou não seria uma ouvidoria?”* (DC, 02/10/13). Era perceptível que havia um esforço por parte dos profissionais para garantir a reunião e atender os encaminhamentos gerados. Em uma das reuniões que participei, se deu do seguinte modo: *“Apesar de muitas pautas, a reunião se procedeu e girou em torno do problema que é conseguir a participação dos jovens”* (DC, 02/10/13). O fato era que:

*A reunião contava com uma média de 13 pessoas, entre eu, a coordenadora do NPJ,<sup>7</sup> dois professores da comunicação, um da economia solidária, um educador, uma mãe de aluna e 7 jovens, em média. Meu estranhamento inicial foi o fato de ser uma reunião de conselho e ter tão poucos jovens.* (DC, 02/10/13)

Percebemos que as instituições públicas evoluíram no sentido de reconhecer os espaços de participação como elemento importante para a juventude, isso é algo que já acontece. Isso ficou claro nessa reunião para se pensar a constituição do Conselho de Jovens:

*Percebi, pelo discurso de quem estava na reunião, que eles tinham consciência da importância da participação do jovem naquele espaço, no entanto me pareciam perdidos por não saberem como fazer para que os jovens participassem. Chegavam até a culpabiliza-los por essa ausência, ou*

---

<sup>7</sup> NPJ: Núcleo de Protagonismo Juvenil.

*pressionavam os jovens presentes como se eles precisassem fazer alguma coisa pra trazer os outros jovens. (DC, 02/10/13)*

No entanto, criar espaços de participação não parece ser o suficiente. É preciso repensar essa participação nas instituições juvenis. Portanto pensar o protagonismo como sinonímia de participação institucionalizada é um risco de esvaziar o sentido desta palavra, e por consequência os efeitos da sua práxis. Por um lado, concordo quando se fala que a ideia de protagonismo subjaz e impera um discurso que desencadeia o risco de alimentar a repetição infinita e tautológica, quando naturalizado e não questionado, num cenário a-histórico. Sobre isso Souza (2008) afirma, “O protagonismo juvenil está sendo tomado como um dos enunciados possíveis de um discurso que prescreve certo modelo de participação política, não só para a juventude, mas para todos os segmentos da sociedade” (p. 15).

Em consonância com essa perspectiva engessada de participação política, Sales (2003) advoga que é importante persistir na ideia que os jovens podem criar e redefinir múltiplos espaços para ação política, se compreendermos que,

O sentido de política relacionado à liberdade dissocia a visão da ação política ligada a partidos e Estado, que através da democracia representativa cria a ilusão de participação. O ideal do Estado democrático, de todos serem iguais perante a lei, e que a lei é igual para todos, dissimula as diferenças e cria a ilusão de uma suposta participação na tomada de decisão (SALES, 2003, p. 27).

É desse modo que o Estado atua como um forjador de determinado modelo de participação, delimitando as ações de forma modeladora e castradora da liberdade do jovem para propor e criar novas formas de participação social e política. O Estado pressiona por uma juventude obediente, que se situe dentro das regras e modelos sociais tidos como aceitáveis. Quando o jovem transgride esse lugar de obediente, é visto como marginal, fora da lei, delinquente, dentre outras consignas que carregam pejorativamente os preconceitos sociais. “Nesse emaranhado, os jovens estão entre aqueles que mais são cobiçados pela rede de produção de subjetividade, e, ao mesmo tempo, os que mais se rebelam contra ela” (SALES, 2003, p. 27). Em consonância com esta autora acredito na iniciativa da juventude de reinventar o político e a política, com novos tipos de representações que possam ser exercitadas nos espaços de movimentos juvenis. E esses espaços de movimentos podem surgir com diversas configurações, como a dança, pois conforme afirmou o jovem Jegad “*O que faz o grupo de dança, não*

*é a dança em si, não é a música, entendeu? É tudo ao seu redor, as pessoas ao seu redor, as coisas que você vai fazer, as formas que as pessoas vão agir* (JEGAD, GF, p. 17).

Sales (2003) considera haver uma relação entre o fazer política e as expressões culturais e artísticas. Sendo assim, a arte, a música, o teatro, a dança, o hip hop podem ser vistas como manifestações do fazer político e, posso complementar ainda, que podem ser maneiras do jovem exercitar processualmente seu protagonismo, desde que não se trate da arte pela arte, mas da arte como expressão profunda do ser humano em sua manifestação pessoal e social, e como uma proposta de recriação e fortalecimento da identidade pessoal e social, em que está atravessado o fazer político. Arelada a isso, temos a participação juvenil no contexto das políticas públicas, onde é possível considerar que em uma relação onde é preciso denunciar a realidade, é preciso também reconhecer e anunciar possibilidades de transformação desta realidade. Diante deste cenário, faz-se imprescindível questionar que tipo de participação promove a autonomia do jovem ou é usada como um mecanismo de pedagogização e controle.

### **5.3 Protagonismo sob a égide da cidadania: uma via para o controle ou para a autonomia?**

Souza (2008) analisa o protagonismo a partir de um campo de atuação política, onde se substitui a ideia de embate ou combate pela ideia de atuação social. No entanto, temos de pensar as implicações do discurso acerca do protagonismo. Para Souza (2008), esse discurso prescreve uma nova forma de fazer política, mediante a atuação individual e a integração entre os jovens. É assim que o discurso sobre protagonismo passa a representar uma motivação para integrar o jovem a sociedade e garantir a coesão, à medida que se coloca o jovem em uma suposta posição de destaque, que é a condição de protagonista (do grego, *prôtos*: primeiro, principal), valorizando o indivíduo diante do objetivo da mudança social. Há uma pressuposição que desconfia desse modo de fazer política sob o paradigma que gira em torno do conceito de protagonismo juvenil.

(...) as atividades realizadas, especialmente pelas ONGs sob o mote de protagonismo juvenil, pretendem oferecer à juventude um certo modelo de ação política. O argumento é o de que a alternativa de participação prescrita pelo protagonismo tem, contudo, o efeito, não de promover a política, mas de anulá-la (SOUZA, 2008, p. 12).

Ao direcionar e definir um determinado modelo de atuação política, restringindo as possibilidades de movimentação e construção dos jovens, o protagonismo pode servir como um mecanismo de controle, ou como um meio de pedagogização dos jovens pobres, que finda se colocando a serviço dos propósitos de quem o pratica, que geralmente são os detentores do poder.

O protagonismo juvenil presente na história da Pastoral da Juventude reconhece que existem conflitos entre os adultos e os jovens em estado de militância pelo fato de haver imposições da parte dos adultos na realização de alguns trabalhos, em vez de haver cooperação (SOFIATI, 2004). É desse modo a PJC reconhece também que existem graus diferenciados de autonomia. Assim, se pode empreender uma possível compreensão dessa autonomia, como algo que parte da iniciativa e da ação dos próprios jovens, de forma independente de outrem:

A palavra autonomia nasceu na Grécia Antiga e expressava a faculdade, direito ou possibilidade de alguém atribuir-se o próprio nome. Dizia respeito ao cidadão, apto a falar de si, a elaborar suas regras de cidadania e a viver segundo elas nos três ambientes da polis (Casa, Ágora e Eclésia). (SECCHI, 2007, p. 02)

Freire (2002), ao propor a pedagogia da autonomia, no contexto da educação, defende uma autonomia fundada na ética e no respeito à dignidade, com um teor sócio, político e pedagógico, entendida como algo que deve ser conquistada e construída a partir da vivência e das decisões baseadas na liberdade do sujeito. Desse modo, o protagonismo que promove a autonomia, baseada na liberdade, vai por entre os (des)caminhos do fortalecimento e do exercício da cidadania.

Analisar o protagonismo me leva a questioná-lo no sentido de entender se seu caminho se dá na direção da cidadania, pela via do fortalecimento. No entanto, vale ressaltar o conceito de empoderamento, por ser uma categoria que ocupa vários campos da ciência, como administração, economia, sociologia, saúde, desenvolvimento comunitário, dentre outros (HOROCHOVSKI, MEIRELLES, 2007). No campo da saúde coletiva, Almeida, Dimenstein e Severo (2010) relacionam empoderamento à participação social, e para Kleba *et al.* (2009) se configura como um processo dinâmico de fortalecimento dos sujeitos, que pode se dá em três dimensões da vida social: individual ou psicológica, quando o sujeito reconhece sua capacidade de sair de uma posição de impotência e resignação; grupal ou organizacional, que favorece a



construção do sentimento de pertence a favor da resolução de questões coletivas e comunitárias; e estrutural ou política, com ênfase na dimensão política.

Montero (2003) traz a noção de fortalecimento na comunidade, a qual transponho para a noção de fortalecimento do jovem, sendo este compreendido como uma das vias fundamentais para alcançar o desenvolvimento e a transformação pessoal e comunitária, pois é compreendido a partir de um desenvolvimento político e psicológico. Para muitos autores, fortalecimento envolve auto-estima, ação ativa do sujeito, tomada de decisões, compromisso social, autonomia. Montero (2003) questiona a relação com o neologismo empoderamento, por ser uma tradução de influência dos Estados Unidos. No entanto ressalto que é importante conhecer a categoria empoderamento por estar atrelada a concepção de protagonismo e por ser considerado como parte de um processo de fortalecimento, que envolve atuação pessoal, social-comunitária e política, além do mais se relaciona diretamente com autonomia e transformação da realidade, através da participação. Klein (2004, p. 12) ressalta que “o cerne da proposta do protagonismo juvenil, como uma nova visão da função do adolescente, jovem na sociedade, é a de promover uma cidadania participativa”, no entanto é válido situar que esse discurso, com teor pedagógico, está dentro de uma sociedade vitimizada por uma ideologia organizada em torno do capital. Qual seria então a concepção de cidadania imersa no paradigma do protagonismo juvenil?

Para Klein (2004), a cidadania é participar da sociedade e dos processos de transformação do país. A cidadania, como um conceito jurídico, sociológico e político, trazido na constituição de 1988 (conhecida como constituição cidadã), significa a igualdade perante a lei e tem a ver com a garantia de direitos e a participação do cidadão na esfera política, conforme Cabral (2005, p. 13), “a história da cidadania confunde-se com a história dos direitos humanos e das lutas para a afirmação de valores éticos como a igualdade, a liberdade, a dignidade de todos os seres sem exceção, a proteção legal dos direitos, da democracia e da justiça”.

As perspectivas e diretrizes da PNJ (2006), afirma, em termos políticos e sociais, que os jovens são sujeito de direitos coletivos. Isso denota uma representação social da juventude na contemporaneidade. A representação social que ganha força atualmente no cenário da juventude é a que considera o jovem como sujeito de direitos coletivos, entenda-se de ser jovem, de participar, de ser um ator político e protagonizar. São os direitos que a Política Nacional da Juventude (PNJ, 2006) busca.

Que modelo de jovem-adolescente está embutido, através da lei, na nossa sociedade? Que concepção de direito está implícita? O que pode ser questionado também é que: o jovem, considerado protagonista, pode ser reconhecido como sujeito de direitos e não objeto de políticas e ações governamentais e não governamentais? Esses questionamentos podem sugerir a existência de determinados modelos de participação juvenil, pois parece que o poder da ação protagonizado pelos jovens se limitam aqueles aspectos mais técnicos definidos pelas organizações, projetos e políticas públicas. É desse modo que a metáfora teatral, que define essa “nova forma de política”, sob o mote de protagonismo, parece sim uma encenação (Souza, 2008). Nesse sentido esta pesquisa se propôs a desvendar o que parecia oculto, o que e se fazia presente nas contradições, vislumbrando condições de possibilidade e de transformação.

## **6 IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS: (IN)TENSÕES DA PSICOLOGIA SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL**

Neste capítulo, apresento a Teoria Histórico Cultural da Mente, por entender que o psicológico é forjado pelo social, por isso o foco nas implicações psicossociais, em vez de implicações psicológicas e enfatizo a visão de sujeito e de mundo. Apresento também a Ética da Libertação como parte do campo teórico que me permitiu questionar as estruturas de dependência e dominação da juventude condenada pela obrigação de serem protagonistas aos moldes de uma sociedade normativa.

Sob essa ótica, para analisar o protagonismo nas políticas públicas, situo as categorias teóricas: Sujeito dialético (VYGOTSKY, 2003) e Libertação (BOFF, 1980) que revela a concepção de jovem e o lugar ideológico que me situo. As análises dos dados foram tecidas a partir das categorias que surgiram no campo, a saber: fortalecimento (MONTERO, 2003; CARVALHO, 2010); liderança (COVEY, 1989, DEL PRETTE & PRETTE, 2008) e autonomia (FREIRE, 2001; 2004)

Por fim, apresento a proposição desse estudo que reside em (re)pensar um protagonismo na perspectiva da libertação, como mote de atuação e reflexão para a constituição das políticas públicas para a juventude.

### **6.1 Teoria Histórico-Cultural da Mente e a ética da libertação: uma compreensão psicossocial da juventude**

Vygotsky, Leontiev e Luria buscavam uma nova Psicologia, baseada na história e na Cultura. A inovação de sua teoria foi a proposição dos chamados planos genéticos que caracterizavam o funcionamento psicológico: filogenético, sociogenético, ontogenético e microgenético (VYGOTSKY, 2003). A filogênese refere-se à história da espécie animal, donde destacamos na espécie humana, a plasticidade do cérebro e o movimento de pinça. A ontogênese se refere ao desenvolvimento do ser que nasce, cresce, reproduz e morre. Filogênese somada à ontogênese tem natureza biológica. A sociogênese se refere à história cultural, ou seja, as formas de funcionamento cultural que interfere no funcionamento psicológico.

Assim, é que cada cultura organiza o desenvolvimento de forma diferente, por exemplo, o conceito de adolescência é biológico, mas como se vivencia esse momento e como se compreende isso é cultural. Outro exemplo é a categoria juventude, que foi criada pela nossa cultura e diz como esta cultura enxerga o jovem. Como afirma

a PNJ (2006) vivemos em uma sociedade juventudocêntrica, em que a juventude é, por um lado enaltecida, por outro, estereotipada e estigmatizada. Outro plano genético é a microgênese, cujo foco é definido, pois trata da singularidade surgindo, algo que se coloca entre o saber e o não saber, ou seja, é cada pequeno fenômeno que faz parte da história de vida de cada um. Por esta via de explicação é possível compreender porque ninguém é igual a ninguém.

Para Veer e Valsiner (1996), Vygotsky chega aos estudos em Psicologia pela via da educação, com o objetivo de compreender os processos de aprendizagem. Assim é possível falar em uma abordagem psicológica e social para compreender o protagonismo na realidade dos jovens pobres. A partir dessa ótica, se faz importante considerar a história dessa juventude e de que modo o protagonismo foi emergindo como categoria definidora da cultura desse segmento tão diverso.

Nesse contexto, Vygotsky (1996) questionou de que maneira os processos sociais eram determinantes para o desenvolvimento. Baseando-se na filosofia de Marx e Engels, considerava as relações sociais constituintes do sujeito, em que através da dialética, o homem pode transformar a natureza e a si (VYGOTSKY, 1996). É por esse percurso, que Vygotsky propõe o materialismo histórico, a partir da história, e o dialético para pensar o um método para a Psicologia (VYGOTSKY, 1996). Surgiu assim o conceito de atividade, atrelada a história, sendo esta atividade equivalente ao comportamento humano, e geradora de consciência. Desse modo, o autor trouxe a “consciência” como um problema para a Psicologia e passou a enxergar a atividade como princípio explanatório para explicar a consciência.

Para Vygotsky (2003) a direção do desenvolvimento se dá de fora para dentro, por isso a importância da cultura e da imersão do jovem no mundo. Desse modo, pensar a juventude é entender esses jovens imersos no contexto cultural, considerando a influência desse social para o desenvolvimento psicológico, ou seja, entender que o jovem aprende no contexto em que está inserido e por isso se desenvolve, pois tudo que está a sua volta contribui, de alguma forma, para a construção de sua subjetividade. Símbolos, idioma, família, política, esporte, arte, enfim, tudo isso reunido constrói uma cultura. E a cultura, por sua vez, se constitui num elemento fundamental para estudar psiquismo do jovem pobre, sendo esta um híbrido de história, semiótica, sociologia, antropologia com foco nos processos psicológicos da mente humana, segundo a Psicologia Cultural (VALSINER, 2012).

Para Cidade, *et al.* (2012), é preciso considerar a heterogeneidade dos indivíduos, dos contextos sociais, das culturas e das liberdades. Com isso, além dessa heterogeneidade macro, tem-se ainda a heterogeneidade própria da categoria juvenil, como já foi enfatizada. O que acontece, no caso dos jovens, é que o contexto de pobreza, a mesma que oprime, os impede de enxergar esses potenciais, pelo fato de coibir a liberdade e expressividade do sujeito marginalizado que vive nessas condições. (CIDADE, *et al.*, 2012). Pensar o protagonismo sob essa ótica é atentar a uma cultura de privação que pressiona o jovem a ser protagonista de um enredo muito maior: social, cultural, comunitário e pessoal, cientes de que o conceito de relação embasa uma compreensão na direção de superar a dicotomia entre individual e social (GUARESCHI, 2011), com o risco de cair na opressão e na culpabilização do indivíduo. O fato é que essas formas opressoras de enxergar e lidar com o jovem tem tudo para dificultar e o impedir de se reconhecerem como sujeito, no entanto, o protagonismo aparece como um caminho de (re)ação libertadora para esses jovens que se constroem, enquanto identidades, em um contexto histórico-cultural.

A libertação não é algo novo, segundo Boff (1980, p. 13), “já estava presente em todo percurso da história, sem nomes, sob outros nomes, afirmada ou negada”, é um termo veiculado a emergência de uma nova consciência histórica, como uma maneira de compreender e se situar frente à totalidade da história (BOFF, 1980). É considerar a história, no caso, das políticas de juventude e da própria juventude enquanto categoria social, no seu presente e no seu passado. A partir dessa ótica, o protagonismo juvenil ganha, no presente estudo, uma nova dimensão e nos leva a repensar o futuro das políticas de atuação com e para juventude.

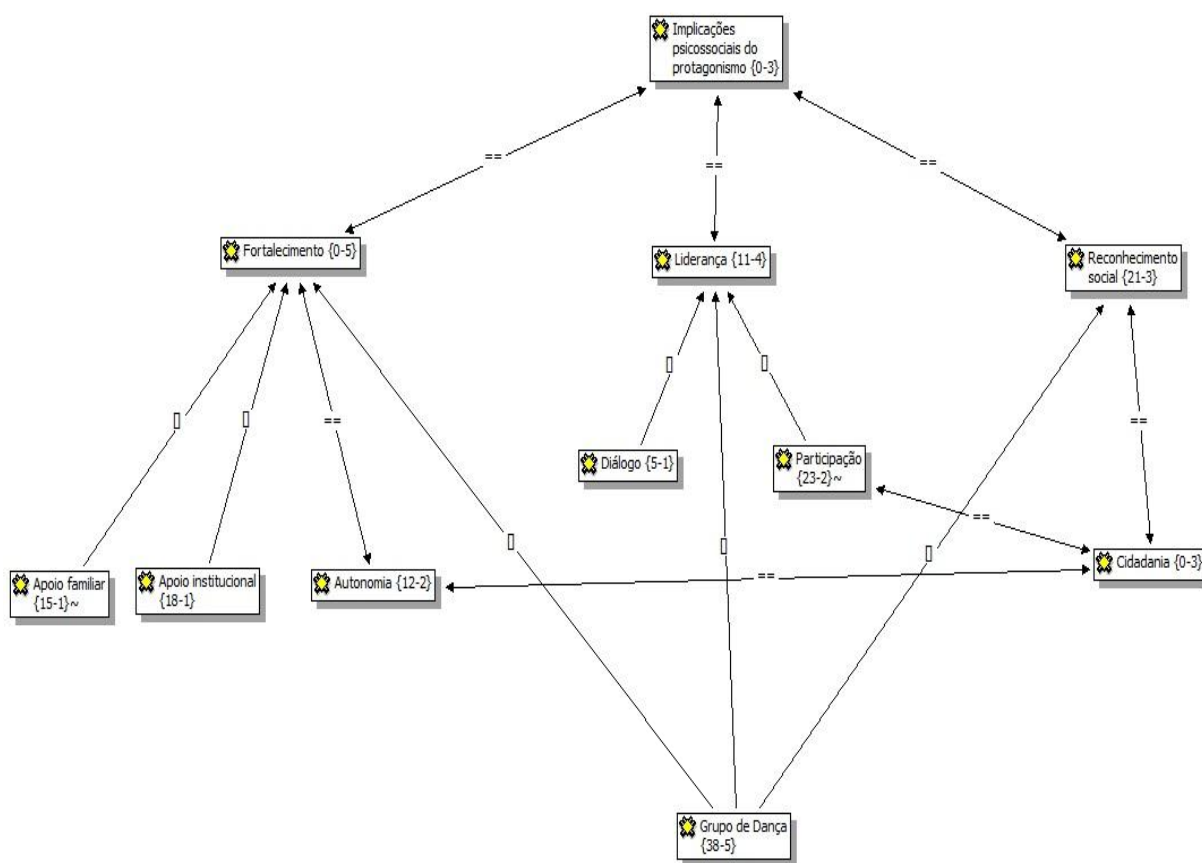
No entanto, existe a questão: libertar de que e para quê? Essa questão exige entender que ao longo da história, a palavra libertação emergiu em um contexto de análise social do atraso e da pobreza dos países latino-americanos, quando o ser humano se deu conta das desigualdades sociais, culturais, políticas e econômica que oprimia alguns países, chamados subdesenvolvidos (BOFF, 1980). Diante disso viu-se a necessidade urgente de questionar e repensar os processos que levassem a condições de maiores igualdades sociais entre esses países. Nesse sentido, a categoria libertação desenvolve uma correlação com a categoria dependência, “implicando uma recusa ao sistema de desenvolvimento e denúncia de sua estrutura subjugadora” (BOFF, 1980, p. 17). Além do mais, foi um conceito construído por práticas concretas, o que exige uma recuperação de seu conteúdo histórico, na visão de Guareschi (2011), para não corremos

o risco de empregar este conceito esvaziado de sentido. É válido reconhecer que este conceito implica um conhecimento racional e científico, assim como também crenças e valores, implícitos no conceito de libertação.

Pensar e atuar com o protagonismo em termos da libertação implica um novo estado de consciência e uma nova prática, a práxis libertadora (FREIRE, 2004). Isso significa provocar uma ruptura com o sistema de dependência e criar condições para que os jovens sejam agentes e produtores do seu próprio destino. Assim Libertação “é uma palavra-processo, palavra-ação intencionalmente orientada a uma práxis que liberta *de e para*” (BOFF, 1980, p. 18) Isso implica uma atuação ética por parte dos profissionais, em que é preciso dar-se conta da ausência de liberdade, autonomia e independência, como condição que favorece uma convivência mais opressora e injusta. Precisamos pensar, junto com os jovens, ações criadoras de liberdade, pautados na impossibilidade da dicotomia entre a consciência e a ação (GUARESCHI, 2011). Neste estudo, analiso o protagonismo, como uma práxis libertadora, estando certa de que não se trata de um desenvolvimento harmônico, sucessivo e linear, mas consiste em uma ruptura com o *status quo* dependente, para que possamos construir uma convivência mais fraterna e humana entre os jovens e para com os estudiosos e profissionais comprometidos com a transformação dessa juventude. Nesse sentido, pensar o protagonismo a partir da Ética da Libertação é um convite que favorece o desenvolvimento de jovens criadores de um mundo novo. Para isso, acrescento algumas categorias de análises para o protagonismo: Fortalecimento, Liderança e a autonomia.

Segundo tais concepções, ao observar os modos de vida da juventude e suas relações na e com as políticas públicas, podemos compreender o cotidiano dos jovens como expressão de suas condições de vida, objetivas e subjetivas, que forjam percepções, valores e ações, que, por sua vez refletem em escolhas e condutas compartilhadas entre eles, como forma de manifestação de seu protagonismo. Após a análise dos materiais obtidos durante a pesquisa de campo, obteve-se Figura 1, com o auxílio do Software Atlas TI. Ela representa a tentativa de apresentar, por meio de esquema de relações, as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens.

Figura 1 - Categoria “Implicações psicossociais do protagonismo”



Fonte: elaborado pela autora.

Na Figura 1, percebe-se que as implicações psicossociais do protagonismo estão associadas ao fortalecimento, a liderança e ao reconhecimento social. O fortalecimento está associado à autonomia e tem como causa ou origem o apoio social (representado pelo apoio familiar e institucional) e o grupo de dança. A liderança está associada ao diálogo, ao grupo de dança e a participação. E o reconhecimento está associado à cidadania e tem como causa ou origem o grupo de dança. Por fim, a cidadania aparece associada à autonomia. Todas essas categorias estiveram presentes no modo de vida dos jovens pesquisados e, portanto, é parte das análises que seguem.

Vale saber que essa numeração que aparece entre parênteses representa a quantidade de vezes que a categoria foi identificada e quantidade de articulações com outras categorias, respectivamente.

## 6.2 O fortalecimento para os jovens: “São os jovens que tem o seu talento, o seu melhor para mostrar, entendeu?”<sup>8</sup>”

*Eu não devo nada a ninguém,  
Eu não sou o mal nem o bem,  
Tô no meio do caminho  
Tô fazendo a minha estrada  
Sem pedir carona.*

*(Dançando com a vida - Sandra de Sá e Gabriel, O Pensador)*

O fortalecimento, para Montero (2003), situa-se na dimensão comunitária, como um modelo psicossocial, a partir da participação e fomento da capacidade positiva do sujeito. Para Kleba *et al* (2009) está relacionado à autoestima e ao sentimento de identidade. E por fim, para Carvalho (2011) está relacionado ao valor pessoal e poder pessoal, à capacidade de agir e refletir sobre a realidade e a capacidade de desenvolver estratégias de mudança. O fortalecimento aparece como categoria presente, de modo indireto, imerso na realidade subjetiva dos jovens.

Sendo assim, o discurso sobre protagonismo aparece mais no âmbito histórico das políticas públicas e nas teorias sobre essa temática. Isso deflagra um distanciamento entre o que é produzido na teoria e o que é vivido pelos jovens. Quando lhes é perguntado o que eles compreendem por protagonismo, a priori não percebemos uma clareza do que seja, o que os faz associar ao senso comum. Para o jovem Dado, protagonismo é,

*Tipo assim, relacionado a tv, teatro, cinema, protagonismo é mais aquele tipo do melhor, entendeu? Aquela coisa que se destaca, aquela coisa que tem é, vamos dizer, aquele talento, que se destaca... Talento, que é melhor, que é protagonista de uma novela é o ator principal, antagonista é totalmente ao contrario que vai, por exemplo, o vilão é o antagonista, vai contrário do protagonista e é relacionado ao protagonismo jovem, eu entendi mais isso em questão de jovens que tem o seu talento, seu melhor pra mostrar, entendeu?! (DADO, GF, p. 19).*

Para ele, o jovem protagonista é aquele que se destaca em uma história, similar ao protagonista da novela, em contraposição ao antagonista, que é o vilão, um atributo considerado negativo. Desse modo, o conceito de protagonismo é significado de modo positivo, como algo que o jovem precisa desejar. Analiso isso como uma pressão ou um tipo de obrigação social em que os jovens devem ser protagonistas de algo, como única possibilidade de ir pelo caminho de sucesso. Essa análise corrobora com o problema de pesquisa proposto nesse estudo. Klein (2004) considera o

---

<sup>8</sup> Dado (GF, p. 20)



protagonismo, atrelado a cidadania, como uma proposta pedagógica burguesa, sob o ponto de vista de sua emergência na sociedade capitalista, marcada pelo individualismo e incorporada pela ideologia burguesa. Esta defende uma consciência cidadã orientadora de um determinado protagonismo como fator preponderante para o desenvolvimento individual e coletivo do jovem pobre. Sousa (2009) advoga que o discurso do protagonismo prescreve uma nova forma de política e funciona como um mecanismo de integração da juventude pobre, afirma ainda que “A anulação da política ocorre pela adoção do “fazer coisas” como forma de participação e pela fabricação do consenso pelo discurso, o que impede a fala autônoma e transgressora” (p. 01).

Interessante perceber que o jovem Dado, ao definir protagonismo como “*aquela coisa que se destaca, aquela coisa que tem é, vamos dizer, aquele talento, que se destaca...*” (DADO, GF, p. 19) concebe o protagonismo atrelado a uma perspectiva pessoal, mas que também está “*Relacionado a isso, relacionado às pessoas ao redor, relacionado à sociedade em si, acho relacionado a isso, protagonismo jovem de juntar talentos e ter o seu melhor pra mostrar*” (DADO, GF, p. 19), reconhecendo desse modo que existe uma dimensão social, ou seja, além do jovem ter o talento que lhes é próprio, ele precisa mostrar as pessoas e a sociedade. Reconheço essa como uma forma de participação frente a condição juvenil nos dias de hoje. No entanto, essa participação aparece ao longo da história associada a um determinado modo de fazer política, pois os organismos internacionais, raramente, usam o termo *política*, mas sim, *participação* da juventude. Desse modo, Sousa (2010, p. 10) pontua:

A participação dos jovens no desenvolvimento – deles próprios e no de seus países, contribuindo para o chamado desenvolvimento humano ou social – constitui elemento-chave dos documentos internacionais produzidos no período 1985-2005.

Assim o jovem vai sendo colocado em uma dupla posição: objeto e agente das ações, ou seja, aquele que recebe, mas também contribui, de forma passiva e ativa, através da atuação social e do exercício da cidadania. Outra ideia que apareceu no grupo focal é a relação entre protagonismo e atuação social. Ainda movidos pelo estranhamento da palavra, os jovens trouxeram afirmações junto de questões que denunciavam a insegurança deles sobre o termo: “*É a mesma coisa de atuação, essas coisas?*” (RAEL, GF, p. 19). Logo em seguida: “*Se eu não me engano é alguma coisa com a divulgação dos grupos, do que os jovens fazem, né?! Né isso não?*” (JEGAD,

GF, p. 19). No mesmo contexto, outro jovem perguntou: “*É liberdade de expressão?*” (ANA, GF, p. 19). Desse modo o grupo, foi tentando construir, com uma maior clareza, o que entendiam sobre protagonismo juvenil, um termo que lhes parecia familiar, por estar presente nas atividades do CUCA, mas que ao mesmo tempo eles não sentiam propriedade em definir o significado disso.

Exatamente por ser um discurso presente na política pública do qual faziam parte, um jovem resolveu seguir e dizer que protagonismo é “*O que os jovens gostam de fazer, o que eles são bons, tipo a gente aqui, a gente tem um grupo se a gente fosse procurar protagonismo juvenil eles iam ajudar a gente a se expandir, né?!?*” (JEGAD, GF, p. 20). Esta narrativa define o protagonismo como um espaço que está à disposição do jovem. Como pode se vê, essa compreensão é dada a partir da atuação da política pública, a suposta responsável por oferecer um serviço para os jovens. Nesse sentido, o protagonismo aparece como algo exterior a eles. Assim, deflagramos uma contradição: por um lado existe o reconhecimento do espaço público para o jovem, mas ao mesmo tempo existe a falta de apropriação desse espaço pelo jovem. Eles sabem que podem contar com aquela política para se expandirem, mas não sabem exatamente como, nem que tipo de apoio lhes pode ser dado. Nesse sentido, vejo basicamente duas direções: do assistencialismo, do favor e do controle e/ou da promoção, do fortalecimento e da autonomia. Podemos fazer um paralelo com os três tipos de facilitação social comunitária propostos por Góis (2008): 1. Assistencial, com foco nos problemas emergenciais, caracterizando uma relação paternalista, com uma ideologia marcada pela prevalência de uma classe sobre outra, possui uma abordagem com foco no atendimento da necessidade imediata; 2. Técnico (instrumental) como o objetivo de solucionar problemas técnico-científico e político, visando a melhoria social, uma ideologia marcada pelo saber técnico científico e político sobre o saber popular, caracteriza uma relação aproximativa-interventiva, imediata, a curto, médio ou longo prazos. 3. Comunitário (cidadania), cujo o objetivo é a equidade social, autonomia, construção e fortalecimento do sujeito, como foco na participação comunitária, com uma ideologia que reconhece as relações de dominação, uma relação integrativa e compromissada, partindo de uma abordagem conscientizadora e libertadora. Todos esses tipos exercem função importante no desenvolvimento humano e na mudança social, considerando a importância desse processo envolver o sujeito, a família e a comunidade. Como pensar uma atuação das políticas públicas com a juventude baseada na perspectiva da facilitação assistencial, técnica e comunitária?

No entanto, é preciso problematizar que a política pública pode assumir o lugar daquele que dá, ajuda e, por isso assumir o lugar de quem pode controlar e definir os caminhos do favorecido ou, a política pública pode ser aquela que reconhece os potenciais, fortalece os sujeitos e facilita processos de autonomia.

Compreendo o protagonismo, a partir do reconhecimento da potência de ação (SAWAIA, 2011) do jovem que vive condições de opressão social. Algumas compreensões concebem o protagonismo como algo interior, ou seja, algo que vem de dentro pra fora, cuja responsabilidade é individual. Quando questionei a relação entre o protagonismo para o jovem pobre e para o jovem rico, Ana (GF, p. 21) colocou:

*Eu acho que pessoal não tem nada que impede, entendeu? Se a pessoa quer a pessoa consegue, vai atrás, tipo tem muito a gente pobre de escola pública que passou no Enem, mais do que gente que estudava em escola particular e tal, acho que quando a pessoa quer mesmo, a pessoa vai e consegue não tem essa de barreira, eu sou pobre, não tem essa aí de eu sou branco, sou negro, não tem essa entendeu? E em relação a sociedade é que isso muda, porque tem gente que já bota barreira, já bota obstáculo, tipo preconceito, essas coisas assim, mas eu acho que pessoal mesmo, a gente quando quer uma coisa, agente consegue, é só querer.*

Percebe-se que a leitura que essa jovem faz, está atrelada a uma concepção individualista de sujeito, pois tornar-se protagonista depende apenas do querer individual. Quais análises podemos fazer, a partir de uma visão dialética do jovem? Quais as relações com um protagonismo, na perspectiva da ética da libertação? Ao problematizar isso, nos remetemos a questão da consciência na dialética jovem-mundo, na história e na cultura. Para Sawaia (1994, p. 50) a conscientização como um processo “deve contemplar desejos, necessidades e emoções individuais e coletivas”. Nesse processo, Góis (2008) entende como fundamentais a comunicação, o diálogo e a autonomia.

Concebe-se que o jovem se constitui na dialética das relações intra e interpessoais, e tem potenciais para desenvolver caminhos de autonomia (FREIRE, 2004). No entanto, isso não acontece isolado, está articulado com o contexto micro e macrossocial; nem é pontual, está articulado com a história (BOFF, 1980). Essa concepção de sujeito nos leva a pensar a libertação, como opressão-dependência, como conflito-ruptura, como processo.

O jovem, em dialética, cria para si um arranjo vital (religioso, social, econômico, etc), move-se dentro de coordenadas e limites, e realizam as possibilidades que estão dentro desse arranjo. O jovem vive na medida em que cria circunstância, em

sua relação dialética com a sociedade. Esta, de alguma maneira, cerca e aprisiona o jovem, como por exemplo, o jovem que tem o desejo de expressar-se e realizar-se através da arte, mas é coibido pelas suas condições que lhe obrigam a lutar pela sobrevivência. Como o jovem que deseja estudar, mas não o consegue, porque precisa trabalhar, dentre outros exemplos que acompanhamos na realidade da juventude que é oprimida. E essa opressão se manifesta sob diversas configurações. Essas configurações ou condições permitem os jovens viverem dentro de um mundo domesticado através do pensamento, da cultura, do trabalho, da convivência e o leva a viver oprimido dentro do seu arranjo vital, no entanto, dentro das circunstâncias possíveis, ele cria para si o espaço de sua liberdade concreta (BOFF, 1980).

Nesse sentido o espaço da política pública consiste em ser parte dessas circunstâncias possíveis, de tal modo que faça o jovem se dar conta de sua liberdade e perceber um ‘mais’ em si e na sua convivência, como caminho de concretização de sua liberdade e libertação, reconhecendo que são conceitos diferenciados. Para isso, é preciso se sustentar nessa mediação jovem-política pública, ciente de que o jovem protagonista “se deve manter no processo, sempre como um movimento, uma ponte, uma passagem” (BOFF, 1980, p. 22). Analiso que a política pública deveria consistir como um espaço apoio institucional. Reconhecer a importância desse tipo de apoio é um das contribuições desse estudo, uma vez que o próprio jovem entende que, para se tornar protagonista é necessário o apoio,

*Eu vejo também, se a pessoa viesse falar eu acharia a palavra certa era em questão de apoio também, tem alguns grupos que conseguem como se fosse em questão do que a gente tava falando em negócio de bairro que ajuda crianças que não tem nada pra fazer e dá uma atividade pra eles, eu vejo protagonismo nisso também. Também em questão de apoio, dar apoio aos jovens, pode ser adulto, mais a jovens, porque é juvenil né?! Em questão de crianças essas coisas de balé, é como se fosse um apoio mesmo. (MICA, GF, p. 22)*

No entanto, é preciso ponderar o risco de se cair na perspectiva assistencialista do apoio institucional e comprometer o fortalecimento e a autonomia do jovem. Nesse sentido, destaco a concepção de apoio para Valla (1999, p. 10):

Qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, ou seja, que gera efeitos positivos tanto para o recipiente, como também para quem

oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas.

Segundo Silva *et al.* (2014), o apoio possui quatro principais fontes: 1) apoio familiar, por considerar a família como lócus de socialização primária; 2) apoio comunitário, aquele que advém da própria comunidade, através dos líderes comunitários, associações, vizinhança que partilha de vínculos afetivos, grupos de jovens, idosos, e mulheres que residem no lugar, etc; 3) apoio religioso, como expressão da espiritualidade, através das crenças e práticas que propõem respostas às questões existenciais, pois a religiosidade evoca, ainda, a certeza de não se estar sozinho diante das situações de sofrimento; 4) apoio institucional, referindo-se ao apoio das instituições de um modo geral, juntos das ações no âmbito social, que visam garantir os direitos e a cidadania.

Considero importante o entrelace de todas estas fontes, pois assume função mediadora, expandindo recursos individuais, produzindo efeitos emocionais e comportamentais positivos e uma percepção dos jovens como potentes na transformação de suas vidas. No entanto a pesquisa aponta com maior ênfase, frente às implicações psicossociais do protagonismo, para a importância do apoio familiar e do apoio institucional. O apoio familiar surge principalmente no contexto de aceitação da condição do jovem, que implica seus modos próprios de ser e viver, suas escolhas e seus caminhos. E o apoio institucional é representado pela política pública e se torna o solo fértil para favorecer o fortalecimento do jovem na direção do protagonismo, via fundamental para alcançar o desenvolvimento e a transformação.

Para alcançar esse fortalecimento pessoal e coletivo, é preciso favorecer processos para que os jovens supere a indiferença, a insegurança, a negatividade de seu contexto, a fim de permitir seu acesso aos recursos que necessitam e fortalecer sua potencia de ação (SAWAIA, 2011) e gerar transformações.

No grupo pesquisado, o processo de fortalecimento implicou na participação dos jovens em um grupo de dança que, através do reconhecimento social de outros jovens, da família e da política pública, foi fundamental para favorecer o desenvolvimento do protagonismo integrando as dimensões individual e coletiva. Sobre a criação desse grupo de dança, Jegad explica como ele aconteceu:

*Ai foi quando eu conheci uma integrante do grupo que hoje não é mais, conheci ela, ela me falou sobre o grupo e me convidou pra conhecer e tal, ai*

*quando eu fui assistir era assim totalmente diferente do que a gente é agora né? mas era um grupo de dança. Então eu me interessei, gostei bastante, entrei né? Com um tempo o grupo acabou, que era mais voltado ao hip hop, como eu já tinha falado. Era um grupo assim bem amplo, era muito menino e poucas meninas, e aí esse grupo se desfez, pois o líder foi embora. E aí eu peguei esse pessoal que ficou, que não queriam terminar de dançar, aí eu fiz no meu estilo, que é mais voltado ao Pop e tal, e aí foi criando, foi criando e aí a gente fez o couver, porque na época era sucesso com a Leide gaga a Britney e era um maior sucesso assim, absoluto. E aí como a gente tinha meninas pra fazer isso né?, a gente aproveitou aquele momento, aí a gente passou três anos sendo couver. E aí fez sucesso, foi quando a gente ficou conhecido nos bairros próximos né?, nos lugares e aí, com o tempo também o grupo teve que se desfazer pela saída das couveres e a gente ficou sem rumo nenhum, porque o foco principal era em uma pessoa pra fazer o couver todo. E aí foi quando a gente decidiu criar o Radar, né? (JEGAD, E1, p. 02)*

Vemos, portanto que a dança é um espaço que propicia realização individual e que, quando compartilhada com outros jovens, gera o sentimento de identificação, de sentimento de pertence e de prazer. Para Costa (2001), a autorrealização compreende o desenvolvimento do potencial individual, a partir da realização dos desejos e metas que cada um estabelece para si próprio, ao longo de sua vida.

Ademais, a constituição de relações de afetividade e cooperação foram fatores consideráveis no processo de expressão e socialização desse grupo, incluindo a figura do líder que era um jovem membro do grupo, morador da comunidade e participante do grupo como todos os outros. Nesse cenário o protagonismo das ações passava a ser movidas pelo afeto e pelo interesse. Quando questionei no grupo focal o que leva o jovem a ser protagonismo, Rael colocou: *“eu acho que o caráter, a dedicação, o bom estímulo, estímulo alto, a perseverança da pessoa, acho que seria um dos pontos principais pra ser. (RAEL, GF, p. 21)*

A partir das experiências pessoais e em grupo, o jovem Rael afirma se considerar protagonista,

*Até porque o que agente faz é um protagonismo na vida, a gente atua na vida tudo que a gente faz, basicamente é isso, então um dia que a gente produz uma ação diferenciada, tipo a gente atua o tempo todo, senão que a gente atua com a vida, da forma que a gente é, do que a gente sente, basicamente é isso. (FAEL, GF, p. 20)*

A afirmação da identidade de jovem protagonista está atrelada a ideia de atuação, isso já implica um processo de auto-realização e, portanto, de fortalecimento. Atrelado à concepção de ação, tem a de produção, ou seja, para eles o jovem protagonista é *“Quem tem a vida mais produtiva também, né? É bem no trabalho, é bem*

*na dança, essas coisas assim, na escola também, acho que é mais isso”* (ANA, GF, p. 20).

Para esta jovem, vida produtiva está ligada a realização de diversas atividades e somada a resultados positivos. Esses resultados são dados a partir do reconhecimento do outro de que aquele modo de vida produtivo é o mais adequado para o progresso da sociedade. Vemos embutida uma perspectiva ideológica aí, uma vez que a produtividade pode ser analisada a partir do que a sociedade, a família e a política pública demandam para o jovem. Por outro lado, reitero outra ótica se a gente pensar a produtividade na perspectiva de realização pessoal do jovem, com foco na sua autonomia e libertação.

### **6.3 A liderança para o jovem Jegad: “é preciso saber lidar com o balançado que o barco vai andando”**

*“Será se liderança e cooperação são requisitos para o jovem protagonista?”*  
(DC, 03/09/13).

Para tematizar a questão da liderança é preciso partir de uma teoria de grupo. Para Bales (1950), um grupo se dá à medida que os membros se comunicam entre si, soluciona problemas básicos, são capazes de realizar tarefas, construir solidariedade. Para Lane (1994), é preciso considerar o aspecto histórico e dialético do grupo, reconhecendo que este se constrói em um determinado espaço e tempo e é fruto das relações que se fazem no cotidiano, articulando aspectos subjetivos, grupais e objetivos.

Em um grupo, existe a figura do líder com o intento de obter a cooperação em uma tarefa comum (BARBARA, *et al.* 2009). A liderança é resultado da intersecção entre o conhecimento, habilidade e o desejo (COVEY, 2014). Compreender o processo de liderança é preciso considerar os planos social, simbólico, identitário e cultural, presentes na relação entre o líder e os membros do grupo (MACHADO; DAVEL, 2001).

Para ser um bom líder é necessário antes de tudo, entender objetivos do grupo, pois é com isso que o líder vai lidar. A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana (GALVÃO, 1998), “se o líder tem comportamentos adequados

em situações particulares e estes se ajustam às preferências dos membros do grupo, eles atingirão seu melhor desempenho e se sentirão satisfeitos” (VIEIRA, *et al.*, 2008, p. 03).

Aqui me refiro à liderança em um grupo de jovens, com o destaque de que o líder é uma figura pertencente ao grupo, diante desse cenário surge a confusão de papéis como uma dificuldade enfrentada nesse tipo de liderança, como afirma Jegad (E1, p. 05):

*Vou começar logo pelas dificuldades, é... O grupo Radar, foi criado por um grupo de amigos, né?, São meus amigos, e as pessoas que estão no grupo são mais próximas a mim, só que é muito difícil, principalmente pra eles associarem a minha imagem amigo e líder do grupo. Porque lá dentro eu trato eles como amigos, claro, com respeito, mas tem certos momentos que a gente tem que puxar a orelha, tem que dar um grito, e tem que chamar atenção, tem que dizer, tem que corrigir, esses tipos de coisas.*

Desse modo, o exercício da liderança exige uma compreensão do processo e do sentido de ser líder, bem como do desenvolvimento das habilidades necessárias e principalmente da aplicação dessas habilidades na sua prática. As habilidades se referem a comportamentos sociais que contribuem com maior qualidade e efetividade das interações do líder com os outros membros, a considerar a especificidade situacional-organizacional (DEL PRETTE *et al.*, 2008).

Ressalto ainda, que as teorias de liderança abordam essa categoria mais voltada para um contexto organizacional e a partir de uma perspectiva de formação e qualificação imprescindível para constituir um líder. Situo aqui a liderança no contexto juvenil, que pode se fazer presente de forma mais clara nos espaços de participação da juventude, como grêmios estudantis, conselhos de jovens, centros acadêmicos, em que a figura do líder é visivelmente reconhecida.

O grupo tinha um líder que era um dos jovens integrantes, em contraposição aos outros grupos de jovens em que a pessoa referência geralmente é um educador, contratado pela política pública, que atua como líder ou facilitador do grupo, gerando uma vinculação diferenciada. Para os jovens, existe o que eles denominam, no linguajar comum de “o dono do grupo”, aquele que ensina como dançar, ressaltando um lugar de poder que é dado ao “dono do grupo”, semelhante ao poder atrelada a figura do professor para a educação bancária (FREIRE, 2001). Sobre essa questão, pude registrar durante a observação participante, nos ensaios dos jovens:



*Percebi que existe uma diferença entre o líder do grupo e o dono do grupo. O líder é aquele que conduz ou facilita os ensaios e também faz parte do grupo, como todos. O dono do grupo é o que organiza, administra, coloca o grupo pra competir e ganhar dinheiro, mas não está como participante do grupo, apenas organiza e assiste. (DC, 13/01/14).*

Pensar o fortalecimento pessoal sob essa ótica em que o jovem se torna o líder de seu grupo contribui também com a participação pessoal e coletiva. Isso é um resultado que destaco como importante nessa pesquisa e que pode ser sinalizador nos trabalhos com juventude. Pois se trata de uma atividade, em que implica participação e decisão advinda dos próprios jovens, consistem em condutas fundamentais para alcançar as transformações desejadas, em que promove autonomia e independência nas ações, expressas desde a organização do ensaio, as escolhas das músicas, a montagem do figurino, etc. *“Pensar o protagonismo é pensar no espírito coletivo, é pensar em si e no outro, é pensar na cooperação e solidariedade”* (DC, 03/09/13).

Este estudo traz um tipo de liderança que se originou, distante de modelos institucionalizados, se encontrando nas interlocuções entre os jovens, onde a referência surgiu pela história, pela vinculação e em prol dos objetivos, que no caso do grupo pesquisado era ter um espaço para dançar. Então, a amizade e o vínculo do líder com os outros membros emergiram como fator diferencial na constituição desse grupo,

*Os meninos são meus amigos entendeu, então, o bom disso é que eu to a vontade ali. Ali, independente do que aconteça, eu posso contar com eles todos (sic), porque só tem amigos dentro da minha sala, né?, são pessoas que eu confio, são pessoas que a gente sai dali a gente vai lanchar, aí no outro dia a gente tá no cinema, a gente é um grupo dentro e a gente é um grupo fora, só que é o mesmo grupo, só que vem acrescentando gentes novas, gente mais de fora, então é fácil pra mim, é fácil para os meninos porque eles me respeitam. (JEGAD, E1, p. 06)*

Nesse sentido, surge uma liderança que emerge do encontro dos jovens em grupo, mediados pelo desejo de fazer algo junto. Na minha análise, é um lugar de exercício do protagonismo juvenil, conforme afirma o jovem, a liderança acontece, *“porque ali é um grupo de amigos, e ao mesmo tempo eu quero levar ao nível pelo menos profissional, porque o nível que a gente dança é mais pro lado profissional”* (JEGAD, E1, p. 06).

É nessa direção que o jovem vai desenvolvendo habilidades sociais, lutando coletivamente por um objetivo em comum firmado pelo grupo, e inventando outros espaços de participação. No caso do jovem líder, que passou pela experiência de

acompanhar um grupo, o levou a vivenciar a liderança compartilhada com outro jovem, no entanto ele passou por uma situação onde perdeu a partilha da liderança e isso o levou a perceber que poderia delegar funções e contar com a participação dos outros membros do grupo também.

*Sim, a organização, quando começou, como eu te disse, né?, era eu e o João, a gente que organizava tudo: roupa, montagem, figurino, coreografia, tudo, sempre foi eu e o João, só que depois que ele saiu eu tive que colocar cada um com uma responsabilidade. (JEGAD, E1, p. 07)*

Assim, reconheço nele qualidades de um líder que perpassam, a eficácia, saber ouvir e saber delegar funções (COVEY, 2014). Mesmo desconhecendo teorias de liderança, Jegad teve a compreensão que esta liderança não poderia ser exercida sozinha, baseado na sua experiência ele afirma:

*Ai agora que eu fiquei sozinho, os meninos me ajudam, claro, né?, mas ai sozinho ficou mais complicado ainda né, agora tenho que me virar em três pra fazer montagem, coisa que ele fazia, agora tenho que fazer coreografia com a ajuda de quem tem uma desenvoltura mais voltada pra passos mais voltados para o feminino né?, e eu quero passos fortes né?, quero feminino, mas eu quero passos fortes né?, e a gente tem que juntar tudo. (JEGAD, E1, p. 07)*

Nesse processo aprender a ser líder e desenvolver outras habilidades a partir das situações que iam surgindo, ele foi descobrindo que mesmo delegando as funções aos outros membros ele não perderia seu lugar, pois ao líder caberia certas decisões sobre o grupo. Isso se fez presente em seu discurso quando ele afirmou: “*eu faço a organização do grupo, puxo o grupo e agora to fazendo a montagem do grupo, e as decisões entram a mim, tipo, se a gente vai dançar em tal canto, é, figurino...*” (JEGAD, p. 07). Dentre essas habilidades sociais, é interessante notar como ele interage e delega as funções aos outros jovens, ao atentar a sutileza de partir do potencial positivo de cada um, pois “*Cada um é responsável por alguma parte né?! Não tem gente que vai só pro ensaio e do ensaio vai pra casa, todo mundo faz alguma coisa, em relação a figurino, a passo, a dinheiro, a tudo, todo mundo ta ajudando*” (JEGAD, E1, p. 07). Assim esse jovem vai constituindo-se líder ao longo do processo, e vai delineando caminhos de promoção da autonomia de cada membro do grupo e, por conseguinte do grupo como um todo. Assim considero a corresponsabilização como elemento fundamental no exercício da liderança que leva ao protagonismo, considerando as dimensões individual e coletiva.

Fica claro que, assim como há a diversidade no campo das juventudes, há uma capacidade de reinvenção do exercício da liderança. Essa análise surgiu quando penso, por exemplo, nos jovens autores de práticas de violências, chefes de gangues e do tráfico: não seria essa uma maneira de buscar exercitar esse potencial de liderança e obter, de algum modo, reconhecimento? Na política pública, encontrei jovens com o perfil caracterizado pelo “*envolvimento com drogas. Segundo a coordenadora, esses meninos têm uma capacidade de liderança e uma influência grande sobre os outros (...)*” (DC, p. 11/09/13). É fato que esse caminho se contrapõe a uma ordem social e emerge como algo ‘mal visto’ pela sociedade e por ser assim, não se reconhece o protagonismo nesses jovens. No entanto, poderíamos falar da existência de um protagonismo às avessas (sociais)?

Ao alargar a visão sobre liderança, é possível identificar que a realidade da juventude nos dias de hoje cria formas diversas em que o jovem passa a ocupar esse lugar de líder, mas que às vezes se dá na surdina, no apagar das luzes da sociedade. Isso me remete, no campo da saúde comunitária, a figura do cuidador comunitário (GOIS, 2012), aquele que não ocupa um lugar institucionalizado, mas que pela sua história e vinculação com a comunidade é tido como referência pelos que ali vivem. Nesse sentido que o jovem Jegad exerce a liderança no grupo Radar, em que ele é tido como referência, pela sua história e vinculação com os outros jovens e com a dança. Para o jovem, para exercício da liderança é preciso,

*Primeiramente paciência, ter muita paciência, porque o grupo é grande, então são 15 pessoas diferentes, agem diferentes, falam diferente, e entram gente nova, sai gente antiga, e aí quando entra gente nova a gente tem que saber como lidar, porque ela não sabe nada e fica perdida no meio da gente e a gente tem que lhe da com tudo, com todo mundo, com todos os tipos e com todos os jeitos. (JEGAD, E1, p. 07)*

Cientes de que os conflitos é uma constante da dinâmica interpessoal, por conta das diferenças e que é inerente a existência humana, lidar com pessoas diferentes em um mesmo espaço representa se deparar com a existência de conflitos. Nenhum grupo está livre disso, e é daí que surgem as mudanças, o crescimento e o desenvolvimento de cada um e de todos. Uma das habilidades sociais que é requerida nesse momento, é a habilidade de gerenciar conflitos, o que significa não negá-los e sim vivencia-los. Nesse contexto, o diálogo emerge como uma categoria fundamental no

exercício das habilidades do líder. O jovem Jegad, ao se deparar com uma situação conflituosa, apresentou como tática o seguinte caminho:

*De início foi muito diálogo, não foi difícil, mas foi muito diálogo, conversa e conversa, até que chegou o momento em que ele entendeu, e a gente pôde fazer essa separação entre ele e o grupo e a gente continuar sendo amigos. (JEGAD, E1, p. 11).*

Assim, frente a esse exercício da liderança do jovem, considero o diálogo como elemento fundante do protagonismo no grupo. Para Freire (1994), o diálogo é necessário para a busca de um novo sentido da existência humana e é base para construção de uma cultura amorosa, crítica, criativa e solidária. Nesse sentido, vai na direção de superar uma forma de pensar totalizadora e propor uma nova visão epistemológica a partir da produção do conhecimento de forma dialógica e dialética, com base na comunicação. É isso que dá sentido ao mundo e as relações entre os seres humanos. Junto do diálogo, soma-se a problematização, condição fundamental para o processo de conscientização, mediante o qual se desenhará histórica e subjetivamente o sujeito histórico. Então o diálogo é uma forma de construir caminhos de libertação a partir de uma práxis coletiva sobre a realidade compartilhada e vivida (OLIVEIRA, XIMENES, *et al.*, 2008). Essa prática se dá atravessada pelo respeito e pela solidariedade, como pude perceber no grupo de jovens pesquisados:

*Era muito diferente a relação do líder com o grupo, frente a outras relações de educadores com os jovens, por outros projetos que já andei vendo e participando. Era uma relação de parceria. Acredito que pelo fato do líder ser mais um dos jovens, eles se davam muito bem, não havia hierarquização, mas sim compartilhamentos, solidariedade e respeito. (DC, 28/09/13)*

Além do mais, é muito comum encontrar nesses espaços de maior concentração de jovens, principalmente de jovens que ocupam lugar de destaque e reconhecimento, pessoas referências que estão ali para gerir e guiar o grupo, a essas pessoas se dão em várias denominações, como educadores sociais, facilitadores, animadores, condutores, até mesmo dono, como é o caso de outros grupos existentes no CUCA. É nesse sentido que aponto uma possível direção a ser tomada como referência nos trabalhos como juventude. Enxergar no próprio jovem esse potencial de articulação e liderança frente às necessidades, desejos e sonhos que eles já possuem. Isso exige reconhecer o potencial que lhes é inerente, construir estratégias para identificá-lo, reconhecê-lo e fomentá-lo. Por vezes, a liderança está pulsante na realidade vivida por

esses jovens, e, ao deixarmos de reconhecê-la, ela escapa as nossas vistas e toma outras direções.

#### 6.4 Protagonismo e autonomia: duas faces de uma mesma discussão

*Minha mãe me abençoou,  
Meu pai não quis me dizer quem eu sou,  
Me mostrou que só eu posso  
Fazer minha história.*

*(Dançando com a vida - Sandra de Sá e Gabriel, O Pensador)*

O conceito de *auto-onomia* se contrapunha a concepção de submissão e escravidão. Essa palavra nasceu na Grécia Antiga e expressava a possibilidade de alguém atribuir-se o próprio nome, ou seja, se referia aquele apto a falar de si, a elaborar suas regras cidadãs e a viver segundo elas (JANUÁRIO, SILVA, KARIM, 2007). Este conceito vem se constituindo ao longo da história em diferentes contextos, aparecendo na literatura, atrelado a concepção de participação social e política (MARTINS, 2002). Essas discussões se dão desde a democracia, em que a busca pela liberdade era sinônimo de autonomia. Para Bobbio (2000), para garantir a autonomia é preciso dar condição as pessoas para que elas possam ter alternativas reais e decidir.

Nesse sentido, um grupo autônomo é aquele que governa a si próprio. E isso foi possível identificar desde a origem do grupo até o modo como foi constituindo até hoje. No início da pesquisa, desde o primeiro contato com os jovens, o comportamento e a forma de se organizar denotavam elementos que o diferenciavam de outros grupos. “Segundo o que me informou a coordenadora, aqueles grupos de reuniam e ensaiavam sozinhos. Eles que montavam a apresentação, escolhiam desde a música, a dança e até as roupas” (DC, 04/09/13). Com isso, esses jovens estruturavam os ensaios e as apresentações, sem a intervenção de educadores ou outros profissionais da instituição política pública. Ao longo da pesquisa,

*Chamou minha atenção a autonomia individual e do grupo. Apesar de contarem com um líder que “puxava” (termo usado por eles) o ensaio, eles se auto-geriam de forma incrível, havia conexão e coerência entre os comportamentos deles todos, pareciam que já sabiam a hora de tudo. A hora de parar o ensaio pra ir beber água, a hora do intervalo, os passos pro aquecimento, a hora de terminar. Era muito diferente a relação do líder com o grupo, frente a outras relações de educadores com os jovens, por outros*

*projetos que já andei vendo e participando. Era uma relação de parceria. (DC, 28/09/13)*

Nesse sentido, vemos que a autonomia perpassava a relação entre eles, a ausência de hierarquização, bem como os valores que eles cultivavam no cotidiano, como solidariedade e respeito mútuo.

*Tenho percebido um movimento dialético de cooperação e participação entre eles. Algo movido pelo interesse e que por assim ser, gera autonomia. Algo que envolve o fortalecimento da identidade deles. Atuam em grupo, cooperam, e assim obtêm resultados que são fortalecedores da identidade pessoal e da identidade do grupo (DC, 05/10/13).*

Nesse sentido, a história mostra que o conceito de autonomia estava associado à busca da liberdade, era uma questão da pessoa decidir ser sujeito de sua própria vida. Podemos falar também de uma busca por liberdade coletiva, numa ótica marxista. *“A autonomia traria como elemento referencial de oposição a noção de dependência, isso é, o não-exercício pleno dos direitos e o cerceamento imposto por determinantes externos”* (JANUÁRIO, SILVA, KARIM, 2007, p. 13). Essa independência aparece claramente na forma de organização do grupo, onde eles se corresponsabilizam pelas atividades a serem desempenhadas. Além disso, ocorreu um fato durante a pesquisa que para mim significou exemplo de autonomia e resiliência do grupo. Eles infringiram uma regra de convivência da política pública, que dizia que eles não poderiam faltar o ensaio mais de quatro vezes sem justificar que a punição seria a perda do espaço e para tê-lo de volta teriam de participar de reuniões. O fato é que eles descumpriram essa regra e perderam o espaço. O que fazer? Onde ensaiar? Se por um lado, poderíamos pensar que eles esperariam o dia da reunião para justificar e reivindicar, eles fizeram diferente, *“(…) a válvula de escape foi fortalecer os ensaios no outro espaço que eles tinham, que era a associação comunitária. Percebi então que, independente da política pública, eles tinham como se virar”* (DC, 12/11/13).

Assim, esse grupo de jovens não estão atuando de forma dependente da política pública. Eles se utilizam dela, se favorecem, fazem junto e reconhecem, no entanto, eles existem para além delas. Outro ponto que corrobora com isso, são os espaços em que esses jovens conseguiram chegar, as entrevistas que já deram em redes de televisão e rádios, as apresentações que fizeram em boates famosas, em festas e confraternizações espalhadas pela cidade. Isso tem contribuído para o desenvolvimento da autonomia e profissionalização do grupo:

*A gente sente assim prestigiado no caso, a recompensa que a gente tem das coisas que a gente já fez programas de tv que agente já participou, isso tudo tem aquele reconhecimento bastante, tipo... hoje eu trabalho com a Luana do Crato, a Mica também trabalha na loja que ela tem de maquiagem, eu trabalho como coreógrafo na escola que ele participa, no caso o rapaz que faz a personagem Luana do Crato, ele é diretor de cultura do sesc, eu trabalho com ele, então foi tipo, portas que vai se abrindo nesse decorrer que eu tive no Radar, entendeu?(RAEL, GF, p. 16).*

Vale ressaltar que esta autonomia se fazia presente desde e até em suas histórias pessoais, marcada por independência financeira e emocional. A Renda pessoal de cada um revelava a autonomia financeira em seu processo de desenvolvimento e por si só justifica o protagonismo juvenil. São jovens que trabalham, tem sua renda pessoal, não dependem dos pais para subsistência, alguns inclusive contribuem com os gastos de casa.

Destaco a história do jovem Dado, que desde criança sempre gostou de dançar, mas nunca tivera oportunidade para realizar seu desejo. No caso de Dado, seu ingresso no grupo se deu porque ele havia sido excluído de sua igreja pelo fato de ter se envolvido com um amigo. Vemos que emerge o conflito da religiosidade e da sexualidade. Ao fazer parte do grupo Radar, suas oportunidades de realização profissional se abriam e ele pode ter acesso ao mundo do trabalho através da dança, sua realização pessoal, e através de uma contratação em uma loja de roupa famosa, onde ele executava o papel de auxiliar de estilismo, um caminho que o aproximava do seu sonho de fazer estilismo e moda.

Vemos que existe uma dimensão individual na constituição de um caminho para autonomia, dimensão essa que parte das ações dos jovens em direção ao mundo, bem como uma dimensão coletiva, que pode advir da facilitação das relações externas, como a família, a escola e a política pública. É importante assinalar que o processo de autonomia é constituído por uma dinâmica individual e coletiva, que opera concomitantemente. O motor fundante da ação geradora de autonomia deve estar baseado no desejo. Caso contrário, se a ação for movida por obrigação, por normas ou regras definidas e estabelecidas por outrem, não haverá autonomia. Nesse sentido, “as possibilidades e limites para o exercício da autonomia são dados, historicamente, por um conjunto de fatores. Ela só pode ser definida, portanto, como relação social” (MARTINS, 2002, p. 219). Coerente com essa ideia, Castoriadis (1991) defende a autonomia como uma empreitada coletiva.

Quando falamos de uma instituição ser ou não promotora de autonomia para os jovens, vemos nessa relação um potencial e um risco. Potencial no sentido da instituição favorecer o desenvolvimento da verdadeira autonomia, respeitando os caminhos, desejos e sonhos dos jovens, assim como seus valores e regras pessoais e coletivas, enquanto jovens. Ou, por outro lado, pode favorecer o desenvolvimento de uma suposta autonomia. Caso esse grupo não fosse auto-gerido, uma vez que as atividades fossem viabilizadas pela instituição, o risco seria o seu mantenedor ditar as regras de sua atuação, retirando-lhes qualquer autonomia.

Nesse sentido, o termo auto-gestão ou co-gestão passa a ser utilizado como sinônimo de autonomia, por designar uma nova forma de organização política, econômica e social (MARTINS, 2002). Essa co-gestão, gera corresponsabilização e participação, conforme descreveu o líder, ao se referir a forma como lidar com a organização do grupo:

*(...) tipo tem um que trabalha na loja de roupas, ele mexe com moda, ele mexe com desenho, com coisas mais fácil, então eu joguei pra ele e agora ele fica responsável, eu digo que quero uma roupa tal, de tal jeito, de tal cor e ele trás, como ele trouxe ontem, as fotos, trouxe desenhado, ai outra menina mora perto da costureira onde são feito nossos figurinos e ela fica responsável de ficar indo la, de dizer quando é que a gente tem que ir, quando é que a gente tem que ir lá tirar a medida, ela fica responsável pelo o dinheiro que a gente arrecada pra pagar as roupas e ai a gente entrega a ela. E ai os meninos tem muita facilidade em fazer cabelo e maquiagem, então já fica com eles, fazer cabelo e maquiagem, e apresentação com as meninas. O Tiel tem muita facilidade em fazer passos, então ele agora faz coreografia comigo, então, agora ficou bem espalhado. Ai tem o outro que mora aqui próximo, ele cuida da parte da divulgação... (JEGAD, E1, p. 07)*

Isso me permite considerar que os jovens, de um modo geral, se organizam em grupo de forma autogestionária, e estão por aí, pelos espaços, pelas escolas, pelas praças (como grupos de jovens skatistas), pelas ruas (com grupos de jovens do hip hop, da capoeira), fazendo o que gostam e o que querem, ditando e constituindo-se suas regras em grupo.

Para tanto, precisamos pensar caminhos de atuação com esses jovens, sem desconsiderar suas regras, suas culturas e seus valores, sem retirar-lhes qualquer autonomia, pois “Na transição da heteronomia da infância à autonomia do mundo adulto, o protagonismo juvenil pode exercer uma influência construtiva da maior relevância, ao permitir o crescimento pessoal do adolescente, com base no desenvolvimento da autoestima e na construção da identidade” (COSTA, 2001, p. 31).



As noções de autonomia e de protagonismo apontam para o surgimento de uma nova concepção de política pública que considera o jovem um protagonista de sua vida e não apenas um cliente ou usuário dos serviços oferecidos pelo Estado. Sendo assim, a discussão entre autonomia e protagonismo se consolida como fundamental para conceituação do protagonismo juvenil.

### **6.5 O Grupo de dança como facilitadora do protagonismo: “*não tem recompensa maior do que a sensação de estar em cima do palco*”**

*Eu,  
Tô... dançando com a vida,  
De rosto colado,  
Abraçando apertado,  
Que delícia viver!*

*(Dançando com a vida - Sandra de Sá e Gabriel O Pensador)*

A compreensão do sujeito e sua relação com o grupo têm como seu nascedouro os estudos sobre Biologia (ciência da vida) e sociologia (ciência da sociedade), tendo como ciência intermediária a Psicologia social (ciência do comportamento social) (MINICUCCI, 2010). Nesse sentido a Psicologia Social surge para estudar, medir e avaliar a influência do grupo social sobre o indivíduo. Para Lane (1994), a Psicologia social toma como aspectos fundamentais os grupos ao qual o sujeito pertence, como família e escola, considerando a identidade social e o desenvolvimento da consciência. Com o avançar dessa ciência na história, constatou-se a existência de fenômenos psicossociais nos grupos, considerando relações entre o indivíduo-grupo-sociedade.

Minicucci (2010) afirma que existem algumas forças psicológicas e sociais que atuam no grupo e se fazem sentir através de: coesão, coerção, pressão social, atração, rejeição, resistência a mudança, interdependência, equilíbrio e quase equilíbrio. É nesse sentido que os psicólogos ao estudarem grupos, se preocuparam com o comportamento dos indivíduos em sua atuação interpessoal. Para Lane (1994), os grupos sociais possuem normas que regem o comportamento dos indivíduos, caracterizando os papéis sociais. Para ela, a vida em grupo envolve a construção do eu, resultando do entrelace entre identidade social e consciência. De um modo geral, qual o significado do grupo para os jovens? E para os jovens aqui pesquisados?

A história tem mostrado que as constituições em grupos servem para acionar a ideia de identidade e para reivindicar direitos de cidadania para seus coletivos, porém

sem demarcar recortes etários. Na década de 90, vimos, sobretudo, em áreas pobres e violentas, o surgimento de novos coletivos juvenis em torno de artes gráficas, danças, estilos musicais, com destaque no movimento Hip Hop. Nestes chamados “grupos culturais”, ampliaram-se espaços de agregação juvenil, experimentação e de criação estética (NOVAES, 2006). Nesse sentido, que a constituição de grupos para os jovens hoje é parte fundante da constituição de suas identidades. Assim, o fazer parte de grupo assume um sentido para o segmento juvenil, bem como um significado para cada um:

*(...) mas o que significa pra mim é o lance da liberdade que eu falei ainda, só que quando eu comecei a dançar no Radar foi quando eu me senti mais como eu mesmo assim, mais liberto assim, de fazer o que eu quiser, de tipo, de me mostrar, essas coisas, porque eu não tinha antes, eu era mais preso, mais quietinho, entendeu?(DADO, E2, p. 01)*

Essa identidade do grupo pesquisado se constitui no plano dos valores sociais, em que eles criam as próprias imagens e regras de conduta, os modos de agir e a convivência social mais adequada entre eles. Damasceno (2013) destaca dois aspectos relevantes na formação dos valores sociais juvenis, um referente aos fenômenos relacionais, que gera um clima amistoso ou conflituoso entre os integrantes e o outro referente às características peculiares de cada grupo, tendo em visto o modo como se formou.

No caso do grupo aqui estudado, identifiquei que sua formação se deu pelos gostos em comum, como o amor pela dança e pelo mesmo estilo de música e a identificação no que tange a homossexualidade masculina. Daí eles buscam a formação de guetos ou grupos juvenis, como um espaço de refúgio, em que eles buscam satisfazer o que possivelmente não satisfazem no seu ambiente familiar, como afirma Rael, ao se referir aos companheiros do grupo Radar “*são as que eu considero os irmãos da minha família, vamos dizer assim, é o meu 2º refúgio*” (RAEL, GF, p. 16). Lane (1994) afirma que a família é o primeiro meio de socialização do sujeito, e que a escola se constitui como o segundo meio de socialização. Ao pensarmos isso no contexto da juventude, analisando a escola como um espaço institucionalizado e permeado por regras que fazem os jovens sentirem-se oprimidos, podemos considerar esses espaços de grupo como uma linha de fuga, se constituindo outro meio de sociabilização mais libertário para o jovem, quase em substituição a escola que hoje é opressora.

Outro ponto interessante constatado é que todos os jovens buscaram estar em grupo depois de um momento de intensa crise e conflito de valores. No caso de

Dado, por exemplo, ele havia sido expulso da igreja por ter se envolvido com um amigo. No caso de Jegad, ele se sentia só e sem amizades, e buscava um sentido para sua Vida. Ana estava em um grupo de dança, mas não se identificava e ficava temporariamente entrando e saindo nesse grupo. Nesse sentido o grupo significou um espaço onde eles puderam ser o que eles quiseram, “*eu levo o Radar pra mim é como se fosse uma forma de liberdade*” (DADO, GF, p. 17). O ingresso em grupo demarca fases na vida desses jovens, representando a esperança de um modo de ser novo, mais livre:

*Mas eu levo o Radar, trouxe assim uma nova fase da minha vida pra mim, então é uma forma também de esquecer o mundo, chego do trabalho cansado, mas aí tem ensaio a gente pensa que vai ser cansativo, que vai ser estressante, as vezes é, mas normalmente é assim como um alívio, não deixa de ser um alívio pra mim, porque eu esqueço de tudo assim fora, então eu acho que é mais isso. Eu levo o Radar mais como liberdade, seria a palavra que se encaixaria (DADO, GF, p. 17).*

Vejo esse grupo de jovens como um reflexo de uma juventude maior que busca por liberdade de ser e de expressão. Uma juventude inquieta e inconformada com os espaços de opressão que lhes são oferecidos. Uma juventude inventiva, ousada que cria novos modos de ser, e para isso é preciso também criar novos espaços que os permitam viver esses modos de ser que são próprios de um estado de criatividade inerente a vivência juvenil. E esses são espaços que geram uma cumplicidade consigo, um olhar para si, e uma segurança própria, fruto do potencial de entrega naquele ‘mundo’ que eles constituem e que se sentem seguros por ser um mundo deles.

*Pra mim o Radar é tipo um grupo que eu vou assim pra sair de tudo que é ruim de perto de mim, sei lá eu não sei falar, mais o Radar é um cantor só meu, posso fazer o que quiser, dançar do jeito que eu quiser, sem ninguém poder falar, mas o pessoal elogia muito eu não sei porque mas é o Radar é mais isso, curtidão só minha. (NAEL, GF, p. 18)*

Além disso, há uma relação de cuidado mútuo, de alegria e diversão, onde eles aliviam os estresses do cotidiano corrido e “*as pessoas que tão bem, acaba lhe contagiando*” (ANA, GF, p. 19). É um espaço com resultados terapêuticos, geradores de saúde e bem-estar.

A formação de grupos simboliza, portanto, o reconhecimento da diferenciação do grupo macrosocial e a busca pela identificação e aceitação no grupo microssocial. No caso dos jovens pesquisados, são jovens que gostam de dançar musica pop, diferentes de outros jovens que tem outros gostos, mas que criaram um espaço

coletivo em busca da aceitação como, por exemplo, no âmbito da sexualidade. Essa característica da homossexualidade é o que os diferenciam no contexto da heteronormatividade hegemônica (BUTLER, 2003), *“os meninos do nosso grupo a maioria são gays, são, só que a gente não tá lá, a gente não julga ninguém”* (MICA, GF, p. 18). Essa fala é de uma jovem, que se mostra coerente com a afirmação de Castro *et al.*, (2004, p. 284): *“o preconceito de ter um amigo homossexual é mais forte para os meninos do que para as meninas”*.

No entanto, apesar disso, o grupo é o espaço que eles criam, se fortalecem, a partir da aceitação do outro, enquanto identidade e diferenciação. Isso ficou claro na narrativa de Dado quando ele disse: *“Eu acho que foi mais assim depois de eu ter entrado no grupo que eu acabei assim me soltando mais também, aí acho que foi mais assim, ser quem eu sou é mais com relacionado com a minha sexualidade mesmo”* (DADO, E2, p. 31).

Na concepção de Moreno (1993) a estrutura de um grupo é uma realidade afetiva e cognoscitiva. Por isso a organização das relações vividas é uma expressão da afetividade e da percepção e conhecimento que cada participante tem do grupo, dos outros e de si mesmos. Ou seja, está em grupo envolve desejo e afeto, bem como aprendizagem que gera conhecimento e mudança de percepção de si, do outro e do mundo. Podemos ver isso claramente, quando no discurso dos jovens desde seu ingresso no grupo de dança. A jovem Ana relata a presença do sentimento de vergonha quando diz *“Quando eu dançava no espelho, eu ainda fazia parte do grupo lá na escola só que eu nunca cheguei a me apresentar não, sabe... Eu era muito nervosa pra dançar, vou nem mentir, morria de vergonha”* (ANA, GF, p. 15). No entanto, quando passou a constituir novas amizades e fazer parte de outros grupos que também dançavam e que passaram a reconhecer nela um potencial para também dançar profissionalmente, foi que Ana sentiu-se estimulada e decidida a investir no seu desejo. Esse investimento se sobrepôs ao sentimento de vergonha e a levou a agir para concretizar seu sonho.

*(...) Ai eu não perdi a oportunidade pensei nem duas vezes, eu: “não eu vou, lá em casa, to é la, nem que eu dance mal”. Aí fui e eu gostei me apaixonei porque fazia o meu tipo, sabe... Já começamos logo fazendo uma Hiana, Laidy Gaga, aí vixi... É que eu danço mesmo no espelho sozinha, aí eu gostei, só que teve uma época que eu sai do grupo, pra entrar em outro grupo só que esse grupo não caiu muito bem comigo, entendeu? Porque eu ainda era de menor, e era umas coisas pra maior de idade aí eu não gostei muito não, aí eu voltei de novo... E agora vai dedicação. Só isso. (ANA, GF, p. 15).*

O discurso de Ana, a busca por estar em grupos faz-se imprescindível a vivência juvenil, pois é um espaço de construção de vínculos e de amizade, em que eles podem escolher as pessoas com quem querem conviver de modo mais aproximado. Como afirma a jovem Mica *“foi o grupo que me fez conhecer a maioria dos meus amigos que são até hoje, e é isso em questão que eu falei, união, companheirismo”* (MICA, GF, p. 16). Com isso, é interessante perceber que nessa vivência os jovens vão atribuindo seus significados pessoais ao coletivo, quando afirmam *“pra mim o Radar significa união primeiramente, é o que faz a gente sempre se unir, é o que faz a gente sempre ta junto, é o que faz a gente sempre olhar um pro outro e se divertir”* (MICA, GF, p. 16). Assim o grupo Radar emerge como um espaço de amizade e companheirismo, de diversão e cuidado, sendo, portanto um lugar de apoio entre eles.

Piaget (1956) ofereceu elementos importantes em sua epistemologia genética que nos ajudam a compreender o desenvolvimento do pensamento e a elaboração de processos. Este autor estudou a formação de grupos relacionando-o a operação e cooperação, em que operar é uma ação do trabalho e co-operar é trabalhar com. Para ele esta última tem relação de interdependência com a formação intelectual. A mente precisa se adaptar a uma organização grupal, o que requer que cada participante compreenda o ponto de vista do outro, o que exige uma capacidade de pensamento operatória mais ampla, que, por sua vez é favorecida pelo o trabalho em grupo; por outro lado um grupo só terá condições de funcionar equilibradamente quando seus membros tiverem condições de pensar operativamente. Nesse sentido, aparece outro tipo de comportamento que o grupo desenvolve, chamado de reciprocidade (PIAGET, 1956). Um jovem raciona com mais lógicas quando discute com os outros, em reciprocidade. No entanto, temos a questão: *“Quanto ao protagonismo, como ele poderia se manifestar naquelas danças?”* (DC, 04/09/13).

Nesse sentido, a constituição em grupo, as decisões em torno do figurino, dos espaços de ensaios, dos passos, do estilo da musica a ser dançada, das apresentações, todas essas relações que desenvolviam o comportamento dos jovens e que os configuravam como matriz grupal, são elementos geradores de desenvolvimento e de protagonismo.

De acordo com as narrativas dos jovens, percebe-se uma relação entre o protagonismo e o grupo de dança que, para eles representa uma expressão dos seus próprios talentos, uma forma de ação e atuação no mundo, um jeito de ter uma vida produtiva. É através do corpo na dança, analisada como facilitadora do protagonismo,

que os jovens se expressam enquanto identidades, afinal “o corpo é investido de carga simbólica para ser exibido, jogado na dramaturgia da existência” (PAIS, 2012, p. 121). Sendo assim, podemos pontuar o protagonismo também através expressão corporal. Com isso, ao considerar o protagonismo como expressão do potencial de cada jovem e dos coletivos, podemos fazer um entrelace da arte e da cultura como potencializadores dessa identidade, conforme pontuei,

*De ante mão, dava pra enxergar sementinhas de protagonismo em cada um, a medida que eu ia vendo o quanto eles iam em direção aos seus interesses e interesses do grupo, de modo cooperativo. Fiquei pensando o quanto a arte, como a dança, pode favorecer esse processo de apropriação de si mesmo e do grupo, contribuir com o fortalecimento que, por sua vez, vai na direção do exercício do protagonismo libertário. (DC, 21/09/13)*

A expressão cultural faz parte das juventudes moderna. E como parte integrante dessa expressão cultural, o reconhecimento aparece como categoria imprescindível de constituição de valores para esses jovens. Esse reconhecimento se dá de modo individual e coletivo e se faz presente em muitas dos discursos dos jovens pesquisados.

*É sabe aquela fase que você acha que não é ninguém, ninguém no trabalho, ninguém na escola, que você não é nada? O Radar representa o contrario de isso ai tudim, porque quando eu cheguei no Radar, claro os meninos ajudaram, participaram de tudo, mas sabe aquela coisa como você montasse, como se você mesmo construísse com sua própria mão, ficasse tudo pronto e ninguém pudesse mexer, as pessoas faziam o que quisesse, mas continuava sendo seu (...) (JEGAD, GF, p. 16)*

O reconhecimento de si está atrelado ao reconhecimento do outro, pois existe pela relação com o outro, ao passo que também se veicula ao reconhecimento do “nós”, ou seja, do grupo. E é nessa relação que eles se realizam fazendo o que gostam e partilhando esse fazer com os outros. Isso fica claro quando Mica afirma:

*E é obvio que é muito bom a pessoa chegar pra você e dizer: “Você dança muito!”. Mas eu fico feliz mesmo, do mesmo jeito quando uma pessoa me elogia, eu fico feliz quando eu vejo que nosso grupo ta evoluindo, que ta dando tudo certo, faz parte da minha vida, a dança faz parte da minha vida. Radar (MICA, GF, p. 15).*

Assim, o estar junto é movido pelo desejo de dançar, pela satisfação pessoal, sem interesses capitalistas ou qualquer outro tipo de ambição. Foi o que declarou Jegad: (...) se me pagassem milhões pra eu parar acho que seria difícil, porque pra mim não tem recompensa maior do que a sensação de estar em cima do palco. (JEGAD, GF, p.

17). Com base nessa identificação e realização pessoal que surgiram outras falas e que nos levam a ver a seriedade, o profissionalismo e o compromisso o qual levam esse grupo de dança, como Rael, quando assume que *“Pra mim basicamente representa isso, é uma carreira, vamos dizer assim, um convívio de vida, convivência”* (RAEL, GF, p. 16). E esse grupo, que inicialmente surgiu pelos jovens que queriam apenas dançar, mostrar seu talento, vai se configurando como um caminho que lhes dá acesso a muitas possibilidades de realização dos seus potenciais e sonhos em uma vida adulta. A isso Rael descreveu como o sentir-se prestigiado e denominou de recompensa o reconhecimento e o crescimento que este grupo lhe proporcionou:

*(...) a gente sente assim prestigiado no caso, a recompensa que a gente tem das coisas que agente já fez programas de tv que agente já participou, isso tudo tem aquele reconhecimento bastante, tipo... hoje eu trabalho com a Luana do Crato, a Mica também trabalha na loja que ela tem de maquiagem, eu trabalho como coreógrafo na escola que ele participa, no caso o rapaz que faz a personagem Luana do Crato, ele é diretor de cultura do sesc, eu trabalho com ele, então foi tipo, portas que vai se abrindo nesse decorrer que eu tive no Radar, entendeu?(RAEL, GF, p. 33)*

Fica notório que o potencial desses jovens, junto do compromisso com o que assumiram consigo e com o grupo, gera a capacidade de projetar esses sonhos no futuro. Se hoje existem políticas para juventude focada na produção de cursos técnicos, como computação, eletro e eletrônica, dentre outros voltados para o mundo do trabalho, esses jovens trilharam outros caminhos em que optam pela dança, uma expressão cultural, como um espaço de realização e profissionalização, onde eles assumem com segurança que *‘dão a cara a tapa’*, pois *“a gente vai ali, vai mostrar nosso trabalho, independente se vai ter um que julgue, se vai ter um que goste, a gente vai está satisfeito”* (MICA, GF, p. 18).

Nessa perspectiva de desenvolvimento profissional, eles desenvolveram um olhar prospectivo e crítico sobre as apresentações que realizam. É interessante perceber como eles analisam elementos fundamentais para o bom desempenho do grupo. Eles tem uma visão complexa e contextualizada, ao considerar o lugar onde vão apresentar, que tipo de dança será mais bem reconhecida naquele espaço, que tipo de figurino melhor cabe, como será o público, quais os passos e coreografia que deverão usar. E mesmo analisando possibilidades de frustração, se surpreendem frente o retorno do público, como o jovem Rael descreveu, através de um exemplo:

*Tipo agora recente agente se apresentou numa faculdade, a gente fez assim, a gente já tinha colocado na cabeça que não é igual ao nosso público que a gente sempre vai, a gente pode muito bem esperar a pessoa só assistir, pessoa só aplaudir no final e tudo mais, mais quando a gente colocou o pé, quando começou a dança, a gente viu 250 pessoas praticamente um na 'kakunda' do outro, gritando, aplaudindo, a alegria foi perfeita, eu nunca esperava de jeito nenhum, até porque faculdade pessoas são tão reservadas, aquela coisa e tudo mais, até então o rapaz já tinha até dito que tinha ido alguns músicos lá e o povo ficou lá sentado, só ouvindo, quando acabava aquela coisa, (gesto de aplausos) a gente pensou tipo assim, né? Mas o público foi perfeito, teve uma hora que eu mal ouvia o som, as pessoas não paravam de gritar, foi muito bom. (RAEL, GF, p. 19).*

O planejamento, a forma como o grupo se organiza e se prepara para as apresentações de dança, o compromisso afetivo, pessoal e coletivo com o que fazem geram o reconhecimento social que por sua vez, contribuem com o desenvolvimento do protagonismo na vida desses jovens. Eles fazem o que gostam e o que sabem e isso se mostra como algo produtivo e frutífero para eles, gerador de fortalecimento e autonomia.

Desse modo fica evidente como grupo de dança, como um elemento da cultura e ao mesmo tempo de lazer é geradora de protagonismo. Isso está coerente com o que se propõe o CUCA, ao ser um Centro Urbano de Cultura e Arte, uma política pública voltada para promoção do protagonismo para os jovens.

A promoção da arte e de cultura proporciona uma vivência profunda para os jovens. É interessante observar que as experiências libertárias marcam uma grande diferença em relação a experiências consideradas tradicionais ou superficiais. A primeira delas é a livre expressão das juventudes, reconhecidos como sujeito da ação criativa, com suas próprias necessidades, interesses e capacidades. Nesse sentido, a liberdade conduziria a novas formas de participação social dos jovens, pois não se tratava apenas da liberdade de participar com criatividade, mas sim do estabelecimento de mecanismos de gestão da participação do próprio grupo, escolhido pelo jovem, que conduziria a um caminho libertário para o jovem e para a sociedade como um todo.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Enceno  
Falo  
Grito  
Ouço  
Calo  
Fito  
Sinto  
Deito  
Choro.  
Aplaudem  
Agradeço  
Saio  
E cresço.”*

*(Daiana Geremias)*

Dedicar-me a estudar as implicações psicossociais do protagonismo para jovens pobres representou um grande desafio para a minha práxis, uma vez que, marcada meu percurso, com as crenças e valores inerentes, junto das teorias estudadas sobre juventude e pobreza, passei por confrontos frente à realidade que pouco, a pouco ia emergindo nesse processo de pesquisa. Foi uma trajetória de auto-questionamentos e de problematização teórica, onde me lancei a desbravar conhecimentos para tecer uma nova práxis.

Diante de tal, busquei neste estudo, um mergulho profundo na realidade dos jovens em contexto de pobreza, usuários de políticas públicas, visando analisar as implicações psicossociais do protagonismo na vida desses sujeitos. A convivência com os jovens, durante a observação-participante, facilitou o compartilhamento de suas rotinas e modos de vida, bem como das nuances de se constituírem sujeitos de sua própria condição juvenil. Este termo abre possibilidade de reconhecermos a multiplicidade de juventudes presentes na modernidade e questionar essa juventude como significação de um período de separação da família e inserção profissional. Contudo, questiona-se ainda esse como único caminho promissor de realização e, portanto, de garantia do sucesso para a vida do jovem pobre. Por estar imersos em condição de privação e pobreza, o cenário capitalista poderia pressioná-los a buscar um sucesso pautado no retorno financeiro, e desse modo, se tornarem protagonista. Esta pesquisa apontou outros elementos de realização desses jovens, demarcando outros focos de direção por onde se organiza o modo de vida e os projetos de futuro dos jovens pobres.

Houve momentos do processo investigativo em que via a hipótese de que o protagonismo era um caminho impossível para o jovem em realidade de pobreza. No

entanto, percebia que essa afirmação partia de uma definição a priori que modelava e pré-formatava o jovem protagonista. E que essa definição prévia está imbuída de um valor ideológico que se distanciava das classes oprimidas.

Os discursos dos jovens evidenciaram uma incoerência teórico-metodológica, já que o protagonismo é trabalhado e fomentado entre os jovens por meio das políticas públicas, o que justifica o estranhamento dos jovens frente a esse termo? Além do mais, como tornar os jovens protagonistas? A favor de quem está esse protagonismo? As análises que permeiam esse estudo possibilitaram a contribuição de problematizar o que é esse protagonismo para os jovens e analisar como este conceito está sendo operacionalizado de modo a contribuir com o fortalecimento, a autonomia e a cidadania da juventude pobre brasileira.

A partir disso, pude questionar esse protagonismo restrito a participação política e a atuação social, como propõe grande parte dos referenciais teóricos, e esclarecer a compreensão da concepção comum que o protagonista é o ator de sua própria vida. Não se trata de desconsiderar estas leituras, mas sim de alargar essa concepção para uma visão psicossocial, que considera o psiquismo do jovem se constituindo em dialética com seu contexto social. Nessa direção, as implicações psicossociais do protagonismo são dadas a partir do fortalecimento, da liderança e do reconhecimento. O fortalecimento está relacionado à autonomia e toma como base o apoio social. A liderança tem como base o diálogo e a participação. E o reconhecimento social está relacionado à promoção da cidadania. Esta, por sua vez, está relacionada à participação e autonomia.

Além disso, a dimensão da sexualidade surge como uma categoria presente nas juventudes e fundamental para o fortalecimento e autonomia dos jovens que são represados, marginalizados e excluídos por sua orientação sexual. Assumir a sexualidade como elemento do protagonismo é ir além de uma leitura unidirecional sobre a sexualidade, e admitir uma leitura em que a sexualidade vai definindo aspectos da socialização e educação dos jovens, assim como definindo modos de vida e culturas juvenis. Como pensar o jovem homossexual e pobre, se constituindo enquanto subjetividade marginalizada? Como a sexualidade é um mecanismo castrador ou estimulador do protagonismo juvenil? Como a educação formal e informal pode intervir na relação corpo, sexualidade e sociabilização como mecanismo de libertação desse jovem oprimido? Essas questões emergiram desse processo de pesquisa e exigem uma investigação que dê conta de uma leitura mais apurada da realidade dessas juventudes,

mais especificamente no que tange a relação entre juventude, corpo, sexualidade e educação.

Arelada a isso, a participação juvenil no contexto das políticas públicas, é problematizada como um lugar desviante dos desejos da juventude. Diante deste cenário, vejo que os jovens precisam se apropriar de seu futuro e construir um sentido próprio, assim entendo que essa apropriação vem da participação, de uma agenda construída de maneira compartilhada entre os diversos atuantes segmentos de modo igualitário e livre. De outro modo, isso traria consigo algumas contradições, no sentido de questionar que tipo de participação promove a autonomia do jovem ou que é usada como um mecanismo de pedagogização e controle.

Dessa forma, as políticas públicas para com a juventude deveriam constituir espaços de liberdade, de autonomia e de afirmação dos diferentes grupos de juventudes que compõem o atual cenário social e cultural brasileiro. Além disso, se fez imprescindível neste estudo, demarcar a importância do investimento em educação continuada para os profissionais que atuam nas políticas públicas com a juventude.

Diante de tal, resgato o objetivo geral da pesquisar ‘analisar as implicações psicossociais do protagonismo para jovens em contexto de pobreza’. De modo sucinto, apresento as principais ideias compiladas em torno de cada um dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico ‘descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza participantes das políticas públicas’, foi sendo alcançado ao longo de todas as técnicas de construção dos dados. Através deste, pude conhecer os modos de relação desses jovens consigo próprio, com a família, amigos, namoros e perceber a cultura da pobreza emergir como um modo de viver, de acreditar e de sonhar. É um cotidiano que apresentou características em comum, de ser corrido, marcado por estudos e trabalhos, pelos ensaios, pelo amor à dança, pelo sonho de reconhecimento no presente e de busca pela auto-realização no futuro. Um modo de vida marcado pela necessidade de produção, não pautado em uma produção para a sociedade exclusivamente, mas sim em uma produção que tem como base a satisfação pessoal desses jovens, isso foi o diferencial, gerador do fortalecimento. Nesse aspecto, a questão da sexualidade surgiu como um campo de representação do modo de vida dos jovens e construção de culturas juvenis e modos de sociabilização. Assumir e vivenciar a sexualidade foram gerador de fortalecimento.

O modo de vida marcado pela pobreza e privação se reflete na cultura do silêncio e na opressão do jovem que através de uma rede de relações que se expressa forma velada e silenciosa, através de discursos e práticas, como de algumas políticas públicas para juventude, que no lugar de promover cidadania e emancipação, agem na direção da submissão e do controle, com discursos apropriados e práticas que impedem os jovens de ter consciência e autonomia. O que se observa, de um modo geral, é que as políticas estabeleceram normas de tal forma que fixam agendas e trabalhos, em que visam incluir os jovens dentro suas formatações e seus discursos, dificultando a iniciativa e a criatividade, e assim impedindo-os de proporem suas próprias agendas e discursos, em vez de estimulá-los a construir, por iniciativa própria e coletiva, seu projeto de futuro. Além disso, perceber a análise crítica que a juventude faz das políticas públicas e reconhecer que existe um potencial de ação nos jovens e que na modernidade está se dando através de outros caminhos. Os jovens podem não mais ocupar lugares de participação institucionalizados que a política pública dispõe, mas a modernidade os pressiona a criar outros espaços de ação e participação, espaços mais alternativos, como linhas de fuga e de reação criativa frente à sociedade normativa em que vivem. A juventude atual reinventa espaços de atuação e participação política, utilizando de outros discursos, não mais apenas a fala, mas também a arte, a cultura, o corpo e a dança.

O segundo objetivo específico ‘compreender os sentidos ao protagonismo juvenil por parte dos jovens das políticas públicas’, perpassou o grupo focal que denunciou a falta de aproximação dos jovens desse conceito, isso nos leva a questionar vivemos, em uma sociedade, marcadas pelos rastros da opressão social, como a nossa, pressiona para que tipo de protagonismo?

Perceber a pouca apropriação dos jovens sobre esse conceito produziu uma ressignificação diferenciada acerca participação social e política, bem como da constituição de seu modo de vida e forneceu outros elementos para a compreensão do protagonismo na vida desses jovens. Além do mais, como foi visto e analisado no universo dos sujeitos pesquisados, o protagonismo, enquanto potencial existe em todo e em cada jovem. Em alguns, esse fenômeno se manifesta de forma mais visível e concreta em sua identidade, em seus comportamentos, em suas ações, em outros precisa ser mais estimulado e favorecido.

É visto o quanto o cenário capitalista estimula a competição e ao individualismo, desse modo, como favorecer o protagonismo em direção a uma

perspectiva coletiva? Assim, podemos ver a necessidade de se quebrar paradigmas, como por exemplo, o paradigma do individualismo, e pensar num protagonismo como práxis de libertação, onde a solidariedade e a cooperação possam ser caminhos de superação da realidade de opressão em que vivem os jovens hoje. Essa análise possibilitou repensar o protagonismo sob a ética libertação. Nessa leitura, a Teoria Histórico-Cultural permitiu compreender a constituição psicológica desse jovem protagonista forjada pelo contexto social de privação e pobreza. Partir da ética da libertação é questionar as relações de dependência e dominação que tende a acomodar esses jovens e impedir que eles se incomodem, ou obrigá-los a se incomodar de modos pré-formatados. Pensar as políticas públicas de juventude sob essa ótica é propor uma práxis que liberta de condições opressoras para condições juvenis próprias e diversas, onde esses jovens possam se assumir agentes e produtores do seu próprio destino.

O terceiro objetivo específico ‘relacionar o modo de vida desses jovens pobres com as possíveis concepções de protagonismo’ permitiu identificar o modo de vida corrido, que transita entre estudo, trabalho e ensaios no grupo de dança como elemento produtor do fortalecimento, liderança e reconhecimento para esses jovens. É esse caminho que os levam a realização pessoal no presente e no futuro. Jovens independentes financeiramente dos pais, muitos dos quais trabalhadores com remuneração superior aos seus ancestrais e com o tempo organizado de tal modo a satisfazer suas necessidades profissionais, pessoais, afetivas e sociais. Foi possível identificar também a cultura, a arte e o esporte, perpassando a história e o modo de vida dos jovens, como espaços que favorecem o fortalecimento, a participação e a liderança dos jovens. São espaços como esses que fazem emergir as potencialidades inerentes a cada ser humano e que assim contribuem com a promoção do protagonismo.

Ao final da realização desta pesquisa, fui convidada para facilitar um grupo de estudo teórico e vivencial com os jovens do Conselho de Juventude sobre protagonismo juvenil. Este grupo abriu para os jovens que desejassem participar e aconteceu em três encontros, onde pudemos problematizar a questão da participação juvenil e a apropriação e implicação de cada um com aquele espaço público. Esse convite representou um reconhecimento dos frutos advindos da pesquisa. Junto disso, tivemos a mudança do nome do Núcleo de Protagonismo Juvenil, que passou a se chamar Núcleo de Participação Juvenil, sendo reconhecido, portanto, uma relação diferenciada entre promoção de participação e de protagonismo juvenil. Embora esses conceitos possam se entrelaçar na práxis, não são sinônimos.

Diante disso, ao final deste estudo percebe-se o protagonismo se faz presente por um conjunto de elementos, que são de natureza política, educativa, social e psicológica e que o protagonismo juvenil como práxis da libertação se apresenta como um caminho de enfrentamento à pobreza multidimensional junto da juventude que se constitui no século XXI.

Dentre as facilidades e as dificuldades para realização desta pesquisa, avalio a preponderância das facilidades. Dentre as dificuldades, trago a distância do campo de pesquisa, visto que pegar ônibus, passar por terminal, somado ao excesso de trânsito alongava o tempo das idas a campo que variava entre 1h 30 minutos à 2h. Outro ponto era a pouca inserção da pesquisadora no campo, que inicialmente enfrentou a dificuldade trazida pelo período eleitoral, a mudança de profissionais na instituição que inviabilizou o processo de inserção, indo se estabilizar mais a frente, por volta de três meses depois, quando passado essa fase, que foi quando pude ter acesso e aceitação para realização da pesquisa. Outra dificuldade inicial foi o fato do grupo ter perdido o espaço na instituição, o que me levou a desbravar os caminhos que eles percorriam em outra comunidade, desconhecida por mim, a qual eu não tinha nenhuma vinculação, isso me gerou sensações de riscos, mas que foram enfrentadas com seu devido cuidado.

Apesar dessas dificuldades, quando pude acessar a instituição e iniciar a inserção, fui bem acolhida pelos novos profissionais que compunham o Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte – CUCA, isso foi se configurando como uma facilidade para a realização da pesquisa. Além do mais, a receptividade, o acolhimento e a abertura dos jovens do grupo foram indispensáveis para facilitar o processo de vinculação. Minha identificação, como profissional e pesquisadora, com a temática de juventude gerou um percurso enriquecedor e de construção de profundas reflexões sobre a temática, no campo da Psicologia Comunitária e Libertação.

## REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica política das políticas da juventude. *In*: FREITAS, Maria V.; PAPA, Fernanda de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2003.

ABAD, M. **Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivência, ciudadanía y nueva condición juvenil**. Última Década, Viña Del Mar, CIDPA, março, 2002.

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a Problematização Social da Juventude no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, p. 25-35, nº6, 1997.

ABRAMO, H. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. *In*: FREITAS, M. V. de. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AMARO, J.P. **Sentimento Psicológico de Comunidade: uma revisão**. *Análise Psicológica*, 1 (25), p.25-33, 2007.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Praia (Cabo Verde), 2002.

ARIÈS, P. O casamento indissolúvel. *In*. ARIÈS, P. ; BÈJIN, A. (orgs.). **Sexualidades Ocidentais**: São Paulo: editora brasiliense, 1985.

ALMEIDA, K.S.; DIMENSTEIN, M.; SEVERO, A.K. **Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental**. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.14, n.34, p.577-89, jul./set. 2010.

ANDRADE, C. R. X. **Vivenciando o desenvolvimento organizacional**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

AQUINO, L. Introdução - Juventude e políticas sociais no Brasil. *In*: CASTRO, J. A. de, *et al.* **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília - IPEA, 2009.

BARBARA, E. S. S.; GARCIA, I. G. **Relação entre estilos de liderança e bases de poder das enfermeiras**. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* vol.17 no.3 Ribeirão Preto May/June 2009.

BARBOSA, J. G.; HESS, R. **O diário de pesquisa – o estudante universitário e seu processo formativo**. Liber Livro – Brasília, 2010.

BARROS, S. C. M.; DIMENSTEIN, M. **O apoio institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na atenção básica**. Rio de Janeiro: *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, UERJ, RJ, n.1, p.48-67, 2010.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, 1977.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K.. **Investigação qualitativa em educação**. Porto editora, 1994.
- BORSOI, I. C. F. **O modo de vida dos novos operários: quando o purgatório se torna paraíso**. Fortaleza: Ed. UFC, 2005.258p.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BRANDÃO, C. R. **Diário de campo – a antropologia com alegoria**. Brasiliense, 1982.
- BLANCO, A. (Org.). **Psicología de La Liberación**. Madrid: Editorial Trota, 1998.
- BOFF, L. Teologia do Cativo e da Libertação. Petrópolis: Círculo do Livro S.A. Editora Vozes Ltda, 1980.
- BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos pagu (21) 2003: p. 2219-260.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e Sexualidades**. Brasília; UNESCO: Brasil, 2004.
- CABRAL, M. de F. S. L.. **A constituição de 1988 e os direitos dos cidadãos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, 2005.
- CAMPOS, M. M. M. **Participantes ou marginais - Estilos de socialização em famílias de São Paulo e Brasília**. Cadernos de Pesquisa, julho de 1975.
- CARVALHO, M. A. A. S. **O Fortalecimento das pessoas com transtornos mentais: A experiência dos usuários do movimento de saúde mental comunitária do Bom Jardim**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- CASTORIADIS, C. A. **Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CIDADE, E.C., MOURA JUNIOR, J. F., XIMENES, V. M. **Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano**. Psicologia Argumento, v. 30 n. 68 Jan./Mar. 2012.
- CIDADE, E. C.. **Juventude em condições de pobreza, modos de vida e fatalismo**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – 2012.
- CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COVEY, S. R. **Os 7 hábitos das pessoas muito eficazes**. São Paulo, 2014.



CONJUVE, Conselho Nacional da Juventude. **Guia de Conselhos de Juventude Políticas Públicas para juventude – Fortalecendo diálogos promovendo direitos.** Brasília: Presidência da República, 2010.

COSTA, A. C. G. da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

\_\_\_\_\_. **Protagonismo juvenil: o que e como praticar.** Biblioteca do Governo do Brasil, 2007. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf> Acesso em: 12.11.13

COSTA, J.C.C.; ESPINDOLA, M.L. **Teoria crítica, reconhecimento social e política educacional: uma análise do discurso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.** Porto Alegre: educação, v.35, n.1, p.89-101, jan.–abr., 2012.

COSTA, A. C. G. O professor como educador – um resgate necessário e urgente. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001. Disponível em: [http://www.certifica.org.br/arquivos/ba/pd/exame\\_1/O\\_Professor\\_como\\_Educador\\_23082004.pdf](http://www.certifica.org.br/arquivos/ba/pd/exame_1/O_Professor_como_Educador_23082004.pdf) Acesso em: 14.03.14

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa - Métodos qualitativos, quantitativos e mistos.** Tradução: Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre – Artmed, 2010.

DELPRETTE, A. & PRETTE, Z. Adolescência e fatores de risco: a importância das habilidades sociais educativas. *In:* HAASE, V. G.; FERREIRA, F. O. ; PENNA, F. J. (Orgs.). **Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e na adolescência.** Belo Horizonte: Coopmed, 2009, p. 503-522.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. da C.. **A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano.** Brasília: PIDÉIA, p. 21-32, 17 (36), 2007.

DAMACENO, M.N.; NOBRE, E.B. **Formação da Juventude e Valores.** Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens.** 2ª edição, artmed, 2006.

DAYRELL, J. **A Escola faz as Juventudes? Reflexões em torno da Sociabilização Juvenil.** Barcelona, 2006.

\_\_\_\_\_. **Juventude, pobreza e ações sócioeducativas no Brasil.** Movimentos Sociais e Educação / n.03. De 2003 a 2005.

\_\_\_\_\_. **O Jovem como Sujeito Social.** Revista Brasileira de Educação, p.40- 52 n°24, 2003.

DIMENSTEIN, M., *et al.* **Bases de apoio familiares e comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência.** Psico, 36 (1), 55-63, 2005.

DUARTE, R. **Entrevistas em Pesquisas Qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 2013-225, 2004.

ESCÓCIA, C. da., LIMA, S. O., SÁ, L. **CUCA - Concepção e Desenvolvimento**. Parte 1, 2ª versão. Fortaleza, 2007.

FERREIRA, I. R. C.; VOSGERAU, D. S. R.; MOYSES, J. S. **Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta Atlas t.i**. Vol. 17. N. 12, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2012.

FERRENTI, CELSO J., ZIBAS, DAGMAR M. L., TARTUCE, GISELA LOBO B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

FLEVRY, A. R. D.; TORRES, A. R. R. **Homossexualidade e preconceito – o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Juruá, Psicologia, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática de libertação**. São Paulo: Moraes (1980).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FRIZZO, K. R.; SARRIERA, J. C. **Práticas Sociais com Crianças e Adolescentes: O Impacto dos Conselhos Tutelares**. Psicologia Ciência e Profissão, 26 (2), 198-209, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n2/v26n2a04.pdf>; Acesso em: 23.05.13.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GALVÃO, C.M.; TREVIZAN, M.A.; SAWADA, N.O.; COLETA, J.A.D. **Liderança situacional: estrutura de referência para o trabalho do enfermeiro-líder no contexto hospitalar**. Rev. latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 81-90, janeiro 1998.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: Atividade e Consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Noções de Psicologia Comunitária**. Editora viver, 1994. Fortaleza, Ce.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Clínico-Comunitária.** Banco do Nordeste, Fortaleza. 2012.

\_\_\_\_\_. **Saúde comunitária – pensar e fazer.** Editora Hucitec, 2008.

GROPPO, L. A. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas.** Revista de educação do Cogeime. Ano 13, Nº 25 – dezembro de 2004.

GUARESCHI, P. **Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação.** In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR. F. (orgs.). *Psicologia Social para a América Latina.* Campinas-SP: Alínea Editora, 2011.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos morais.** São Paulo: 34, 2003.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento.** UFSC, Florianópolis, Brasil. 2007. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf) Acesso em: 01.01.14

IBGE. **População Jovem no Brasil: Dimensão Demográfica.** Fortaleza, 2010.

IPECE. **INFORME 57: Perfil da Juventude em Fortaleza.** Abril de 2013.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. *In:* IULIANELLI, J. A. S & FRAGA, P. C. P. (Org.) **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro, 2003. Editora Lamparina.

JANUÁRIO, E.; SILVA, F.S.; KARIM, M. (orgs.). **Autonomia e Protagonismo Indígenas nas Políticas Públicas. Cadernos de Educação Indígena – PROESI.** Barra do Bugres: UNEMAT, v.5, n.1, 2007.

JOCA, Alexandre Martins. **Levados por anjos – modos de vida, educação e sexualidades juvenis.** Fortaleza: Tese (doutorado). Faculdade de Educação, UFC, 2013.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento, processo de fortalecimento dos sujeitos.** Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KLEIN, B. L. **Protagonismo Juvenil e Cidadania: uma proposta pedagógica burguesa.** Curitiba: Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2004.

LAFONT, H. A turma de Jovens. *In:* ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (orgs.) **Sexualidades Ocidentais.** São Paulo: editora brasiliense, 1985.

LANE, S. **O que é Psicologia Social.** Coleção primeiros passos, 1994.

LEITE, V. J. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claro- MG (1975-2008). 2010.153f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História. Em Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

LIMA, W. G. **Política pública: discussão de conceitos**. Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012.

LIMA, D. M. A.; BONFIM, Z. A. C. **Mapeamento Psicossocial Participativo**: metodologia de facilitação comunitária. Curitiba: Psicologia e argumento. v.30, n.71, p.679-689, out.- dez., 2012.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOPES, R. E.; ADORNO, R. C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKIITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O. **Juventude Pobre, violência e cidadania**. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.

MACHADO, H. V.; DAVEL, E. **A dinâmica entre liderança e identificação: sobre a influência consentida nas organizações contemporâneas**. Rev. adm. contemp. vol.5 no.3 Curitiba Sept./Dec. 2001.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MARTINS, A. M. **Autonomia e Educação: a trajetória de um conceito**. Caderno de Pesquisa, n.115, p.207- 232, março/2002

MAGNANI, J. G. C.. **O velho e bom caderno de campo**. Artigo publicado na Revista Sexta-feira, Nº 01, maio de 1997, SP.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 6ª edição. Petrópolis, 1996.

MINICUCCI, A. **Dinâmica de Grupo: teorias e sistemas**. São Paulo: Atlas, 5ª ed 2010.

MONTERO, M. **Introducción a la psicología comunitária**: Desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós, 2004.

\_\_\_\_\_. **Grupos focales**. Psicoprisma, AVEPSO – Caracas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Hacer para transformar: El método em Psicologia Comunitária**. Buenos Aires, editorial Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Teoria y Práctica de la Psicología Comunitária**. Buenos Aires. Editorial Paisós – 2003.

MORAIS, N. A. de; KOLLER, S. H.; RAFFAELLI, M. **Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Bogotá, Colombia: Pontifícia Universidad Javeriana, Universitas Psychologica, vol. 11, n.3, p.779-791, 2012.

MOREIRA, D.; BARBOSA, L. **Juventude e participação: apatia ou exclusão social?** Revista Juventude.br – Junho de 2010. Disponível em: [http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista\\_juventude\\_Jun\\_2010.pdf](http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista_juventude_Jun_2010.pdf) - Acesso em 25.07.12, às 23:45h.

MORENO, J. L. **Psicodrama.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1993

MOURA JR., J. F. *et al.* **Práxis em psicologia comunitária: festa de São João como atividade comunitária.** Rev. Ciênc. Ext. v.9, n.1, p.105-123, 2013.

NASCIMENTO, N. I. M. **Dos mundos de vida juvenis às políticas públicas: percepções, sentidos e narrativas de jovens participantes do Pro Jovem Urbano em Fortaleza.** Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

NOBRE, I.M. **Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão.** 2005, 260f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

NOVAES, R. C. R. Prefácio - Juventude e políticas sociais no Brasil. *In:* CASTRO, J. A. de, *et al.* **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília - IPEA, 2009.

NOVAES, R.C., *et al.* (org). **Política Nacional da Juventude: Diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional da Juventude. Fundação Friedrich Ebert, 2006.

OLIVEIRA, F.P.; XIMENES, V.M.; COELHO, J.P.L.; SILVA, K.S. **Da Psicologia Comunitária e Educação Libertadora.** Universidade Federal do Ceará. Psicologia: teoria e prática v.10, n.2. São Paulo, dez. 2008.

OPAS, **Organização Pan-Americana de Saúde.** Relatório Mundial de Violência e Saúde, 2002. Disponível em: <http://www.opas.org.br/coletiva/UploadArq/violencia.ppt#256,1,Slide>. Acesso em 05 de Setembro de 2013.

PARRA, J. B. **O estatuto da juventude – Instrumento para desenvolvimento integral dos jovens.** Brasília a. 41 n. 163 jul./set. 2004.

PAIS, M. **Culturas juvenis.** 2ª edição, Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa 2003.

\_\_\_\_\_. **Busca de Si: Expressividades e Identidade Juvenis.** *In:* ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). **Cultura juvenis: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade e Afectos Juvenis**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro**. 2ª edição. Lisboa: AMBAR, 2005.

PIAGET, J. **A linguagem e o pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1956.

PINHEIRO, A. de A. A. **A criança e o adolescente, representações sociais e o processo constituinte**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Psicologia social: alguns princípios fundantes de uma trajetória acadêmico-política**. In: *Revista Humanidades*. Fortaleza, v.20, nº 1, p. 21-29, jan/jun. 2005.

PNJ, Política Nacional da Juventude (Secretaria Nacional da Juventude). **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. São Paulo, SP: Pólis, 2006.

PNAS, PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, Novembro de 2004.

POCHMANN, M. “Juventude em busca de novos caminhos no Brasil”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 217-241, 2004.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. Rio de Janeiro: *Revista de Enfermagem* 15(2): 276 - 83 abr/jun, 2007.

RIBEIRO, E.; LÂNES, P. L. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude / uma publicação Ibase e Pólis ; Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006.**

RUA, M.das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SALES, C. de M. V. **CRIAÇÕES COLETIVAS DA JUVENTUDE NO CAMPO POLÍTICO: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Tese do Doutorado – UFC, 2003. Fortaleza, Ce.

SALGUEIRO, V. **A promoção da cultura de paz nas escolas – a ótica das juventudes**. Tese de doutorado, FAGED – Fortaleza, 2009.

SARASON, S. **The psychological sense of community: Prospects for a community psychology**. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

SARRIERA, J. C. **Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: a avaliação como processo.** In: Introdução a Psicologia Comunitária – bases teóricas e metodológicas. Jorge Castellá Sarriera e Enrique Saforcada (orgs.). Porto Alegre – Sulina, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desafios atuais da saúde comunitária no Brasil.** In: Saúde Comunitária – conhecimentos e experiências na América Latina. Jorge Castellá Sarriera (org.). Porto Alegre – Sulina, 2011.

SARRIERA, J. C.; XIMENES, V. M. ; BEDIN, L.; RODRIGUES, A. L.; SCHUTZ, F. F.; MONTSERRAT, C.; SILVA, C. L. **Bem-estar pessoal de pais e filhos e seus valores aspirados.** Aletheia / Universidade Luterana do Brasil. – N. 1 - (jan./jun. 1995) – Canoas: Ed. ULBRA, 1995- Semestral, jan./jun. 1995-jul./dez. 2009; quadrimestral, jan./abr. 2010 - ISSN 1413-03941. Psicologia – periódicos. I. Universidade Luterana do Brasil.

SARRIERA, J. C., SCHWARCZ, C., CÂMARA, S. G., Bem, L. A., & GANDARILLAS, M. A. (1996). **Bem-estar psicológico dos jovens porto-alegrenses.** *Psico*, 27(2), 79-95.

SAWAIA, B. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 364-372, 2009.

SAWAIA, B; LANE, S. T. **Novas veredas de Psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SECCHI, D. **CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - PROESI.** Organizadores Elias Januário, Fernando Selleri Silva e Taisir Mahmudo Karim. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 5, n. 1, 2007.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das letras, 2000.

SILVA, T. G. da. **Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano.** Dissertação (Mestrado). Programa de PósGraduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

SILVA, L. B.; FEITOSA, M. Z. S.; NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, A. M. S.; XIMENES, V. M. **Apoio social como modo de enfrentamento à Vida em condições de pobreza.** No prelo 2014.

SOFIATI, F. M. **Jovens em movimento: o processo de formação da pastoral da juventude no Brasil.** Dissertação de mestrado. São Carlos, 2004.

SOUZA, R. M. de. **O conceito de protagonismo juvenil.** In, ESPINDULA, Brenda (org). *Protagonismo da juventude brasileira: teoria e memória.* São Paulo, 2009. Instituto ArteCidadania (IAC). Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

\_\_\_\_\_. **O discurso do protagonismo juvenil.** São Paulo: Paulus, 2008.

SOARES, S. de P. L. **Estado, Políticas Públicas e Juventude: avaliação de efeitos de um Programa Federal na esfera local.** São Paulo: Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 211f, 2013.

SPINK, M. J. **A formação do psicólogo para a atuação em instituições de saúde.** In: SPINK, M. J. Psicologia Social e saúde – práticas, saberes e sentidos. Editora Vozes, Petrópolis, 2003.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. R. C. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Set /Out /Nov /Dez 2003, No 24.

SPOSITO, M. **Trajetórias na construção de políticas públicas de juventude no Brasil.** In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). Políticas públicas – juventude em pauta. Cortez Editora, São Paulo, 2003.

STAMATO, M. I. C. **Protagonismo juvenil – uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude.** Tese de doutorado, 2008. PUC-SP.

STRECK, V. S. **Pesquisando juventude no contexto brasileiro.** UNIrevista - Vol. 1, nº 2 : (abril 2006).

TAYLOR, C. **The politics of recognition.** In: GUTMANN, Amy.(Org.). **Multiculturalism: examining the politics of recognition.** Princeton, Chichester: Princeton University, 1994.

TAYLOR, C. **A Política do Reconhecimento.** In: \_\_\_\_\_. Argumentos filosóficos. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TOROSSIAN, S.D., RIVERO, N. E. Políticas públicas e modos de viver – a produção de sentidos sobre vulnerabilidade. In: **Políticas Públicas de Assistência Social – Diálogo com as práticas psicológicas.** Editora Vozes, 2009. Petropolis, RJ.

TOURAINÉ, A. **Juventud y democracia en Chile.** Revista Última Década. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA). Viña Del Mar, Chile, n.8, 1998. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=19500805>, Acesso em: 06/06/12.

UNESCO. **“Políticas públicas de/para/com juventudes”.** Brasília: UNESCO, 2004.

VALLA, V. V. **Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização.** Cadernos de Saúde Pública, 1999,15 (2), 7-14.

VALSINER, J. **Fundamentos de uma Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida.** Porto Alegre, Artmed – 2012.

VASCONCELOS, A.. **Protagonismo juvenil e a questão democrática.** In: SANTINI, Alexandre, et. al. Juventude e cultura popular. Revista Juventude.br – Revista teórica e política do centro de estudos e memória da juventude. Ano 3 – Dez/2008 – Nº 06.



Disponível em: [http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista\\_juventudebr\\_dez\\_2008.pdf](http://www.cemj.org.br/revistasPdf/revista_juventudebr_dez_2008.pdf), Acesso em: 25/07/12.

VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotsky, uma síntese**. Tradução Cecília C. Bartalotti. Unimarce Editora, Edições Loyola – 1996.

VIANA, D. M.; RODRIGUES, P. B.; ARAÚJO, L. C.; EL KHOURI, M. M.; MIRANDA, L. L.; COLAÇO, V. de F. R. **Juventude, escola e mídia: problematizando a (in)acessibilidade das mídias para a construção crítica dos processos de ensino-aprendizagem na rede pública de educação**. Universidade Federal do Ceará, 2011. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4797/4067> - acesso em: 25.04.13, às 15hs.

VIEIRA, L. **Protagonismo juvenil e projeto social**. In: Spíndula (org). **Protagonismo e juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Arte Cidadania (IAC) e Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) – 2009. 1ª Edição.

VIEIRA, L. F.; HOSHINO, E. F.; SONOO, C. N. **Liderança esportiva: estudo da percepção de atletas e técnicos no contexto competitivo**. Psicol. teor. prat. v.10 n.2 São Paulo dez. 2008.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A**  
**Questionário Socioeconômico**

<p style="text-align: center;"><b>DADOS GERAIS</b></p> <p><b>1.</b> Idade: _____</p> <p><b>2.</b> Gênero: 1.( ) Masculino 2.( ) Feminino</p> <p><b>3.</b> Bairro onde mora: _____</p> <p><b>4.</b> Qual seu estado civil? 1) Solteiro(a). 2) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a). 3) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a). 4) Viúvo(a).</p> <p><b>5.</b> Você tem filhos? 1) Sim. Quantos? _____ 1) Não.</p> <p><b>6.</b> Qual sua religião? 1) Católica. 2) Protestante ou Evangélica. 3) Espírita. 4) Umbanda ou Candomblé. 5) Sem religião. 6) Outra.</p> <p><b>7.</b> Você frequenta reuniões de sua Igreja/ Paróquia/ Templo/ Terreiro? 1) Sim. 2) Não.</p> <p><b>8.</b> Com quem você mora atualmente? 1) Com minha família. 2) Sozinho(a). 3) Com marido/companheiro ou esposa/companheira. 4) Em habitação coletiva (pensionato, república etc)</p> <p><b>9.</b> Ao todo, quantas pessoas moram com você?</p>	<p>1) Moro sozinho(a) 2) Uma pessoa 3) Duas pessoas. 4) Três. 5) Quatro. 6) Cinco ou mais.</p> <p><b>10.</b> Há, na sua família, algum beneficiário (ex: você, pai, mãe, irmãos) de algum Programa de Transferência de Renda (Ex. Bolsa-Família e outros)? 1) Sim. 2) Não.</p> <p style="text-align: center;"><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p><b>11.</b> Você estudou? 1) Não estudou 2) Até 5 anos 3) Mais de 5 anos e menos de 8 anos 4) Mais de 8 anos e menos de 11 5) Mais de 12 anos</p> <p><b>12.</b> Você está estudando? 1) Sim 2) Não</p> <p style="text-align: center;"><b>HABITAÇÃO</b></p> <p><b>13.</b> Na sua casa, existem quantos banheiros? 1) Nenhum. 2) Um. 3) Dois. 4) Três.</p> <p><b>14.</b> Quantos cômodos existem na sua casa? 1) Um 2) Dois 3) Três 4) Quatro ou mais.</p> <p><b>15.</b> De onde vem a água que é consumida na sua casa? 1) Encanada. 2) Cisterna. 3) Poço ou cacimba.</p>
--	--

- 4) Açude, rio, riacho, córrego.  
5) Carro pipa.

**16.** Como é o piso da sua casa?

- 1) Terra.  
2) Areia.  
3) Cimento batido.  
4) Cerâmica.

**17.** Qual combustível que sua família usa para cozinhar?

- 1) Lenha  
2) Carvão  
3) Gás de cozinha.

**18.** A sua casa possui eletricidade?

- 1) Sim  
2) Não

**19.** Qual o destino das fezes e urina?

- 1) Sistema de Esgoto  
2) Fossa  
3) Céu aberto.

**20.** A sua residência é:

- 1) Própria  
2) Alugada  
3) Cedida.  
4) Ocupação.

**21.** Assinale quais dos recursos sua família possui e a quantidade:

Descrição	Quantidade					
a) Televisão	1	2	3	4	5	Nenhum
b) Telefone	1	2	3	4	5	Nenhum
c) Rádio	1	2	3	4	5	Nenhum
d) Bicicleta	1	2	3	4	5	Nenhum
e) Moto	1	2	3	4	5	Nenhum
f) Carro	1	2	3	4	5	Nenhum
g) Geladeira	1	2	3	4	5	Nenhum
h) Fogão	1	2	3	4	5	Nenhum
i) Computador	1	2	3	4	5	Nenhum

## TRABALHO E RENDA

**22.** Atualmente, você está exercendo algum tipo de atividade remunerada?

- 1) Sim.  
2) Não

**23.** Qual o valor aproximado da sua renda pessoal por mês?

- 1) De nenhuma renda até R\$ 70,00  
2) De R\$ 70,00 a R\$ 155,00  
3) De R\$ 155,00 a R\$ 311,00  
4) Mais de R\$ 311,00

**24.** Qual o valor aproximado da sua renda familiar (somatório da sua renda com a renda das pessoas que moram com você)?

- 1) Até meio salário mínimo (R\$ 311,00)  
2) Até 1 salário mínimo (R\$ 622,00).  
3) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 622,00 até R\$ 1.244,00).  
4) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.244,00 até R\$ 3.110,00)  
5) Nenhuma renda.

**25.** Você já precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer?

- 1) Sim.  
2) Não.

**26.** Você já precisou pedir dinheiro para poder comer?

- 1) Sim.  
2) Não.

**27.** Você já precisou mandar algum filho ou outro familiar seu pedir dinheiro?

- 1) Sim.  
2) Não.

**SAÚDE**

**28.** Você consegue atendimento médico ou de outros profissionais da saúde quando precisa?

- 1) Nunca
- 2) Raramente
- 3) Frequentemente
- 4) Sempre

**29.** Você deixou de utilizar algum serviço de saúde por não ter dinheiro para pagar o transporte?

- 1) Sim.
- 2) Não.

**30.** Quantas refeições você faz por dia?

- 1) Nenhuma
- 2) Uma
- 3) Duas
- 4) Mais de três

**31.** Como você se considera?

- 1) Rico
- 2) Nem rico nem pobre
- 3) Pobre

**APÊNDICE B**  
**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisa: “Implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres”.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.

Pesquisadora: Alexsandra Maria Sousa Silva.

Caro adolescente,

Gostaria de obter a sua autorização para que participe desta pesquisa, que objetiva analisar as implicações psicossociais do protagonismo para os jovens pobres. A finalidade desse trabalho é contribuir com informações que auxiliem a um melhor entendimento sobre o protagonismo para os jovens que vivem em condição de pobreza.

A sua contribuição se dará em dois momentos: no primeiro momento será a realização de um questionário, com duração média de trinta minutos, no segundo momento será um grupo focal, com duração máxima de duas horas, que acontecerá em local de nossa confiança, desde que, respeitado o sigilo das informações dadas.

Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer momento da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa com a pesquisadora Alexsandra Maria Sousa Silva, na Av. da Universidade, 2762, Benfica – Fortaleza, CEP 60020-180, fone 85- 3366-7730.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde e os princípios do Código de Ética do psicólogo. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, no endereço Rua: Coronel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo – Fortaleza, CEP: 60430-270, fone: 33668344.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome do participante. Apenas a pesquisadora e a orientadora da pesquisa terão conhecimento dos dados.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que você possa participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem.

**ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante voluntário da pesquisa

Local e data: \_\_\_\_\_



Digital do participante

\_\_\_\_\_  
Alexsandra Maria Sousa Silva  
*Pesquisadora Responsável*

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA PARA O RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE

#### *Questionário e Grupo focal*

O adolescente está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza, em Fortaleza-Ceará” que tem por objetivo analisar as implicações psicossociais do protagonismo em jovens em situação de pobreza, presente nas políticas públicas, na cidade de Fortaleza, Ce.

No caso específico de sua participação, ele responderá um questionário, com duração máxima de trinta minutos, e em um segundo momento, participará de um grupo focal, com duração máxima de duas horas, onde serão apresentadas perguntas e ele responderá de forma livre. O pesquisador utilizará um roteiro com as perguntas e um gravador para registrar as informações fornecidas no grupo. Não haverá identificação de nomes nas gravações. Não haverá, também, retorno financeiro pela participação, mas oferecemos como benefício o resultado dessa pesquisa.

Com essas informações, sendo você o responsável legal pelo adolescente, gostaria de saber a sua aceitação sobre a participação do mesmo na pesquisa. É necessário esclarecer que: 1. A aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea, por parte do adolescente e responsável; 2. A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; 3. Que você ou e, ou o adolescente poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você; 4. Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; 5. Não haverá riscos ou desconfortos causados pela pesquisa; e 6. Somente após devidamente esclarecido (a) e ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o COMEPE (Comitê de Ética em Pesquisa), rua Coronel Nunes de Melo, 1127 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60430-270, fone: 33668344. Em caso de dúvida sobre a pesquisa e seus procedimentos, poderá comunicar-se com a pesquisadora responsável Alexandra Maria Sousa Silva, estudante do Mestrado do Departamento de Psicologia, Av. Universidade, 2762, Benfica, CEP: 60020-180, Fone: (85)33667729.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável

OU



Digital responsável

\_\_\_\_\_  
Alexandra Maria Sousa Silva  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

**APÊNDICE D**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO**  
**(TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

*Questionário e Grupo focal*

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Análise das implicações psicossociais do protagonismo para os jovens em situação de pobreza, em Fortaleza-Ceará” que tem por objetivo Analisar as implicações psicossociais do protagonismo em jovens em situação de pobreza, presente nas políticas públicas, na cidade de Fortaleza, Ce.

No caso específico de sua participação, você responderá um questionário, com duração máxima de trinta minutos, e em um segundo momento, participará de um grupo focal, com duração máxima de duas horas, onde serão apresentadas perguntas e você responderá de forma livre. O pesquisador utilizará um roteiro com as perguntas e um gravador para registrar as informações fornecidas por você no grupo. Não haverá identificação do seu nome das gravações. Não haverá, também, retorno financeiro pela sua participação, mas oferecemos como benefício o resultado dessa pesquisa.

Com essas informações, gostaria de saber a sua aceitação em participar da pesquisa. É necessário esclarecer que: 1. A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; 2. A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; 3. Que você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você; 4. Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; 5. Não haverá riscos ou desconfortos causados pela pesquisa; e 6. Somente após devidamente esclarecido (a) e ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

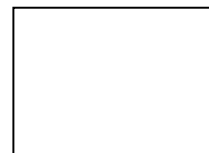
Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o COMEPE (Comitê de Ética em Pesquisa), rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60430-270, fone: 33668344.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa e seus procedimentos, poderá comunicar-se com a pesquisadora responsável Alexsandra Maria Sousa Silva, estudante do Mestrado do Departamento de Psicologia, Av. Universidade, 2762, Benfica, CEP: 60020-180, Fone: (85)33667729.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito da pesquisa

OU



Digital do sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Alexsandra Maria Sousa Silva  
Assinatura do(a) pesquisador(a)



**APÊNDICE E**  
**ROTEIRO DO GRUPO FOCAL (GF)**

**MODO DE VIDA**

1. Falem-me sobre o dia-a-dia de vocês.
2. Como é na família? Quais as atividades que vocês realizam em casa?
3. Onde vocês moram? Vocês realizam algum tipo de trabalho na comunidade em que moram? Se sim, que atividades são essas? Na opinião de vocês, o que há de bom e de ruim nesses locais? Em que vocês acham que esses locais podem melhorar?
4. Como é a escola de vocês? Como vocês se sentem lá?
5. Qual é a importância da amizade para vocês? Como são os amigos?
6. E dos relacionamentos (namoro, fica, esquema, rolo, etc)? O que vocês pensam sobre isso?
7. Falem um pouco sobre o que vocês fazem no tempo livre. Como vocês se divertem?
8. Vocês participam de algum grupo? Quais? E o que fazem nesses grupos?

**PROTAGONISMO**

9. Falem um pouco sobre a história do Radar.
10. O que vocês entendem sobre protagonismo juvenil?
11. Quais seus sonhos?

**APÊNDICE F**  
**ROTEIRO DA ENTREVISTA 1 (E1)**

- Como foi participar do grupo focal pra você?
- Quais suas principais características como jovem?
- O que é e como é estar em grupo para você?
- Falem um pouco sobre a história do Radar. *O que motivou você a criar o Radar? Como o grupo se organiza?*
- Quais as suas características como líder do Radar?
- Você já passou por alguma situação muito difícil no grupo? Qual?
- Como está sendo a participação de todos? Como você se sente participando do Radar? E quando está no palco? Em que ele pode contribuir para a sua vida hoje?
- Como seria sua vida, sem o Radar?
- Se você pudesse mudar algo em sua vida, o que seria? O que é necessário para que essas mudanças ocorram?
- Como você se imagina daqui a dez? Em que o Radar pode contribuir com esse seu sonho?

**APÊNDICE G**  
**ROTEIRO DA ENTREVISTA 2 (E2)**

- Como foi participar do grupo focal pra você?
- Como é ser jovem para você?
- O que significa o Radar para você?
- O que o motivou a entrar para o grupo Radar? O que você buscava?
- Quais as principais características que você enxerga no Radar?
- Como vê a interação dos jovens no grupo?
- Como seria sua vida sem o Radar?
- Como se imagina daqui a dez?
- Como o Radar pode contribuir com seu sonho?

## **ANEXO**

**ANEXO A**  
**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM**  
**PESQUISA (CEP)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
 CEARÁ PROPEAQ



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO PROTAGONISMO PARA OS JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.

**Pesquisador:** Alessandra Maria Sousa Silva

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 19362013.4.0000.5054

**Instituição Proponente:** Departamento de Psicologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 488.794

**Data da Relatoria:** 05/12/2013

**Apresentação do Projeto:**

Projeto de Mestrado de Alessandra Maria Sousa Silva sob orientação da profa. Dra. Verônica Ximenes, trata-se de uma pesquisa qualitativa (com uso de diferentes metodologias: a observação-participante, entrevista, questionário e grupo focal) que pretende analisar a compreensão do protagonismo para Juventude pobre. Especificamente pretende-se descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza participantes das políticas públicas; Compreender os sentidos que esses jovens e os educadores dão ao protagonismo juvenil; Relacionar o modo de vida desses jovens pobres com suas possíveis concepções de protagonismo. A análise dos dados se dará de acordo com a técnica de análise de conteúdo.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Gerat:** analisar a compreensão do protagonismo para juventude pobre de um projeto social cearense.

**Específicos:** Descrever o modo de vida dos jovens em situação de pobreza participantes das políticas públicas; Compreender os sentidos que esses jovens e os educadores dão ao protagonismo juvenil; Relacionar o modo de vida desses jovens pobres com suas possíveis concepções de protagonismo.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-270

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2003

E-mail: [comape@ufc.br](mailto:comape@ufc.br)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ



Continuação do Parecer: 486.794

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** A pesquisa, por se tratar apenas de observação participante e conversas em grupo focal com o objetivo de apreender a compreensão sobre *„protagonismo„* por parte de jovens, não apresenta riscos.

**Benefícios:** Contribuir com os trabalhos junto da juventude brasileira, na direção de garantir concretamente seus direitos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é relevante para o campo de estudo e população alvo, sobretudo para a Psicologia Comunitária e estudos sobre da pobreza.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

A pesquisadora apresentou ao CEP: folha de rosto assinada pelo chefe de departamento da instituição de ensino; Projeto de pesquisa em português, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE, Termo de Assentimento dos Adolescentes, Cronograma atualizado, Currículo Atualizado da Pesquisadora, Autorização do local onde será realizada a pesquisa e carta de encaminhamento do projeto ao CEP.

**Recomendações:**

Embora o projeto não esteja bem escrito e com aprofundamento dos tópicos apresentados, não apresenta pendências que impediriam sua aprovação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto cumpre os requisitos para a realização da pesquisa e não apresenta pendências.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127  
 Bairro: Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-270  
 UF: CE Município: FORTALEZA  
 Telefone: (85)3366-8344 Fax: (85)3223-2903 E-mail: comape@ufc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ PROPESQ



Continuação do Parecer: 455.794

FORTALEZA, 11 de Dezembro de 2013

---

Assinado por:  
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA  
(Coordenador)

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1127

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-270

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

Fax: (85)3223-2003

E-mail: [compe@ufc.br](mailto:compe@ufc.br)